

tercer mundo

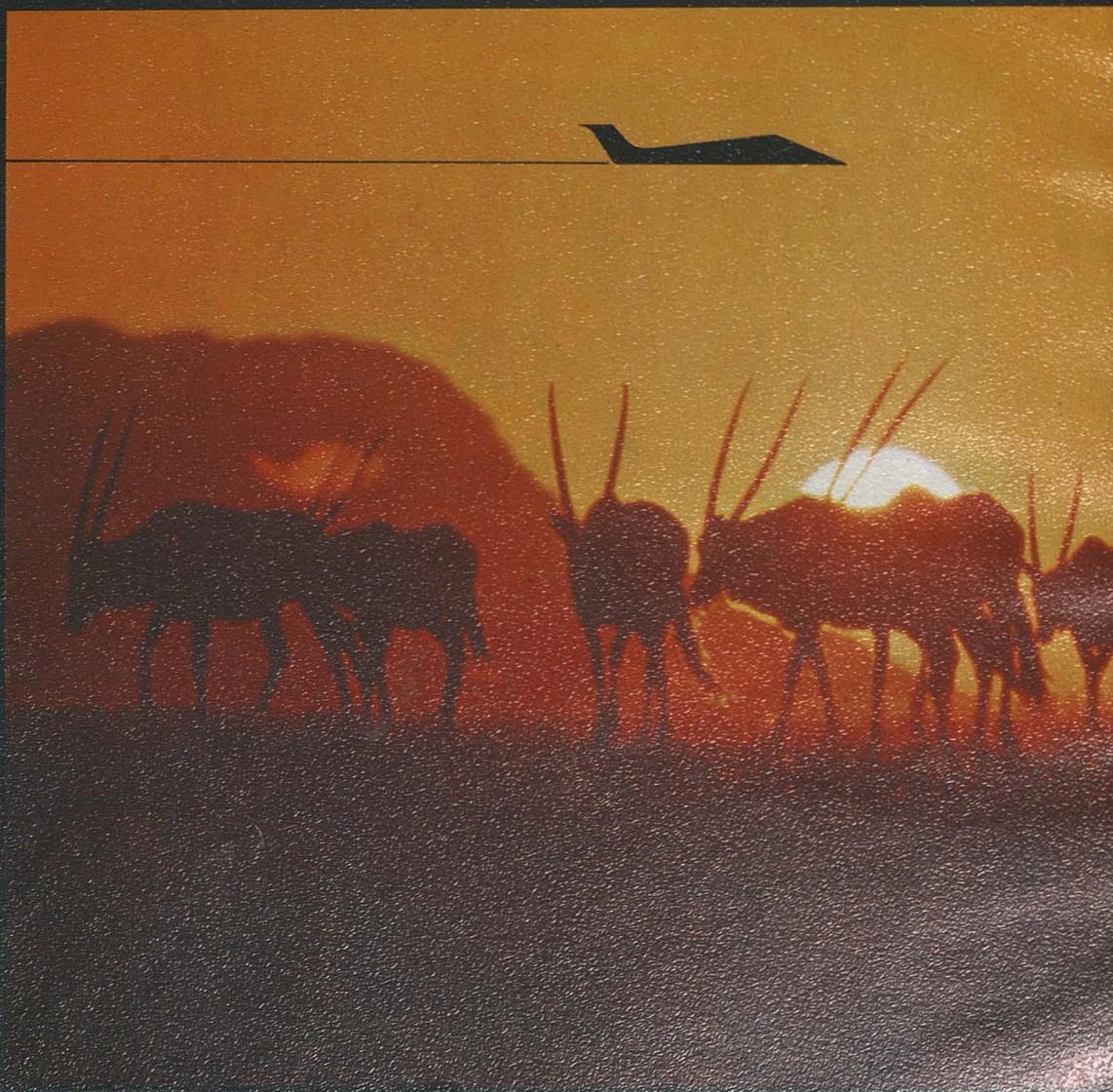
Argel:
a reunificação
palestina

Argentina:
uma saída
instável

O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Polêmica na Constituinte

Angola, terra da liberdade.



TAAG – Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA

SAÍDAS

sábado: 09:00h
(hora de Angola)
domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

RIO

CHEGADAS

sábado: 13:00h
(hora do Brasil)
2ª feira: 05:00h
(hora de Angola)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Uma nova etapa

O número 100 de **terceiro mundo** nos encontra empenhados em uma série de importantes mudanças na editora e na revista. Sobre a história dessa etapa vivida, seus êxitos e dificuldades, já nos estendemos o necessário quando da nossa edição número 50 e, posteriormente, no nosso 10º aniversário. De lá até hoje, alguns avanços substanciais no nosso trabalho foram registrados. As conquistas mais importantes foram, sem dúvida, o incremento na nossa circulação e o relançamento da edição em inglês, **Third World**, sem falar no nosso retorno ao Rio da Prata, onde a revista nasceu.

Com a direção centralizada no Rio de Janeiro, se tornaram necessários alguns remanejamentos na nossa organização interna. No México, por exemplo, que durante anos tinha sido a sede principal da editora, agora ficou uma estrutura mais reduzida, basicamente destinada a atender à circulação local da revista e à cobertura jornalística no país e a manter os vínculos com a região centro-americana e os Estados Unidos. Com a recente decisão de unificar as duas edições em língua portuguesa – tomando como padrão a brasileira e, de alguma forma antecipando a colocação em prática das normas que poderão vir a ser aprovadas, de padronização da ortografia –, também foram necessárias modificações e redefinições de funções na sede de Lisboa. Suas tarefas dizem respeito não só às edições em inglês da revista e do Guia ali impressas e distribuídas, mas também ao nosso relacionamento com a Europa, África e o Oriente Médio, além da impressão da edição destinada a Portugal e outros países de língua portuguesa, melhor

cobertos a partir de Lisboa. Em decorrência dessas modificações internas e do desafio que nos coloca o fato de estarmos publicando o número 100 – um feito que, com orgulho podemos afirmar, poucas publicações como a nossa, sem fins lucrativos, independente e destinada a divulgar os acontecimentos e aspirações do mundo emergente atingem –, a administração central do Rio de Janeiro e as sucursais atravessam um período de reajustamentos.

Um dos fatores que têm contribuído no esforço modernizador que realizamos foi a introdução de computadores, tanto na redação como na administração. Nós, também, entramos na era da informática.

O setor de composição passou igualmente por importantes modificações técnicas com a introdução de máquinas recém-lançadas no mercado, de tecnologia avançada que operam acopladas a computadores. Mas nada disso é suficiente, em si mesmo, para nos garantir o que desejamos como meta prioritária: melhorar número a número a qualidade da revista. Estamos, pois, nos esforçando para que esses avanços técnicos correspondam a inovações redacionais.

Logicamente, quando nos referimos aos esforços que estamos realizando, incluímos o trabalho da equipe do **Guia do Terceiro Mundo**, que, sediada em Montevideu, dedica-se à produção da edição 1988, prevista para circular no fim deste ano. O **Guia** tem se transformado em um grande sucesso editorial. Todas as suas edições se esgotaram. Um dos maiores êxitos foi alcançado com a edição em inglês, que

circulou nos Estados Unidos e na Europa, além do mercado que consideramos prioritário, na África e na Ásia.

Nesse último continente (até pouco tempo atrás aquele que maiores desafios nos colocava, já que são raras as relações editoriais e jornalísticas que existem entre a América Latina e a Ásia), é que temos aberto atualmente um amplo campo de atuação.

Estabelecemos acordos com a **Third World Network** (Rede do Terceiro Mundo), sediada na Malásia, e com jornalistas da Índia, onde em breve será iniciada a reimpressão para a Ásia da nossa edição em inglês. Com isso, não só barateamos os custos, como também podemos fazer chegar aos leitores um número bem superior de exemplares da revista, o que se tornaria oneroso demais se o fizéssemos a partir de qualquer outra das nossas sedes.

Mas o ciclo que agora iniciamos, após ter atingido o número 100 de **terceiro mundo**, nos coloca novos desafios. Uma modificação profunda como a que planejamos, que torne a revista mais atraente, de mais fácil leitura, sem com isso perder as suas características principais, nos levou a voltar a considerar um assunto que a nossa equipe já discute há alguns anos: a mudança do formato.

Técnicos em publicidade e marketing vêm sugerindo a mudança do nosso formato para o modelo standard, adotado pela maioria das revistas internacionais de grande circulação, e também, por todas as revistas brasileiras. Esse foi, aliás, o nosso formato inicial quando a revista foi

lançada em Buenos Aires, em 1974. Tivemos que mudá-lo posteriormente quando recomeçamos tudo a partir do México, por razões técnicas locais. Assim sendo, estamos voltando às origens.

O formato standard permite um acabamento mais rápido e mais barato, nos deixando uma maior margem de tempo para o fechamento das edições. Esperamos que os nossos leitores gostem da mudança.

Coincidentemente, muitos leitores brasileiros têm, em cartas e até em telefonemas, enviado sugestões sobre as mudanças agora introduzidas. Muitos deles com a reivindicação de maior espaço dedicado à informação sobre o Brasil. "Afinal, somos ou não somos um país do Terceiro Mundo?"

Pois bem, hoje apresentamos uma outra novidade, além do formato. Na edição brasileira, um caderno totalmente dedicado ao Brasil e com circulação restrita ao país. É uma inovação que esperamos ver também introduzida nas outras edições, em breve.

Não é necessário lembrar aos nossos leitores que, nessa etapa que iniciamos, na qual de alguma forma atingimos a maturidade – afinal 13 anos no calendário de uma publicação é algo mais do que a adolescência – esperamos de todos a inspiração, o apoio e a força para seguirmos adiante.

As sugestões, opiniões, e sobretudo, as críticas, serão sempre a melhor forma de nos dar estímulo, nos fazer avaliar melhor o que fazemos e nos permitir avançar.

CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

Argel:
a reunificação
palestina

Argentina:
uma saída
instável

O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Polêmica na Constituinte

PUBLICAÇÃO MENSAL • NÚMERO 100 • CZ\$ 50,00 • BOA VISTA, MANAUS CZ\$ 60,00 • ANO X

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Juan Somavía

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil),

Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento Comercial: Maria Neiva. **Dept. de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes.

Endereço: Rua da Lapa, 180, 11º andar / salas 1104-1107

Tel.: 252-7440

Departamento de Arte: Léo Malina (editor), Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Ca-

xias. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabeth Mesquita, Leila

Maria C. Pinto, Isabel Falcão, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:**

Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia, Aldaci Machado Pereira. **Revisão:** Cláé Márcia Soares.

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP 20241 – Rio de Janeiro – Tel.: 222-1370/242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro. **Redator:** Rodolfo de Bonis.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clovis Sena (Brasília).

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20.241

Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957/ Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**

Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul

Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideu, Uruguai – **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Rosgal S/A. Gral. Urquiza 3090 – Montevideu

Representante na Argentina: Ruben Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue, Díaz Vélez 5125. Tel.: 9834191/4181. Stands Universitários, Eudeba, Rivadavia 1573, Tel.: 38-2913

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 – Buenos Aires, Capital Federal

• **Edição em Inglês (bimestral):**

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20.241 – Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Ecuador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincoc (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafez, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Mariantoni, Alice Nicolau, Ana Marfa Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Guiomar Belo Marques, Gregorio Selser, Gridvia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautín, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Martínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Raul Gonçalves, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Víctor Bacchetta.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ité-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Léo Malina

Revista mensal nº 100 – Maio/Junho. 1987

Cartas

ASSUNTOS EUROPEUS

(...) Talvez por nossa situação particular, veríamos com interesse o tratamento de assuntos e experiências europeias (luta das diferentes nacionalidades, evolução política dos partidos europeus social-democratas, democratas cristãos, liberais, etc.) por parte dessa revista. Somos conscientes de que isso ultrapassa o quadro de atuação de **CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO**, mas queremos registrar a sugestão.

Por outro lado, desejamos ressaltar o alto grau de interesse dos trabalhos que VV.SS. publicam, que vão além da simples informação factual. (...)

Librairie Ekin – Biarritz, França.

SOBRE SAMORA MACHEL

(...) Desde criança eu ouvia falar dele, mas não sabia exatamente o que ele simbolizava, mas esse mistério em torno de sua figura negra me ajudava a compreender que com ele algo havia mudado em Moçambique, como se ele tivesse soltado as amarras do seu povo. (...)

Hoje, eu sei que Moçambique se tornou um país independente e soberano pela luta heróica de um povo conduzido por Samora Machel.

Raquel Serrano (14 anos) – Ilha de Pico, Açores, Portugal.

A DEMOCRACIA NO RIO DA PRATA

Tanto na Argentina quanto no Uruguai, depois da lei do "Ponto Final", os militares se fortaleceram, queiram ou não nós, civis que tanto confiamos na reabertura, na reconquista da democracia.

Seria bom que VV.SS. fizessem uma

reportagem sobre essas duas experiências – que têm muito em comum, apesar das particularidades óbvias –, já que raras vezes se pode ter uma visão “de fora” com uma perspectiva construtiva e confiável.

Alfonso Sosa Cataldi – Buenos Aires, Argentina.

AS DISTORÇÕES EM CUBA

Fiquei decepcionado ao ler a resenha sobre o livro “Cuba – Retrato sem retiques”. Acabo de regressar daquele país onde, dentre outras coisas, participei, juntamente com outros 22 professores universitários brasileiros, de trabalhos acadêmicos nas universidades de Santa Clara e Havana. Pelo que vi e senti em Cuba, jamais poderia supor que o conteúdo do livro em questão pudesse ser tratado tão superficialmente, a ponto de passar impune tudo que ele tem de falso, inverídico e errôneo.

No livro, por exemplo, os capítulos referentes aos sistemas de Educação e de Saúde são perversamente mal trabalhados, a ponto de só indicarem uma infame predisposição para a mentira. Ademais, afirmar que a agricultura cubana é a mais “ineficiente e desastrosa do mundo” ou que lá os “medicamentos são também os mais caros do mundo” ou ainda associar o tema das “restrições que o regime impõe” (capítulo XVII) à procura paralela de dólares e calças jeans por uma minoria insatisfeita e transgressor das leis do país, é, na melhor das hipóteses, um tremendo e talvez deliberado erro de percepção. Evidentemente que a realidade cubana ainda é muito desconhecida no Brasil. São já longos anos de um isolamento cultural que gerou profundo atraso e desconfiança nas relações entre os dois

povos. Por toda essa herança, não se espere obviamente, que em uma ou em duas viagens a Cuba se possa, facilmente, fotografar a realidade cubana, ou muito menos, fotografá-la “sem retiques”.

Raimundo Palhano – Maranhão, Brasil.

DESINFORMAÇÃO

Fugindo aos padrões globais, a Rede Manchete oferece, desde que foi instalada, uma nova opção informativa de nível razoável. Mas a objetividade acaba quando aparece na tela o jornalista Alexandre Garcia, nas suas observações sobre a África.

Há alguns meses “informou”, que os mercenários da Unita ocupam 75% do território de Angola. Mas quem deu ao jornalista a oportunidade de exibir toda a sua desinformação foi o líder da Swapo, Sam Nujoma.

De fato, quando da chegada de Nujoma a Brasília, Garcia “informou” que se trata do chefe de um pequeno grupo tribal que desperta o terror do seu povo devido à sua ferocidade. Disse também que Sam Nujoma não é representativo do povo da Namíbia e que aspira apenas a converter-se num “ditador comunista”.

Cabe perguntar: a troco de quê Alexandre Garcia faz isso? Ou por acaso trata-se de uma concessão indevida à causa do apartheid?

Sebastião Lemos – Rio de Janeiro, Brasil.

UM “MURO DA VERGONHA” NO BRASIL

Não estamos muito distantes de Berlim. Temos aqui nosso próprio “muro da vergonha”. De um lado, as grandes discussões sociais e, do outro, as comunidades carentes, relegadas e esqueci-

das, sem direito às transformações do mundo moderno. Está cada vez mais difícil romper o muro que separa a sociedade contemporânea das forças populares. Esse muro vem crescendo, ficando cada vez mais alto e inexpugnável. As entidades populares, por sua vez, têm se manifestado e reivindicado o seu espaço e reconhecimento político.

As instituições governamentais têm mantido as comunidades e associações de bairro à margem das discussões mais importantes do nosso lento processo de mudanças. (...) As palestras e congressos promovidos por essa ou aquela entidade, na verdade, não passam de uma ducha fria, de uma discussão intelectual que não leva a nada.

(...) É visível o muro que entrepõe as lideranças populares à classe dominante que detém o poder, esvaziando toda proposta e/ou argumento progressista, o que só retarda a caminhada de nossa sociedade.

(...) Por outro lado, as lideranças locais vêm organizando e promovendo em assembleias de bairros o debate de assuntos polêmicos tais como: reforma agrária e urbana, o alto índice de desemprego, o crescimento desordenado das periferias das grandes cidades, sem esquecer o total abandono nas áreas de saúde e saneamento básico, transportes, ensino básico etc.

Há uma infinidade de projetos a serem implementados, para o quê se faz necessário haver uma participação coletiva. Por isso, projetos como esses não podem ficar restritos a gabinetes ou circuitos fechados de fundações ou universidades. (...)

É hora de refletir e de começar a unir forças, povo e governo, para que juntos busquem soluções. É hora do muro ser derrubado, das barricadas e arames farpados serem removidos, para que no futuro não existam barreiras como essas.

Berral – Recife, Pernambuco, Brasil.

terceiro mundo postal

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.

MILITARES:
PENSAMENTO E
AÇÃO POLÍTICA

ELIEZER RIZZO DE OLIVEIRA

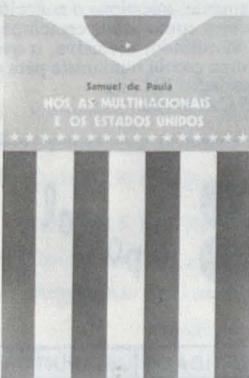


MILITARES: PENSAMENTO
E AÇÃO POLÍTICA
Org.: Eliezer Rizzo de Oliveira

Os autores estão ligados ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. O livro inaugura a coleção "Forças Armadas e Sociedade", dedicada à publicação de análises da presença política dos militares na vida brasileira.

Esta obra é leitura indispensável para quem deseja acompanhar a evolução do pensamento e ação dos militares. Estão no livro, dentre outros: René Armand Dreyfuss, Alain Rouquier, Geraldo Lesbat Cavagnari Fº, Luciano Coutinho, Clóvis Brigagão, Alexandre Barros, Roberto Godoy, Roberto Pereira, Jorge Boaventura e Eliezer Rizzo de Oliveira. 195 págs.

E-106 Cz\$ 385,00



NÓS, AS
MULTINACIONAIS E
OS ESTADOS UNIDOS
De: Samuel de Paula

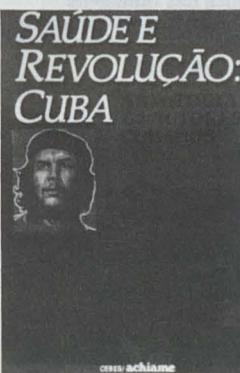
A dinâmica e conteúdo da extensão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositários. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 págs.

E-073 Cz\$ 125,00

A CRIANÇA DA FAELA E
SUA VISÃO DO MUNDO:
Uma contribuição para o repensar da escola
De: Ligia de Medeiros

A autora conviveu por dois anos com as crianças da favela da Rocinha, em uma de suas áreas mais pobres — a Rua Um. O que começou com um objetivo acadêmico, transformou-se em um trabalho cujos frutos extrapolam sua intenção puramente formal. 122 págs.

E-103 Cz\$ 132,00



SAÚDE E
REVOLUÇÃO:
CUBA
Antologia de autores cubanos

Não é mais um livro sobre Cuba e sim um documento importantíssimo. A experiência cubana na erradicação de doenças infecto-contagiosas; a reorganização do atendimento médico em zonas rurais e urbanas com o apoio da população; o sucesso alcançado pelos programas de saúde, apesar da grande emigração de mão-de-obra qualificada após a Revolução, são alguns dos aspectos discutidos neste livro. 344 págs.

E-079 Cz\$ 138,00

PARA UMA PSIQUIATRIA
DA LIBERTAÇÃO
De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O tema do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 págs.

E-083 Cz\$ 74,00

CONVITE
Quando vier ao centro do Rio, visite
nossa setor de livros. Você vai gostar
e "descontar".
Rua da Lapa, 180 / 1105

POR QUE MARX?

Org: Landro Konder, Gisálio C. Filho e Eurico de Lima Figueiredo Com: Fernando H. Cardoso, Marilena Chauf, Maria da Conceição Tavares, Nelson Werneck Sodré, Moniz Bandeira, F. Engels, K. Marx e outros.

Embora tenha morrido há mais de cem anos, Karl Marx é uma presença extremamente forte na cultura atual. Trazendo artigos dos mais importantes pensadores brasileiros, este livro pretende contribuir para uma melhor compreensão da fisionomia intelectual de Marx no Brasil. São 22 textos sobre os mais diversos aspectos do marxismo: o amor, o meio ambiente, o cristianismo, a história, o anarquismo, a democracia, entre outros. 360 págs.

E-036 Cz\$ 376,00

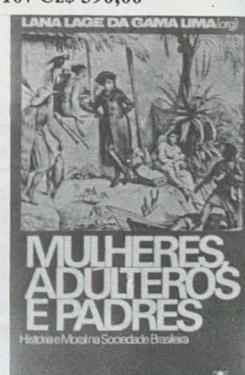


GUIA DO
TERCEIRO MUNDO
(Últimas unidades à venda)

616 páginas com informação objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • Informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade.

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a estudantes e profissionais • Necessário para industriais, exportadores, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, consultorias, salas de aula e mesa de trabalho.

E-107 Cz\$ 390,00



MULHERES, ADULTEROS
E PADRES
História e Mística Sociedade Brasileira

De: Lúcia Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letitios portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apoia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiásticos. 101 págs.

E-109 Cz\$ 120,00

A INSURREIÇÃO
ANARQUISTA

NO RIO DE JANEIRO
De: Carlos Augusto Addor

Resgatando uma conjuntura particular do movimento operário e sindical brasileiro na Primeira República — conjuntura de ascenso do movimento e de ameaça à ordem burguesa dominante — a obra torna-se, como afirma Evaristo de Moraes Filho nas "Breves Palavras" que apresentam o livro, "fonte de pesquisa e de estudo, de inspiração e de ensinamento". 219 págs.

E-101 Cz\$ 230,00

A QUESTÃO JUDAICA

De: Karl Marx

Obra importante da juventude de Marx onde ele inaugura, nos trabalhos aqui reunidos, a perspectiva do socialismo e do homem novo. 73 págs.

E-097 Cz\$ 52,00

OS HOMENS DE FERRO
Estudo sobre os trabalhadores
da Vale do Rio Doce em Itabira

De: Maria Cecília de Souza
Minayo

O livro aborda um tema pouco explorado na literatura antropológica disponível, a especificidade do segmento do operariado de mina a céu aberto, vinculado a uma empresa estatal voltada quase exclusivamente para exportação. O véu central da análise passa pelo processo de trabalho na mineração e pelas condições gerais de produção abrangendo portanto a indústria e o próprio urbano como lugares do confronto capital x trabalho. 242 págs.

E-104 Cz\$ 250,00

VIRE. TEM MAIS LIVROS E O CUPOM NO VERSO.

- 8 EDITORIAL – PAZ: um momento de esperança
- 9 PANORAMA TRICONTINENTAL
- ORIENTE MÉDIO
- 13 Palestina: Uma luz no fim do túnel, *Neiva Moreira*
- 18 Arafat desafia Israel a negociar, *Beatriz Bissio*
- SUL / SUL
- 21 Cooperar para poder sobreviver, entrevista com Julius Nyerere, ex-presidente da Tanzânia, *Carlos Castilho*
- 25 SUPLEMENTO BRASIL
- 26 Militares: Acertando o passo, *Procópio Mineiro*
- 27 O poder político deve retomar o seu lugar
- 29 Primazia civil inclui eficiência das armas
- 31 O debate na Constituinte
- 32 Economia: O cerco dos bancos
- 33 Na moratória, perplexidade, *Ricardo Bueno*
- 35 Na guerra, alternativas internas, *Domar Campos*
- 39 Norte-Sul: A ferrovia questionada, *Neiva Moreira*
- 42 Os meninos da rua
- 44 Cultura: A Missão: o filme, a história, o sonho
- AMÉRICA LATINA
- 49 Continuar a obra de Bolívar, *Alan García, presidente do Peru*
- 55 Argentina: Raúl contra "Rambo", *Roberto Remo Bissio, enviado especial a Buenos Aires*
- 59 Manobras na Bolívia
- 60 Chile: O povo ganha as ruas e a oposição amplia seu espaço
- 64 Clodomiro Almeyda: "Continuar a luta"
- 65 México: Correntes dissidentes criticam métodos do partido oficial
- ÁFRICA
- 67 Angola: Ainda há ameaças externas, *João Melo*
- 71 LIVROS
- 72 HUMOR: *Mowa*

O presidente peruano, Alan García, dá a sua visão da dívida externa latino-americana



Julius Nyerere, ex-presidente tanzaniano, desenvolve amplos contatos visando à constituição da Comissão Sul-Sul



Arafat, em Argel. A reunificação dos diversos grupos palestinos na OLP fortalece as iniciativas de paz na região



Argentina: como o presidente Alfonsín enfrenta a rebelião dos militares

Editorial

Paz: um momento de esperança

A política do presidente Reagan tem sido marcada por fracassos e impasses em várias partes do mundo. Mas nada indica que a Casa Branca se incline realmente a modificar sua estratégia nem a rever seus objetivos, a não ser sob a pressão dos acontecimentos.

O caso da Nicarágua é típico. Nos últimos meses, desde que o escândalo "Irāgate" se transformou no "Contragate", a linha política e diplomática dos Estados Unidos em relação àquele país tem sido submetida a enormes desgastes e a um processo de desmoralização incessante. Toda uma posição que se fazia crer inspirada em princípios desmoronou e o mundo tomou conhecimento de uma série de tramas, negócios escusos, dinheiros desviados, cartas secretas, enriquecimentos ilícitos, tudo sob o rótulo da mobilização de meios destinados a combater a "ditadura" na Nicarágua. A política de Reagan perdeu credibilidade no Congresso e na opinião pública e levou à crise o próprio governo norte-americano, do qual foram expurgadas figuras proeminentes.

Mas nada disso modificou o panorama. A Casa Branca continua captando dólares sujos para os "contras" e, enquanto estes engordam suspeitas contas bancárias na Suíça, o Pentágono continua montando novas agressões ao território nicaraguense e a CIA renova suas manobras para a desestabilização interna do governo sandinista. A invasão da Nicarágua é uma obsessão para o governo norte-americano, mas também é evidente que os caminhos dessa

aventura são cada vez mais complexos e difíceis. Mas Reagan não se detém no caso nicaraguense. O conjunto de sua política é sempre uma ameaça à paz internacional. Não há dúvidas de que o mundo respira hoje mais esperançoso com as medidas de distensão, internas e externas, postas em prática pela União Soviética. As propostas de Gorbachev revelam um novo espírito no Kremlin que aponta na direção do entendimento.

A retirada dos arsenais atômicos dos dois lados da fronteira geoestratégica é uma perspectiva real, como possível será um entendimento em torno da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em troca da desativação de algumas bases norte-americanas no Paquistão, que ameaçam o flanco meridional da União Soviética.

Reagan mostra-se esperançoso por um lado, mas logo o seu governo arranja novos pretextos para o confronto como, por exemplo, montando o "show" da espionagem na embaixada norte-americana em Moscou. Os soviéticos responderam com outras acusações semelhantes, como se a espionagem não fosse um estilo das grandes potências, com episódios frequentemente encerrados com a troca de espiões e até pedidos de desculpas. Mais que isso: agora, é brinquedo eletrônico, que se apresenta capaz de devassar os mais resguardados ruídos e conversas. Para Reagan, é essencial manter o visual do "durão", do intransigente, do cruzado do anti-socialismo com o qual chegou à Casa Branca.

Felizmente, essa não é a filosofia da maioria dos governos no mundo. Há um sentimento muito generalizado, mesmo entre os sócios mais imediatos dos Estados Unidos, de que esta é uma hora muito favorável a um entendimento internacional. Gorbachev, mesmo enfrentando resistências internas, tem dado mostras de flexibilidade, numa nova política que abre caminho a acordos concretos em muitos campos, incluindo o nuclear. Perder essa excepcional oportunidade de paz seria jogar com o destino da humanidade. Os acordos sobre os mísseis de médio alcance, discutidos em Genebra pelos especialistas das duas superpotências e objeto de entendimentos discretamente otimistas nas conversações do secretário George Shultz em Moscou, serão o primeiro grande passo concreto no caminho da paz. É urgente que o sr. Reagan e os belicistas do complexo militar-industrial de Washington sejam contidos não apenas pelos esforços do Congresso e de grande parte da opinião pública dos Estados Unidos, mas pela pressão internacional em favor do desarmamento.

O governo de Gorbachev tem desempenhado, até agora, um papel positivo, com sua abertura política interna e propostas muito concretas no sentido da redução do arsenal nuclear. É fundamental que continue, no esforço de transformar insucessos de hoje em resultados positivos amanhã. Há muitos anos não coincidem tantas condições favoráveis ao entendimento. Parece até que o mundo começa a viver sob a esperança do signo da paz.

Panorama Tricontinental

Estados Unidos Pressionam Contadora

□ Na sua edição de 10 de maio passado, o jornal norte-americano *Miami Herald* publicou documentos e informações confidenciais das investigações do escândalo "Irã-Contras", nos quais fica comprovada a campanha que a administração republicana tinha montado para pressionar governos latino-americanos comprometidos com a ação do grupo de Contadora.

As revelações indicam que "em 1985 e 1986, a administração Reagan dirigiu uma campanha secreta de ameaças e intimidações contra cinco governos latino-americanos que procuram ampliar as conversações de paz na América Central e ganhar apoio para os sandinistas". O *Miami Herald* afirma que essas ações ilegais foram concretizadas pelo assessor de segurança nacional, vice-almirante John Poindexter, pelo tenente-coronel Oliver North, pelo diretor de assuntos latino-americanos do Conselho de Segurança Nacional, Constantine Menges, pelo ex-diretor da CIA (falecido recentemente), William Casey, e pelo seu assistente para a América Central, Alan Fiers, entre outras pessoas. Pelo que parece – destaca o jornal –, "o presidente Reagan teria estado a par dessas atividades".

Os governos pressionados foram os da Argentina, México e Panamá, integrantes do grupo de Contadora, além de Costa Rica e Honduras.

O jornal acrescenta que "as pressões foram particularmente cruéis contra o México e o Panamá, já que a administração norte-americana procurava destruir o grupo de Contadora". A explicação é simples: o grupo de Contadora, afirma o jornal, dificultava os esforços do Congresso para conseguir maiores recursos para os "contras".

No caso do Panamá, as denúncias do



"Irã-Contras": a administração norte-americana tentou destruir o Grupo de Contadora

Miami Herald confirmam o que o Parlamento daquele país e o Partido Revolucionário Democrático (PRD) vinham informando à opinião pública internacional: a existência de uma conspiração contra a estabilidade política e as reivindicações nacionais panamenhas no sentido de desacreditar o governo. Dessa forma, a Casa Branca ficaria com o caminho liberado para violar os tratados do canal do Panamá e neutralizar os esforços diplomáticos panamenhos no contexto de Contadora.

Segundo o jornal norte-americano, em 12 de outubro de 1985, o vice-almirante Poindexter manifestou pessoalmente ao general Manuel Antonio Noriega, chefe das forças de defesa do Panamá, o "desgosto do seu governo pela participação panamenha em Contadora" e, além disso, solicitou o apoio aos "contras". Noriega negou-se e, em janeiro de 1986, tornou a reiterar sua posição. Em represália, nesse mesmo mês, o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos acabou com a ajuda econômica ao Panamá, transferindo-a para a Guatemala. Diante da insistência

de Noriega em manter seus princípios, Poindexter instruiu seus subordinados para que o desacreditassem e recomendasse sua substituição. Eliot Abrams compareceu perante o Senado em maio, para "acusar" Noriega de implicações com o tráfico de drogas e a "lavagem" de dinheiro, ao mesmo tempo que North e Menges proporcionavam à imprensa versões que responsabilizavam o general panamenho nesses assuntos.

Em relação ao México, as pressões foram feitas anuncianto-se ao governo de Miguel de la Madrid que, se persistisse nas suas gestões em Contadora, os Estados Unidos ajudariam o PAN (o principal partido de direita mexicano). Simultaneamente, Abrams acusou formalmente o governo mexicano de estar envolvido no tráfico de drogas.

Enquanto isso, em Buenos Aires, o embaixador dos Estados Unidos – segundo denuncia o jornal – teria feito chegar ao conhecimento de Alfonsín que começaria uma campanha de desestabilização, caso continuasse insistindo em seu apoio a Contadora.

Por uma nova ordem ecológica mundial

■ A suspensão imediata e global das experiências no campo da biotecnologia, notadamente no terreno agrícola, foi pedida pelos quase 90 especialistas e ativistas do meio ambiente de todo o mundo, reunidos em abril em Penang, na Malásia. Os participantes alegam que milhões de dólares estão sendo gastos em pesquisas biotecnológicas nos países ricos, enquanto a pesquisa sobre agricultura e subsistência nos países do Terceiro Mundo enfrenta uma aguda escassez de recursos, embora os técnicos garantam que avanços importantíssimos podem ser alcançados neste setor com investimentos muito pequenos.

Depois de intensas discussões durante seis dias, a conferência *Has man a future?* organizada pela Friends of the Earth of Malaysia e pela Asia-Pacific People's Environment Network (APPEN) exigiu que a suspensão das experiências biotecnológicas seja mantida até que os cientistas tenham dados mais completos sobre os efeitos destas descobertas sobre o meio ambiente no mundo. Especialistas dos Estados Unidos informaram em Penang que já foram detectadas várias falhas nos experimentos, com a liberação na atmosfera de gêns patogênicos alterados. Também foram feitas acusações contra a firma norte-americana Tech America, que desenvolveu um tipo de vacina para o gado que testes posteriores mostraram ser altamente perigosa não só para animais como para os seres humanos.

Outro tema que dominou as discussões foi a questão dos pesticidas para os quais foi pedida uma legislação universal capaz de eliminar efeitos nocivos para pessoas, animais e plantas. Além disso a declaração final da conferência pede uma ação global contra a destruição de florestas tropicais, notadamente em países do Terceiro Mundo, onde cerca de cinco milhões de hectares de selva já foram transformados em pastagens. Os ecologistas advertiram que a destruição das florestas é um fenômeno irremediável, uma vez que as técnicas de reflorestamento apenas recobrem o solo com alguns tipos de árvores, mas são incapazes de reproduzir o equilíbrio ecológico anterior entre as várias espécies vegetais e animais. Uma resolução específica, aprovada por unanimidade, foi a de solicitar uma campanha mundial contra a construção de gigantescas represas para a produção de energia elétrica. Estudos revelados durante os debates mostraram que as perdas e prejuízos gerados pelas grandes represas superam em larga margem os benefícios alcançados.

Da reunião de Penang, participaram tanto técnicos e especialistas como líderes de movimentos de base em vários países do mundo. Foi possível assim uma troca de experiências que levou ao surgimento de proposições visando não só ao aprofundamento de uma "consciência política da ecologia", mas também ao surgimento de uma "Nova Ordem Ecológica Mundial", baseada não

nos interesses das grandes empresas mas nas necessidades dos países mais pobres. Martin Khor, o delegado da Associação de Consumidores de Penang (CAP), uma das mais ativas organizações ecológicas da Ásia, pôs em dúvida os conceitos existentes de desenvolvimento econômico difundidos pelos países industrializados, afirmando que eles procuram transplantar para o Terceiro Mundo, um modelo que já entrou em crise na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Khor citou como exemplo mais claro o caso de chamada revolução verde, através da qual as empresas transnacionais de adubos e pesticidas praticamente forçaram a mudança das práticas agrícolas em escala mundial, deixando como saldo um empobrecimento ainda maior dos países exportadores de alimentos no Terceiro Mundo.

Diversos participantes do encontro de Penang reconheceram que as preocupações ecológicas não são mais um privilégio dos países ricos e nem devem ser adiadas no Terceiro Mundo em benefício de projetos de industrialização rápida. Houve acordo que hoje a Ásia, África e América Latina já estão pagando um preço muito alto e irremediável pela destruição de seus recursos naturais e que a defesa do meio ambiente nessas regiões do mundo está se transformando numa preocupação política quase tão importante quanto a da preservação da autonomia e integridade nacionais.

Carlos Castilho

MARATONA CULTURAL

■ O diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Amadou Mathar M'Bow, iniciou no dia 1º de abril último, uma cruzada internacional em defesa do Patrimônio Cultural e Monumental da Humanidade. Mathar M'Bow escolheu como ponto de partida para a sua maratona – percorrerá 29 países – a histórica praça do Convento de São Francisco, em Lima, construída no século XVI durante a dominação colonial espanhola. O diretor geral da Unesco pretende obter da comunidade internacional, recursos para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural dos diversos países.

Champion Gamma



M'Bow: preservar o patrimônio histórico

CAPABLANCA

■ A justiça tarda, mas não falha. Este gasto e, na maioria das vezes, mal colocado ditado popular, vez por outra serve para alguma coisa. Cerca de 45 anos após a sua morte, o maior enxadrista cubano de todos os tempos, José Raúl Capablanca (1888-1942), será homenageado e revivido nas telas de cinema. Ainda este ano, serão iniciadas as gravações de "Capablanca", uma co-produção cubano-soviética, que contará as glórias, os amores e as paixões do campeão mundial de 1925 e campeão de diversos torneios internacionais, trazendo assim a sua figura de volta para as novas gerações.

A Conferência da UIP

Os conflitos da América Central e do Oriente Médio foram os principais temas debatidos na 77ª Conferência da União Interparlamentar Mundial (UIP), realizada entre 27 de abril e 2 de maio.

Em relação ao primeiro tema, a UIP, em uma resolução de 16 pontos, exorta o governo norte-americano a acatar o veredito da Corte Internacional de Haia de junho de 1986, que ordenava o fim da agressão econômica e militar contra a Nicarágua; apóia abertamente as gestões de paz do Grupo de Contadora e pede a realização de negociações bilaterais entre Washington e Manágua.

O pronunciamento, feito na capital nicaraguense por 86 delegações de parlamentares de todo o mundo, com as mais diversas linhas políticas, significa uma das condenações mais duras dos últimos tempos à administração Reagan. A resolução ganha ainda mais peso se se levar em conta que ela foi apoiada por várias delegações que divergem do governo de Daniel Ortega, inclusive algumas que estão entre os aliados mais próximos dos Estados Unidos.

Quanto à questão do Oriente Médio, a conferência reconheceu os esforços das Nações Unidas para conseguir uma solução equilibrada, pacífica e realista para o conflito na região. Na opinião dos parlamentares presentes em Manágua, a projetada conferência para o Oriente Médio deverá reunir os membros do Conselho de Segurança da ONU, os países envolvidos e, fundamentalmente, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), reconhecida como a única legítima representante do seu povo. O representante da OLP, Khasen Al Hassan, assinalou que os termos da convocatória para a conferência internacional "propõe um equilíbrio que ninguém pode negar, pois se trata de um quadro onde estariam reconhecidos os direitos de todos".

A delegação israelense preferiu isolarse no encontro, concluindo que não se podia "aceitar os termos da convocatória para a conferência internacional de paz porque isso equivaleria a desconhecer Israel". Isso em nenhum momento esteve colocado na reunião.

No caso da guerra Irã-Iraque, a UIP

pediu uma saída pacífica baseada no diálogo e sublinhou a necessidade de proteger a navegação internacional no golfo Árabe. Em relação ao conflito do Líbano, coincidiram na necessidade urgente de se chegar a uma solução para terminar com "um dos maiores dramas de nossa época", nas palavras do comandante Carlos Núñez, presidente da conferência e presidente da Assembléa Nacional da Nicarágua.

Houve consenso generalizado quanto

ao esforço realizado por Manágua para criar a estrutura da reunião em apenas seis meses. Por outro lado, foi destacada por numerosos participantes a atitude dos representantes sandinistas, que não responderam ao norte-americano J. Rhodes, quando este atacou violentamente a Nicarágua e defendeu o apoio de seu governo aos "contras", deixando-o como uma voz solitária e condenada.

Stella Calloni

O ASSASSINATO DE KARAMI

"Mataram o símbolo de nossa unidade nacional", exclamou um comerciante de Beirute ao saber do atentado que vitimou o primeiro-ministro Rashid Karami, de 65 anos, em 1º de junho. Apesar de não ser um líder círsmático, Karami ocupou nove vezes o cargo de primeiro-ministro por sua habilidade em conciliar posições divergentes, comuns na violenta política libanesa. Sempre foi um defensor intrinsígeno da participação da comunidade muçulmana no governo (ele pertencia a uma rica família muçulmana sunita da cidade de Trípoli), estava empenhado na pacificação do país e era partidário de uma integração entre o Líbano e a Síria. "Somos um mesmo povo dividido em dois Estados", costumava dizer quando era consultado sobre esse assunto.

A bomba que o matou estava em sua própria valise, colocada embaixo de sua poltrona, no helicóptero que o transportava de sua residência de veraneio, em Trípoli, para Beirute. Os demais passageiros, num total de 13, também ficaram feridos pela explosão provocada

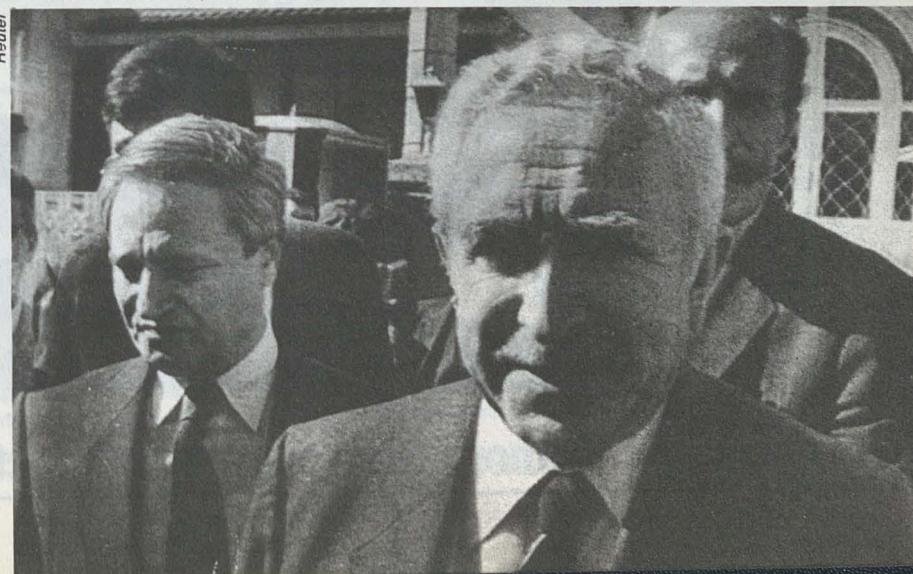
pela bomba, aparentemente acionada por controle remoto.

O presidente Amin Gemayel – um cristão maronita – ordenou uma investigação a fundo do atentado e pouco depois nomeou o ministro da Educação, Selim Hoss, como primeiro-ministro interino. Karami e Gemayel não se falavam desde janeiro de 1986 devido à rejeição do chefe de estado ao acordo de pacificação que o primeiro-ministro havia negociado com as autoridades de Damasco e os chefes das diferentes facções libanesas. Em 4 de maio passado, Karami havia apresentado sua renúncia "como uma saída para conseguir a pacificação do Líbano", mas o presidente não a aceitou.

Karami gerou uma grande polêmica em fevereiro passado, quando pediu às tropas sírias que entrassem em Beirute, em uma tentativa – segundo havia declarado – de pôr fim à guerra dos acampamentos e aos confrontos entre as diferentes milícias muçulmanas.

Depois do atentado, o exército libanês declarou o estado de alerta em todo o país e houve uma paralisação quase total das atividades comerciais, em uma resposta espontânea da população diante da morte do primeiro-ministro.

Karami: um lutador pela unidade libanesa



Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

A OLP resolve suas
divergências internas
e reafirma a necessidade
da autodeterminação

Palestina: Uma luz no fim do túnel

Neiva Moreira

“A demora na decolagem do avião deveu-se a medidas de extrema segurança no aeroporto ‘Huari Bumediene’, de Argel”, informava, da cabine, o comandante do jato que nos conduzia a Roma, no retorno ao Brasil.

Na verdade, não foram apenas no

aeroporto que essas medidas se faziam sentir. Os hotéis que iriam abrigar os muitos hóspedes presentes ao 18º Congresso Nacional Palestino (CNP) foram evauciados previamente e neles se instalou um onipresente sistema de segurança, bem dissimulado mas sensível.

Mas, não era para menos. Argel viu-se subitamente tomada por cerca de seis mil visitantes – delegados ao Con-

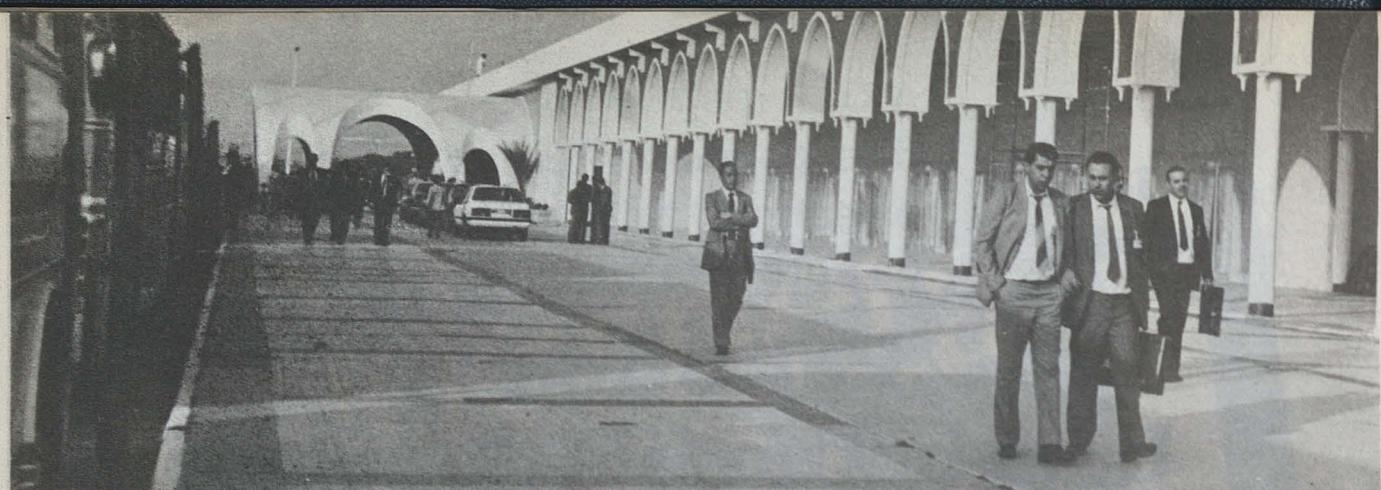
gresso, convidados, jornalistas e militantes palestinos procedentes de todas as partes do mundo. As ameaças à imensa assembléia eram atribuídas a origens diversas: ao serviço secreto de Israel e a grupos palestinos inconformados.

Nos corredores do majestoso Palácio das Nações, que já abrigara em 1973 a 4ª Reunião dos Países Não-Alinhados e, de lá para cá, foi sede de importantes

Fotos: B. Bissio



Xeque Abdelhamid Sayeh: um severo parlamentar que dirigiu as reuniões do Parlamento Palestino no exílio



Palácio das Nações, em Argel: assim como os hotéis, um dissimulado mas bem montado sistema de segurança

eventos, os rumores corriam soltos. Um convidado latino-americano me "confidenciou" que 14 (ele sabia o número exato) aviões israelenses tinham chegado ao Marrocos e só esperavam ordens para se atirar contra o Palácio. Conhecia detalhes técnicos: "Os aviões são daqueles que bombardearam Túnis, com pontaria servida por raios laser, de extrema precisão".

O espectro de Abu Nidal

Mais tarde, um colega europeu me perguntava se eu soubera algo sobre a volta de Abu Nidal. Acompanhando o coronel Kadhafi, eles já estariam no edifício e poderiam irromper a qualquer momento no plenário. Naturalmente, embora lhe dissesse que não sabia de nada, fiquei em dúvida quanto à veracidade daquela história, tal era a convicção daquele profissional "bem informado".

Abu Nidal, além de outras atividades terroristas, se especializou em matar os irmãos palestinos, entre eles importantes quadros diplomáticos. Em Aveiro, no sul de Portugal, assassinou Issam Sartawi, dirigente da Al-Fatah, diplomata muito ligado a Arafat (ver "terceiro mundo" nº 54, maio/83). À época, Sartawi desenvolvia conversações com importantes setores israelenses abertos ao diálogo e tendentes ao reconhecimento do Estado palestino. O grupo era encabeçado pelo general Peled, um herói militar de Israel e deputado no Parlamento.

Na verdade, Abu Nidal estivera na véspera em Argel, tentando retornar à Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Embora tenha sido uma decisão tomada a portas fechadas,

transpirou nos corredores do Palácio das Nações que a OLP rejeitara unanimemente o seu retorno. Apenas os mais flexíveis deixaram uma porta aberta: que Abu Nidal fizesse uma autocritica aceitável, mudasse sua linha de ação, abandonando o terrorismo, e esperasse o tempo necessário para que pudesse ser acreditado. Em outras palavras: mandaram-no de volta ao seu esconderijo no deserto de um país árabe não-identificado.

Quanto aos rumores sobre os aviões israelenses, os antecedentes de Entebbe e Túnis tinham que ser avaliados adequadamente pela segurança argelina, que encarou com muita seriedade sua tarefa. Policiais pelas ruas, reforço de determinados pontos estratégicos, tanques e artilharia antiaérea em torno do Palácio das Nações, aviões supersônicos de prontidão nas suas bases e um desastroso parado dia e noite na costa, ao largo da sede da reunião.

"Em nome de Deus clemente e misericordioso"

Os trabalhos do Congresso, que é o Parlamento palestino no exílio, decorreram, contudo, em total normalidade, marcados por uma discussão democrática que não ficava atrás dos parlamentos mais trepidantes e livres do mundo. O presidente do Conselho, o xeque Abdellahim Sayeh, duro na aplicação do regimento interno, teve que intervir muitas vezes para restabelecer a normalidade dos trabalhos e nem sequer poupou Yasser Arafat de severas advertências, este sempre rodeado por centenas de jornalistas e iluminado pela luz dos flashes e holofotes: "Peço ao

irmão Abu Amar (Arafat) que acabe com tantas fotografias e conversas paralelas e se integre aos nossos trabalhos"

O xeque, como os demais oradores, mesmo o secretário geral do Partido Democrático e Popular do Iêmen do Sul, Ali Said Al-Baideh, de tendência marxista, começava sempre suas intervenções "em nome de Deus clemente e misericordioso", mas a invocação não impedia um debate caloroso e duro.

A sessão do Parlamento palestino estava longe da primeira, realizada entre 28 de maio e 02 de junho de 1964, em Jerusalém (El Qods). Esta já era a 18ª reunião, sem dúvida uma das mais importantes e, seguramente, a mais decisiva.

As lideranças e os partidos e organizações palestinos vinham de um período não apenas de duras batalhas militares, nem sempre de sucesso, de massacres e perseguições, como também de profundas e dilacerantes divisões internas. "Há quase quatro anos, não fazemos outra coisa senão nos enfrentar internamente, seja pelas nossas próprias divisões, seja refletindo os problemas internos dos nossos irmãos árabes", nos comentava um jornalista palestino atuando no golfo Árabe.

Os reflexos dessa situação nos territórios ocupados e nos campos de refugiados do Líbano e da Jordânia foram dramáticos. Os choques com os sírios, principalmente na área de Trípoli, ao norte do Líbano, e a chamada "guerra dos campos" estavam presentes na memória de todos.

Quando Arafat prestava homenagem a combatentes mortos, citando-os pelos

homes, a líder palestina Leila Khaled, que se tornara famosa quando pioneiamente sequestrou um avião comercial, protestou pelas omissões. "Trata-se somente da lista de nomes dos membros do Conselho Nacional Palestino caídos no campo da honra. Além deles, durante os últimos seis meses, tivemos cinco mil mártires", respondeu o líder da OLP.

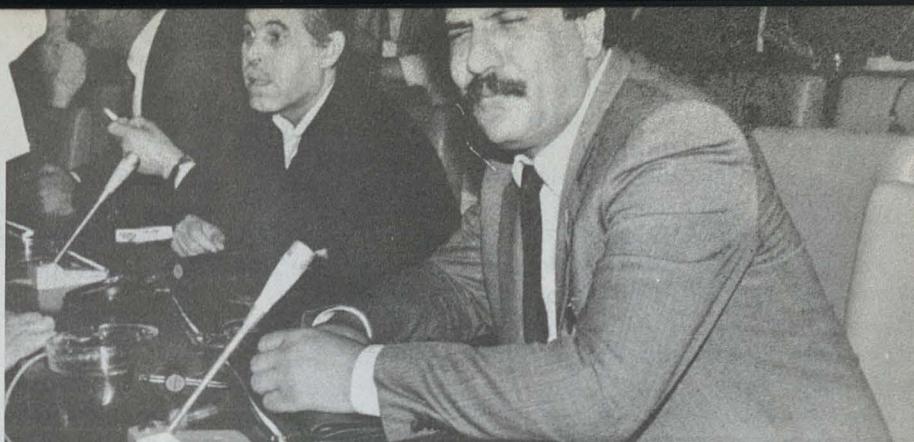
Pressão em favor da unidade

Por esse e por outros motivos mais, foi nos campos de refugiados e nos territórios ocupados que se gerou o mais forte movimento em favor da unidade palestina. Nenhum dos 420 deputados que chegaram a Argel para a sessão parlamentar desconhecia essa realidade. A todos eles, de uma maneira ou de outra, haviam chegado os apelos dos seus compatriotas para que detivessem as lutas internas e se reunificassem.

Os 17 mil palestinos do campo de Rachidiyah, a 87km ao sul de Beirute, enviaram ao Congresso uma mensagem dramática: "A 'guerra dos campos' iniciada pelo movimento Amal (muçulmanos xiitas) contra os campos de refugiados de Beirute e do Líbano-Sul não teria sido possível se não fossem as divisões internas dos palestinos". E prosseguia: "Os habitantes de Rachidiyah se voltam para Argel com a consciência de que somente a reunificação da OLP pode conduzir o povo palestino à vitória. A tomada de posição do Congresso nesse sentido é uma exigência popular e nós os concitamos a assumir suas responsabilidades históricas".

Mas esse não foi o único fator que obrigou à unidade. No seio das massas, esse sentimento se traduzia em manifestações inequívocas em todo o Mundo Árabe e alguns governos e dirigentes políticos também se colocavam nessa linha. Mas, nesse campo, foi sem dúvida a posição da Argélia, a firmeza e determinação com que defendeu e estimulou o processo de unidade, que criou as condições políticas e diplomáticas para o êxito.

Perguntei a um dos negociadores mais próximos do presidente argelino, membro do Birô Político e ministro da Informação, Bachir Ruis, se em algum momento ele considerava fracassada a mediação argelina. "Não. E o que conta não são as dificuldades encontradas mas os resultados que todos estamos acompanhando". Em um discurso aplaudido de pé pelo plenário, Yasser



Abu Abbas nega ter planejado o sequestro do "Achille Lauro"

Arafat reconheceu esse papel da Argélia: "Na provação, sempre tivemos a Argélia do nosso lado. Toda vez que somos atacados, quando nos querem destruir, sempre encontramos ao nosso lado o irmão *moudjahid* (combatente), presidente Chadli Bendjedid, com o seu povo de um milhão e meio de mártires", referindo-se às perdas da Argélia na luta pela independência.

O futuro da reunificação

A pergunta que se faz hoje nas capitais árabes é se essa unidade interna persistirá.

Pensar que todos os problemas palestinos foram solucionados seria utópico. Muitos desses problemas eram questões e disputas de lideranças ou de espaços políticos. Outros tinham mais profundidade. A própria estrutura da OLP favorecia as divisões, permitindo decisões autoritárias ou inadequadamente discutidas e preparadas.

O Parlamento palestino promoveu modificações profundas nas estruturas do seu poder interno. "A reforma introduzida no plano de sua estrutura é, sem dúvida, a mudança organizacional mais importante que a OLP conheceu desde a sua fundação. Os dirigentes palestinos atacaram as causas estruturais que favoreceram seus desentendimentos", escreveu o jornal *El Moudjahid*, de Argel.

Os dois principais líderes, até então dissidentes, Georges Habbash – da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) – e Nayef Hawatmeh – secretário geral da Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) – reincorporaram-se ao alto comando da OLP. Habbash disse, numa entrevista, que pesaram muito na decisão do seu grupo de retornar ao CNP as gestões do presidente Chadli e os apelos dos campos e dos territórios ocupados. "Leva-

mos em consideração o apelo das nossas massas populares, a clara consciência dos perigos que cercam a OLP e, também, a nossa vontade de pôr fim ao seu enfraquecimento". Para Hawatmeh, "todas as divergências políticas e estruturais dos últimos quatro anos e que provocaram divisões destruidoras foram aplaudidas".

Um tom moderado e realista

Os palestinos sabem que os fatores de divisão não foram todos eliminados. Para assegurar o caráter democrático das decisões da OLP foi criado o Comitê Central, órgão intermediário entre o Conselho e o Comitê Executivo, composto de 75 membros e que velará pelo cumprimento das decisões parlamentares no recesso do CNP. O próprio Conselho foi ampliado, não apenas com a representação das novas organizações – como o Partido Comunista Palestino –, mas também com o ingresso de 21 personalidades independentes e o reforço da representação feminina. "Essas medidas democratizam o poder na Palestina revolucionária", nos disse um membro da FDLP.

O tom do congresso foi muito moderado e a luta armada passou a ser tratada segundo o conceito de Clausewitz, ou seja, como a continuação da política por outros meios e não como um objetivo em si mesmo. Houve um momento na reunião em que um certo espírito radical quase "entorna o caldo". Para o documento final, se recomendavam medidas militares concretas para a resistência palestina no Líbano, descendo a detalhes técnicos, como o estabelecimento de uma espécie de estada-maior conjunto com as forças progressistas libanesas. Além de desnecessária, pois seria inconcebível que uma guerra

como a que os palestinos travam nos campos de refugiados e nos territórios ocupados não obedecesse a uma estratégia comum e a um comando unificado, essa medida poderia parecer provocativa aos olhos dos setores mais conservadores do Líbano, contrários à presença palestina no seu país.

Pelo menos uma parte do plenário tinha se entusiasmado com a proposta. Mas coube a um veterano lutador palestino, o embaixador da OLP em Beirute, Shafic El-Hout, mudar o rumo das coisas, chamando a atenção do plenário para a realidade no Líbano, onde estruturas de poder muito fortes se opõem à presença palestina. Para ele, os palestinos travam em Beirute e nos territórios ocupados uma luta defensiva e não têm porque organizar-se para a guerra, e sim defender-se. "Prosseguimos na luta não porque sejamos heróis, mas porque não temos outra saída. Estamos, contudo, cansados de guerra", declarou. A proposta desapareceu na geladeira de uma das dez comissões do Conselho.

Essa abertura política que encara a resistência armada como uma imposição externa, se refletiu em todos os atos do Conselho, desde o minucioso relatório de Abu Loft (Faruk Kaddume), chefe do departamento político da OLP, ou seja, o segundo na hierarquia palestina e seu chanceler, até os cuidados com que foram tratados os problemas de Abu Nidal e Abu Abbas, este acusado por governos ocidentais de ter planejado o sequestro do navio de turismo "Achille Lauro".

O caso de Abu Nidal foi um divisor de águas e, apesar de tratado secretamente, se sabe que não houve uma só voz na OLP que defendesse o seu reingresso na entidade. Um fato curioso é que a sua reintegração à OLP era estimulada nos bastidores por certos governos da Europa, interessados em submeter Abu Nidal à disciplina da organização.

Com Abu Abbas, o tratamento foi diferente. O seu mandato no Comitê Executivo foi limitado a seis meses, mas isso se deveu ao problema interno da sua organização, a Frente de Libertação da Palestina (FLP), dividida entre duas tendências: a dele, com sede em Bagdá, e a outra, liderada por Talat Yacub, com base em Damasco. A OLP espera que, naquele período, a FLP se reunifique e possa indicar o seu representante definitivo na Executiva palestina.

Abu Abbas, em declaração que nos fez, negou peremptoriamente que houvesse planejado ou dirigido o sequestro. Admitiu que um comando de sua organização viajava no navio, como "turista", com o propósito de desembarcar em Haifa, Israel, e ali empreender operações de guerra. O comando foi descoberto e modificou sua conduta, tomando o navio e desviando-o de sua rota. Sobre a morte do norte-americano Leon Klinghoffer, ele se diz totalmente alheio ao caso, até porque a esta altura já era um mediador entre o grupo e as autoridades, para evitar o pior. "Se os responsáveis por esse ato dependessem do meu julgamento, seriam condenados à morte. Mas, não se pode deixar de

entender, como atenuante, que eram jovens cujas famílias foram massacradas, que nasceram em campos de refugiados, viveram sempre perseguidos e marginalizados, num clima emocional propício ao desespero".

O Relatório Kaddume

A tônica do documento de Faruk Kaddume foi, no entanto, a abertura. Ele reproduz as definições ideológicas da OLP e seus objetivos políticos – a autodeterminação, o retorno dos exilados à Pátria, o direito à defesa armada. Faz um longo e pormenorizado relatório sobre o que se passou entre as duas sessões parlamentares, justificou a denúncia do acordo com a Jordânia e o repúdio aos acordos de Camp David e examina todos os aspectos das relações da Palestina com o Mundo Árabe.

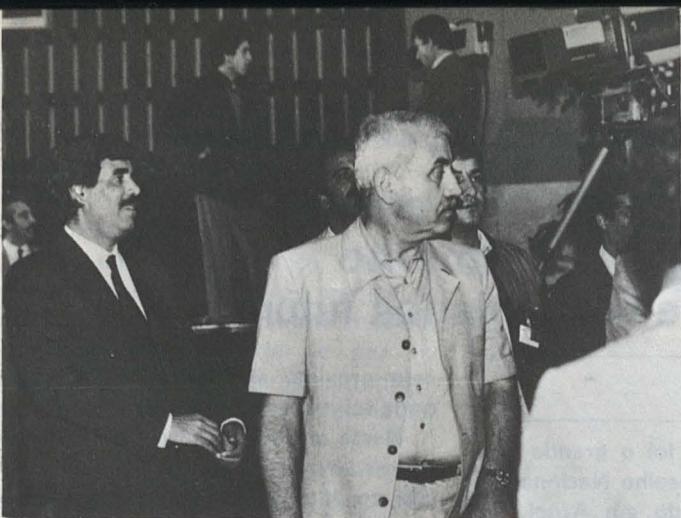
Chamou a atenção o tom suave das referências aos três países com os quais as relações dos palestinos são mais difíceis – Jordânia, Síria e Egito. Embora denunciasse o acordo que os vinculava ao reino hachemita (Jordânia), a OLP renova ao rei Hussein a proposta de uma Confederação entre dois Estados soberanos, ou seja, Jordânia e Palestina. Esse não é um problema fácil. Embora não se conheçam estatísticas seguras, há indicadores confiáveis segundo os quais residem, hoje, na Jordânia, mais palestinos que jordanianos e isso torna as relações entre ambos mais difíceis e problemáticas.

Foi evidente a abertura do 18º Congresso em relação à Síria. Os discursos e documentos evitaram acusações mais severas e quase todos – as exceções foram limitadas e não tiveram apoio do plenário – enfatizaram a decisiva importância da Síria no contexto da situação do Oriente Médio. Na entrevista que concedeu à imprensa, Arafat acentuou que "o CNP deveria abrir uma nova página nas relações palestino-sírias" e que "esse entendimento deverá ser construído com base no respeito e na igualdade".

Mas podia-se dizer que Arafat tinha um ouvido na Argélia, desempenhando papel decisivo na reaproximação dos palestinos com a Síria, e o outro em Moscou, onde, por uma estranha coincidência, o presidente sírio Hafez Assad se encontrava em conversações com Gorbachev. Quando lhe perguntamos se era verdade que telegrafara a Gorbachev pedindo sua mediação com os sí-



O presidente argelino, Chadli Bendjedid, o incentivador do processo de unidade



George Habbash: voltando ao alto comando



Nayef Hawatmeh: "As divisões se acabaram"

rios, Arafat confirmou que se dirigira ao líder soviético e acrescentou que estava nos seus planos imediatos ir a Moscou.

Falamos com vários deputados palestinos e mesmo aqueles que não têm simpatia pelo regime de Damasco foram explícitos em dois pontos: a paz no Oriente Médio não pode ser obtida sem a Síria e a causa palestina necessita de um entendimento duradouro com Damasco.

O Egito foi, durante toda a semana de debates, cochichos e negociações, o ausente presente. O "grande irmão", como Arafat sempre se referia a esse país, é um fator decisivo na defesa da causa árabe e palestina, um fato que os parlamentares do 18º Conselho destacaram em muitas oportunidades. Arafat declarou que as relações entre a OLP e o governo do presidente Mubarak eram boas, mas a verdade é que entre os palestinos e o Cairo se colocam dois complicadores difíceis: os acordos de Camp David e as relações privilegiadas do governo egípcio com os Estados Unidos.

A delegação egípcia ao Conselho era a mais numerosa. Ia desde o vice-presidente do Partido Wafd, de oposição, ao coronel Moujaidine, um dos últimos Oficiais Livres, companheiro de Nasser na revolução egípcia. Também eram muito numerosos os jornalistas, que não disfarçavam suas simpatias por Arafat e a OLP.

O Cairo não gostou das resoluções palestinas e anunciou represálias contra a OLP. "Manter a face", nos comentava um especialista em política árabe. O tom emocional, que sempre marcou os rumos da linha política dos árabes, esteve ausente e as referências palestinas

ao "grande irmão" do Nilo foram moderadas e tendentes a não fechar portas para o futuro.

Marrocos, outro ponto difícil

Outro fato que chamou a atenção dos especialistas da região foi a evidente virada da OLP no rumo do Iraque, no caso da guerra com o Irã. As incertezas e as cautelas dos documentos anteriores cederam lugar a uma condenação da guerra e a responsabilizar o Irã pela continuação da mesma. Recorreu uma noite em Beirute, quando Arafat vinha de Teerã de mais uma tentativa para terminar com a guerra. Suas palavras eram cautelosas, refletindo posições neutras. A consciência árabe de que o aiatolá Komeini, se o Iraque fosse derrotado, chegaria às praias de Áden, determinou, sem dúvida, essa nova posição.

O problema mais difícil, pelo menos na assembléia do Palácio das Nações, foi com o Marrocos, que retirou seus delegados ao tomar conhecimento da presença na sessão inaugural de Mohamed Abdelaziz, presidente da República Árabe Saarauf Democrática (Rasd). O rei marroquino, Hassan II, assumiu uma posição radical nas represálias: determinou a qualquer delegado do seu país, seja qual for a sua representação ou a reunião de que participar, que abandone o local onde esteja, se aparecer um delegado palestino. Ora, delegados palestinos é que não vão faltar e isso tornará o Marrocos um virtual ausente no cenário internacional, a começar pelas Nações Unidas.

Os palestinos reagiram moderadamente em relação àquela decisão. O

porta-voz da OLP, Ahmed Abdul Rahman, limitou-se a comentar: "Não creio que seja prerrogativa do Marrocos nos impor a escolha dos nossos convidados. É um direito a que não podemos renunciar em face de qualquer Estado, partido ou organização". Por sua vez, Georges Habbash foi um pouco mais além: "A posição de Hassan II era esperada e não foi lamentada. Ao contrário, ela não pode servir senão à consolidação das posições patrióticas, nacionalistas e revolucionárias da OLP".

Os palestinos em geral consideram que o rei agiu seguindo uma linha política ditada a partir de Washington, a qual passa por uma crescente aproximação do Marrocos com Israel.

Kreisky teria razão?

O encerramento da reunião do Parlamento palestino foi festiva, com muitos cantos, poesia, brados de vitória e um efusivo congraçamento. "Para jamais esquecer", nos dizia o deputado Farid Sawan, representante da OLP no Brasil.

Mas, sem dúvida, um dos seus momentos culminantes foi a entrada do ex-chanceler da Áustria, Bruno Kreisky, saído de uma grave enfermidade e cujos biógrafos descobrem origens judias nos seus antepassados. Kreisky lamentou que a Internacional Socialista, da qual é um dos dirigentes, não tenha revelado, ao longo dos anos, maior compreensão para com a causa palestina. Só ele e o assassinado primeiro-ministro sueco Olof Palme tinham uma visão correta do assunto. "Trabalho para que a OLP obtenha a condição de observador", anunciou ele.

O dirigente socialista europeu defendeu a convocação de uma Conferência Internacional para a discussão do problema palestino e manifestou-se mais otimista. A presença de Gorbachev à frente do governo da URSS está modificando o panorama diplomático. Assim como o dirigente soviético trabalha para solucionar o grave problema dos mísseis na Europa, não há dúvidas de que, com a sua participação, o mais grave caso político internacional da atualidade, que é o palestino, também poderá ser solucionado com o seu apoio.

"Minha visão – disse Kreisky – é que o povo palestino obterá, muito breve, o seu direito à autodeterminação".

Se os fatos confirmam essa previsão, só o futuro dirá. Mas não há dúvidas de que mesmo em Israel é cada dia maior a compreensão de que o domínio israelense sobre os palestinos não poderá ser mantido eternamente pelas armas. Há informações de que o líder dos trabalhistas israelenses, Shimon Peres, vem conversando sobre o tema, embora os seus interlocutores, que não pertençam à OLP, possam não ser os mais indicados. Pela primeira vez numa reunião palestina de tão alto nível não se falou na destruição do Estado de Israel e despertou grande curiosidade entre os quase 700 jornalistas presentes ao Palácio das Nações a referência do Relatório Kaddumé à presença, como um "fato novo", de "importantes forças democráticas e progressistas em Israel, com as quais os palestinos devem ampliar os seus vínculos". Sabe-se, também, que o governo de Israel está dividido em relação à Conferência com a participação da OLP.

A reunificação dos palestinos não seria apenas o que faltava para que se concretize um projeto de paz. Mas sem ela, qualquer iniciativa, como a Conferência Internacional sobre a Palestina, morreria no nascedouro. A unidade fortalece a sua convocação e reforça, na Europa, o apoio à idéia.

Na seu discurso final, antes que o xeque Abdelhamid Sayeh encerrasse o Conselho com uma frase do Alcorão – "Não nos dividam" –, Arafat reiterou sua opção pela paz. "Preferimos a paz à guerra. Mas queremos uma paz justa e global, que estabeleça o direito a uma pátria palestina com *El Qods* (Jerusalém) como capital".

Arafat desafia Israel a negociar

O presidente da OLP analisa o trabalho do Parlamento palestino e traça planos futuros

Beatriz Bissio

Yasser Arafat foi o grande vitorioso do Conselho Nacional Palestino reunido em Argel. Depois de quatro anos de divisão interna na OLP, quando sua liderança foi questionada por alguns dos mais importantes integrantes da organização, em particular pela Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), liderada por Georges Habbash, e pela Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP), encabeçada por Nayef Hawatmeh, Arafat foi aclamado na 18ª sessão do Conselho como líder indiscutível da OLP e aplaudido de pé, inclusive por seus principais ex-adversários.

Uma vez concluídas as deliberações do Conselho, Arafat fez um balanço das conquistas e das principais definições políticas adotadas. Falou com tranquilidade diante de duas centenas de jornalistas de todas as partes do mundo que se encontravam em Argel cobrindo os trabalhos do CNP e recebeu terceiro mundo numa casa de proto-

colo próxima ao Palácio das Nações, onde foi realizada a reunião.

Nesta entrevista, surgiu pela primeira vez uma proposta concreta em relação ao futuro Estado palestino independente: "Desafio as autoridades israelenses a discutirem a criação de um Estado binacional, soberano e independente, em todo o território da antiga Palestina, onde palestinos e judeus vivemos em paz", afirmou Arafat.

Como avalia os resultados do 18º Conselho Nacional Palestino?

– O mais importante é que todos os grupos que formam a OLP alcançaram seus objetivos. Discutimos exaustivamente numerosos assuntos e reafirmamos nossa meta comum de libertar a Palestina para deixar às gerações futuras uma pátria livre e independente onde possam viver em paz.

E quais eram os objetivos de cada grupo?

– O que todos queriam era alcançar a unidade. E isso foi conseguido. Fortalecemos a unidade da direção política palestina, que reflete claramente a unidade



Yasser Arafat: "O principal objetivo era a unidade. E isso nós conseguimos"

de nossa população nos territórios ocupados e nos campos de refugiados. Não há dúvida de que a OLP se viu fortalecida como a única e legítima representante do povo palestino, para conseguir seus objetivos a nível internacional.

Que consequências imediatas poderá ter a unidade alcançada no CNP?

– No terreno diplomático, ajuda os países árabes e os países amigos da causa palestina a tomarem medidas concretas para negociar a paz no Oriente Médio e, em particular, encontrar uma solução para o problema palestino.

Facilita também o papel que a União Soviética poderá desempenhar nesse campo, por seu peso internacional. Nos próximos meses, irei pessoalmente a Moscou.

No plano da luta de nosso povo pela criação de um Estado palestino independente, a unidade fortalece e transmite confiança à população. A reunificação da OLP renova suas esperanças de vitória.

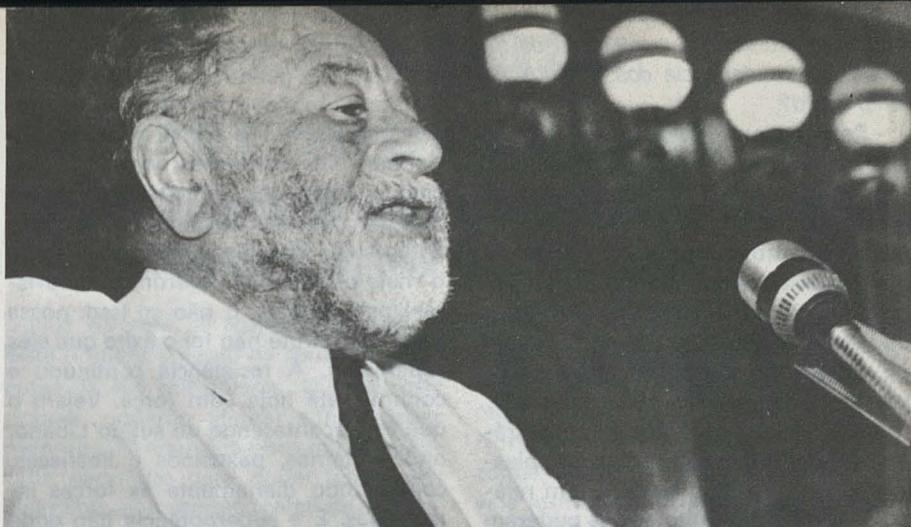
Durante as sessões do Congresso, se analisou a situação internacional. Que propostas concretas foram feitas para os próximos meses, no terreno diplomático?

– Durante nossas discussões, em particular na Comissão Política, analisamos detalhadamente os acontecimentos internacionais que estão relacionados com a questão do Oriente Médio e o problema palestino. Enfatizamos a necessidade de se convocar uma Conferência Internacional de Paz, iniciativa que já foi aprovada pelo Movimento dos Países Não-Alinhados em sua última reunião, realizada no Zimbábue em outubro passado, reafirmada pelos países árabes na reunião de cúpula realizada no Kuait e na Liga Árabe, no encontro de Túnis, em março passado.

O CNP exorta à realização de uma conferência internacional que se baseie no reconhecimento do direito à autodeterminação palestina e reconheça a OLP como seu único representante, como um interlocutor válido para analisar a questão do Oriente Médio, em pé de igualdade com os demais Estados envolvidos.

Acredita que há neste momento receptividade para uma iniciativa desse tipo, nos governos que devem assumir o compromisso de convocar a conferência?

– Lembremos, por exemplo, as declarações do presidente Mitterrand e do



Bruno Kreisky apelou para uma solução de paz na grave crise do Oriente Médio

primeiro-ministro Gorbachev no verão passado, quando se referiram ao tema. Além daquelas, houve outras declarações feitas por dirigentes do mais alto nível. E mais: pela primeira vez, a administração norte-americana, e concretamente Reagan, concordou em participar de uma conferência internacional sobre o Oriente Médio com essas características, apesar de manter inalterado seu ponto de vista sobre a questão.

Em Israel, a coalizão entre o Partido Trabalhista e o Likud está à beira da ruptura, porque estão divididos em relação à realização dessa conferência. O tema entrou com toda força no gabinete israelense e provocou uma divisão aberta, entre os que aceitam o princípio da realização de uma conferência internacional – mesmo mantendo suas posições tradicionais em relação à questão palestina – e os que rejeitam totalmente a iniciativa. A gravidade da situação criada pela divergência quanto à conferência evidencia que o tema se transformou em uma questão decisiva em Israel.

Na opinião da OLP, quem deveria participar dessa conferência?

– A Conferência deverá se realizar sob a égide das Nações Unidas com a participação dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança e todos os países envolvidos na questão do Oriente Médio, com a OLP – como já disse – em pé de igualdade com todos os demais.

O 18º Conselho Nacional Palestino exortou também a se criar brevemente um comitê preparatório da conferência, e deixou expresso seu desejo de que a China participe dessa discussão.

O ex-primeiro-ministro austríaco Bruno Kreisky se referiu, na sua intervenção a uma solução necessária para a crise do Oriente Médio, agora que outra questão fundamental do mundo de hoje, a do desarmamento, está sendo negociada a nível das superpotências. Suas palavras refletem uma posição pessoal ou é compartilhada pela Internacional Socialista?

– Bruno Kreisky representou nessa reunião a Internacional Socialista e defendeu pontos de vista que outros dirigentes de peso da IS também já haviam apoiado.

O governo sírio, com o qual o sr. pessoalmente rompeu relações desde a saída da OLP do Líbano, teria que participar da conferência internacional...

– Nossas divergências com a Síria são como brigas entre irmãos, não duram muito tempo. Na reunião do CNP, adotamos uma resolução que estabelece que buscaremos a reaproximação entre a Síria e a OLP, abrindo uma nova página em nossas relações. Estendemos as mãos aos nossos irmãos sírios. Nesse sentido, devo me referir ao importante papel desempenhado pelo presidente argelino Chadli Bendjedid, não apenas em sua condição de anfitrião, como por todos os esforços que realizou para nos ajudar a alcançar a unidade interna e a nos reaproximar da Síria. E mais do que isso, damos todo apoio a nossos irmãos argelinos para que dêem os passos necessários na mediação dessa reaproximação.

O tema das relações entre a OLP e o Egito foi um dos que mais dificultou as negociações para alcançar a unidade da organização. O sr. está satisfeito com a fórmula?

mula de compromisso adotada, que de certa forma condiciona a retomada de relações a uma denúncia dos acordos de Camp David?

— Pessoalmente, me empenhei muito para manter boas relações com o Egito. Não apenas porque se trata de um país de inegável importância no Mundo Árabe, como também porque os nossos irmãos egípcios têm um inegável passado de luta nacionalista, de confronto e resistência ao sionismo e já derramaram seu sangue em defesa de nossa pátria palestina e de nossos direitos nacionais.

A OLP é uma organização democrática, por isso representa todos os palestinos onde quer que estejam. Em relação à questão do Egito, todos puderam manifestar seu ponto de vista, como acontece com qualquer outro problema. Todas as opiniões são respeitadas – das organizações de base, dos campos de refugiados, das organizações de mulheres. Ao final, adotamos uma resolução e essa é a posição oficial a partir de agora.

Como vê as relações com as forças libanesas aliadas da OLP após a unidade conseguida nesse 18º Conselho Nacional Palestino?

— Foi adotada uma resolução muito importante em relação a esse ponto: estreitar os contatos com nossos aliados libaneses, liderados por Walid Jumblatt, e lutar junto com eles para enfrentar as agressões sionistas, em particular no sul do Líbano, e proteger nossas crianças e mulheres dos campos de refugiados.

Rejeitamos as tentativas de expulsar nosso povo, que tão corajosa e firmemente está combatendo e que pagou um preço tão alto em vidas humanas nesses últimos meses. Reafirmamos a necessidade de voltar a respeitar as cláusulas do Acordo do Cairo de 1969, que estabeleceu as bases de nossa presença no Líbano, em particular nosso direito a dar toda assistência à população civil.

Que perspectivas vê, de agora em diante, para o povo palestino?

— Nós travamos uma guerra que nos é imposta. Somos um povo amante da paz e estamos cansados de tanto sofrimento. Mas estamos enfrentando Israel, um país com um exército poderoso, que conta com total apoio do governo norte-americano. Não será fácil conseguir nosso objetivo, mas sabemos que vamos vencer.

No início desta década, o ex-secretário de Estado norte-americano Alexander Haig e o general israelense Sharon traçaram um plano para destruir a infraestrutura da OLP e acabar com seus dirigentes. Os israelenses pensaram que, com o apoio dos Estados Unidos, em dois ou três dias terminariam seu trabalho sujo. Mas o que aconteceu? Veio o mais prolongado confronto árabe-israelense: 88 dias. E não só isso: nossa saída de Beirute não foi o êxito que eles esperavam. A resistência continuou e continua até hoje com força. Vejam o que está acontecendo no sul do Líbano, onde estamos, palestinos e libaneses, combatendo diariamente as forças israelenses. E a superpotência não pode fazer nada.

Como também o império britânico não pôde fazer nada contra George Washington. Como não puderam os colonialistas franceses contra a resistência vietnamita, nem contra a luta dos mártires argelinos. Como os ingleses não puderam com a força moral de Mahatma Gandhi, nem os norte-americanos com a incrível epopeia do Sudeste Asiático. Como também foram inúteis as tentativas do império colonial português de resistir à força libertadora dos nacionalistas angolanos, moçambicanos, guineenses.

Nós, palestinos, temos uma longa experiência. Antes de Israel, já sofremos outras ocupações de nossa terra. E

sempre vencemos, inclusive pela astúcia, quando não tínhamos a força.

Vejamos o que aconteceu com o império romano: enviamos um único homem, um palestino, que enfrentou todo o poderio romano com a força de sua fé. Me refiro a São Pedro.

Para alcançarem seu objetivo, seria importante contar com algum apoio dentro de Israel. Farouk Kaddume, em seu relatório, mencionou pela primeira vez em um documento oficial da OLP que há um fator novo dentro de Israel: a existência de forças democráticas e progressistas. Que tipo de relação existe entre a OLP e essas forças, se é que existe alguma?

— Não é a primeira vez que falamos das forças democráticas israelenses. Estamos falando disso há tempos e sempre conversamos com eles. Agora, se trata simplesmente de reafirmar essa linha, dando-lhe o peso que corresponde na etapa que estamos vivendo.

E que proposta tem a OLP para levar à mesa de negociações, no caso de chegar a sentar frente a frente com uma representação israelense?

— Tem se falado muito de um Estado palestino nos territórios ocupados e de uma confederação entre o futuro Estado palestino e Israel. Em vez dessas propostas, eu desafio as autoridades israelenses a discutirem a criação de um Estado democrático com as duas comunidades, um Estado binacional. Se eles aceitarem, só faltaria ir à ONU para selar o acordo e assentar as bases do novo Estado.

Presidente, uma última questão: na resolução final, se faz apenas uma breve referência à solidariedade com as forças progressistas da América Latina. Isso significa que para a OLP, neste momento, as relações com a América Latina não são prioritárias?

— Quem disse isso? Não, em absoluto, isso não é assim. Devemos lembrar aqui minhas palavras na intervenção final do Conselho, quando destaquei os fortes vínculos que temos com a América Latina. E a resposta a essa pergunta também pode ser encontrada na importante representação latino-americana nos trabalhos do nosso 18º Conselho Nacional. Os representantes da América Latina pertencem a correntes de pensamentos muito diferentes e muitos deles são parlamentares, ou seja, vieram investidos de um mandato que seu povo lhes deu.



Kaddume: "Existem fatos novos em Israel"

Sul/Sul

Entrevista concedida a
Carlos Castilho

Na última década, a cooperação entre os países do Terceiro Mundo perdeu força, a Organização das Nações Unidas foi submetida a enérgicas pressões por parte dos Estados Unidos (para evitar que cumpra com a sua função essencial, a de ser um fórum multilateral de debates sobre as questões internacionais) e o diálogo Norte/Sul estancou. O mundo perdeu – pelo menos temporariamente – as suas mais importantes instâncias de acordo, justamente nos anos em que a crise financeira no Sul tornou-se mais aguda e o problema da dívida externa passou para o primeiro plano.

Nesse contexto, surgiu em 1985 a idéia de se promover o diálogo Sul/Sul, por meio da criação de uma comissão de personalidades do Terceiro Mundo que atuaria de forma independente, promovendo o debate sobre possíveis formas de cooperação e integração, a partir de um estudo retrospectivo dos principais problemas do subdesenvolvimento.

Os antecedentes dessa idéia estão na Comissão Brandt, que no final da década passada se dedicou a temas do desenvolvimento internacional, presidida pelo ex-chanceler alemão ocidental Willy Brandt (que lhe deu o nome com que hoje é conhecida, além do oficial, Comissão, Norte/Sul).

As diretrizes para a comissão foram esboçadas numa reunião de chefes de estado e ideólogos do Sul realizada na Malásia em 1986 e tomou impulso com a decisão do ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, de aceitar presidi-la, atendendo ao pedido nesse sentido da Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, realizada em Harare (Zimbábue) em setembro do ano passado.

Vários governos, entre os quais o da Índia, da Malásia e alguns dos latino-americanos recentemente visitados por

Cooperar para poder sobreviver

Julius Nyerere dá idéias para um projeto que supere a crise do 3º Mundo

Julius Nyerere, já aceitaram contribuir para o financiamento da comissão, com cotas de 400 mil dólares. Outros, mais pobres, poderão efetuar contribuições menores. O financiamento inicial já estaria garantido para poder lançar oficialmente a comissão: cerca de 1,7 milhão de dólares, aproximadamente um terço do total.

O apoio da América Latina

Julius Nyerere visitou recentemente seis países da América Latina: Vene-

campos de atividade; para colher idéias e sugestões para o trabalho da comissão, a fim de preparar melhor o Terceiro Mundo para um futuro diálogo Norte/Sul, promover a cooperação horizontal e fazer um diagnóstico das possíveis formas de fortalecimento do Sul, a partir de suas próprias forças.

No Rio de Janeiro, Julius Nyerere concedeu uma entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, na qual abordou os principais assuntos da sua viagem latino-americana. Trata-se da segunda entrevista do líder africano



O ex-presidente tanzaniano, Julius Nyerere: "Não soubemos agir coletivamente"

zuela, Peru, Uruguai, Argentina, Brasil e Cuba. Acompanhou-o nessa viagem, o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, um dos primeiros a lançar a idéia da Comissão Sul/Sul, e com certeza um dos seus futuros membros. Nyerere veio à América Latina e foi à Ásia, além de visitar outras nações africanas, já na sua condição de presidente da comissão que ele deve formar. Sua missão era contatar os governos da região e personalidades de diferentes

para nossa revista. Em 1975, ele recebeu na Casa do Governo, em Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia, Neiva Moreira e Beatriz Bissio, para uma conversa informal, que depois tomou o rumo de um interessante depoimento sobre as dificuldades que o processo revolucionário enfrentava em seu país, suas inquietações por conhecer melhor as causas do subdesenvolvimento e a esperança de algum dia poder visitar a América Latina¹.

Para Nyerere, é neste subcontinente que os grandes desafios do desenvolvimento são colocados com mais intensidade, por causa da existência de uma classe capitalista forte, com um projeto próprio, que às vezes a leva a se aliar às forças internas que lutam por mudanças e, outras vezes, a compromete com os interesses estrangeiros. Como estudioso do subdesenvolvimento, o ex-presidente tanzaniano sempre desejou, por esse motivo, conhecer a América Latina, aspiração finalmente concretizada nesta viagem.

"Nós falhamos"

Por que surgiu a Comissão Sul/Sul?

— Ao terminarem os trabalhos da Comissão Brandt, houve uma expectativa real de que as negociações globais seriam realizadas. Mas, depois da reunião de cúpula de Cancún², ficou em evidência a tendência contrária. A política da administração Reagan para com os países do Terceiro Mundo teve um efeito negativo sobre as possibilidades de concretizar uma transferência de recursos do Norte para os países em desenvolvimento. Reagan pensa que os países do Terceiro Mundo são responsáveis pelos problemas que enfrentam, o que evidencia uma forma de pensar autoritária e dogmática. O resultado é que hoje ninguém mais fala de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) ou algo equivalente. Mas a situação atual — de estancamento de todas as negociações — também se deve a falhas nossas. Nós, dos países do Sul, não sabemos agir coletivamente, enquanto



O ex-chanceler alemão, Willy Brandt

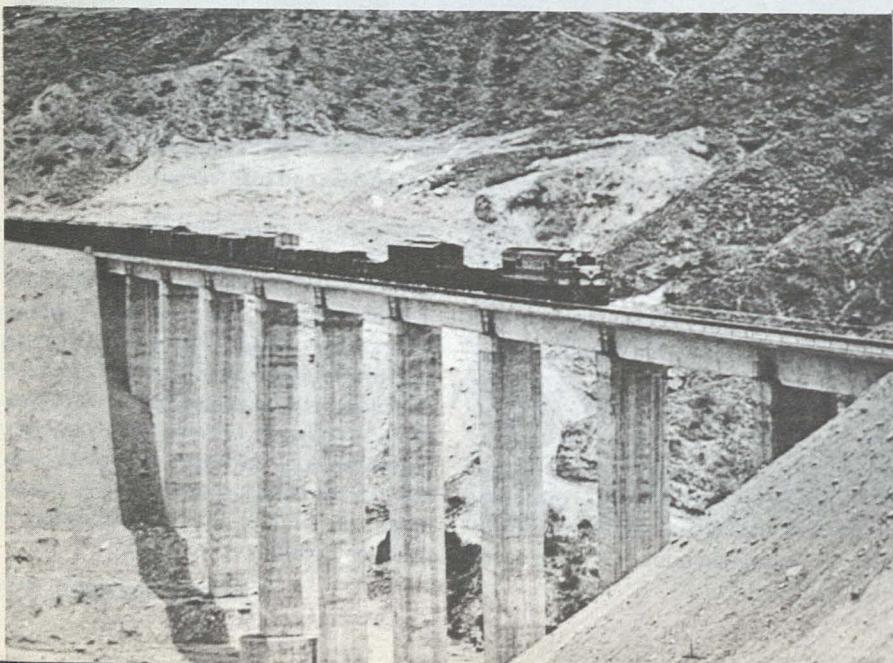
que o Norte atuou em bloco.

Por isso, criamos essa comissão, para analisar como fortalecer o Terceiro Mundo a partir de suas próprias forças, ampliando o leque de cooperação nos âmbitos comercial, econômico, político e cultural. Uma das principais funções da comissão será criar mecanismos de informação entre os países do Sul, com ênfase nas trocas comerciais.

Como se desenvolve o trabalho de integração dos membros da comissão?

— A comissão ainda não está formada. Tem um presidente e nada mais. Estou conversando com os governos para recolher idéias. Preciso saber o que pensam quando afirmam que decidiram dar seu apoio à comissão. Quando a iniciativa foi oficialmente lançada na reunião dos chefes de estado em Harare, o apoio também foi unânime. Mas é necessário saber que expectativas a res-

Só a integração dos países do Sul pode acabar com a dependência econômica



peito têm cada dirigente e as pessoas que penso convidar para se integrarem aos trabalhos.

Quem são essas pessoas?

— Tenho alguns nomes. Já falei com alguns deles sobre suas idéias em relação à comissão e perguntei-lhes se aceitariam integrá-la. É preciso que tenhamos representantes das quatro áreas — Ásia, América Latina, África e Europa, já que temos Chipre, Iugoslávia e Malta no Movimento dos Países Não-Alinhados — e por essa razão a comissão não pode ser muito reduzida. Espero que tenha entre 20 e 24 membros.

Que problemas, concretamente, vão discutir?

— Os principais problemas relacionados com o desenvolvimento: comércio, finanças, a dívida externa, que é o mais importante dos que afetam os países do Sul, inclusive a África. Individualmente, os países africanos não têm uma dívida tão volumosa quanto a dos latino-americanos, mas o continente africano como um todo tem uma carga enorme, em relação ao seu Produto Nacional Bruto (PNB), às suas exportações, por causa da dívida.

Portanto, não se concebe que uma comissão, com as características da que estamos promovendo, possa abster-se de tratar do problema da dívida externa.

Quais os prazos estabelecidos para a instalação da comissão?

— Espero que em fins de junho todos os nomes estejam definidos e que em julho possamos realizar nossa primeira reunião oficial. Vamos sediar o secretariado permanente em Genebra.

Por que na Suíça e não em um país do Terceiro Mundo?

— Porque esta é uma realidade que não se pode esconder: no Terceiro Mundo as comunicações são extremamente difíceis.

Que relação existe entre a Comissão Sul/Sul e o Movimento dos Países Não-Alinhados ou o Grupo dos 77?

— A comissão é completamente independente. Poderá estar integrada por algumas personalidades que ocupem cargos de governo, mas aí estariam em caráter individual, sem representação oficial de nenhum tipo. E serão uma minoria em relação ao total de membros.

"Primeiro, o Sul"

□ O ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, acompanhou Julius Nyerere em sua viagem pela América Latina e será, segundo tudo indica, um dos futuros membros da Comissão Sul/Sul. Possível candidato às próximas eleições presidenciais no seu país, disputando o seu segundo mandato, Pérez considerou plenamente coberta de êxito a viagem pela América Latina – que “superou todas as expectativas” – e definiu como uma das primeiras tarefas “avaliar qual é atualmente a situação do Sul e indagar sobre as possibilidades de reativar as ações que proporcionem maior cooperação”.

Para o dirigente venezuelano, dos trabalhos da comissão poderá surgir um organismo duradouro como, por exemplo, o fortalecimento do Grupo dos 77,

com uma secretaria permanente, “pois não se trata de começar tudo de novo, e sim de procurar uma síntese do que já foi realizado até o presente”.

Nyerere e Pérez se entrevistaram com todos os chefes de estado dos países visitados, com dirigentes da oposição, congressistas e com pensadores e intelectuais destacados.

“Em Montevidéu – comentou o ex-presidente venezuelano em conversa com *cadernos do terceiro mundo* –, um intelectual nos dizia que para nós, do Sul, o Sul deve ser o Primeiro Mundo. Creio que essa frase resume bem o nosso propósito, ao integrar uma comissão Sul/Sul: fortalecer-nos primeiro para nos preparar para um diálogo com o Norte”.

Não temos que prestar contas a ninguém, não temos patrão. O Grupo dos 77 vai seguir atentamente nossos trabalhos, e o Movimento dos Países Não-Alinhados também, mas somos realmente independentes e queremos que isso fique bem claro.

A comissão deverá preparar um trabalho, um relatório. Que prazo será necessário para isso?

– Um pouco mais de um ano.

Na sua opinião, qual vai ser a função fundamental da comissão?

– Não podemos fazer milagres, mas uma das principais funções da comissão é reviver o espírito do trabalho em comum. A cooperação Sul/Sul significa não um plano do Terceiro Mundo, mas muitos; não um acordo mas vários; não uma organização do Terceiro Mundo mas tantas quantas sejam necessárias para satisfazer às tarefas que empreendemos juntos. A cooperação Sul/Sul pode abranger acordos bilaterais, regionais ou multilaterais, envolvendo todos aqueles que estejam dispostos a trabalhar numa determinada direção.

Transição suave

Presidente, passando a outros assuntos, como se sente após um ano de ter deixado o governo do seu país – depois de exercê-lo durante mais de duas décadas?

Antônio Marques



Carlos Andrés Pérez: “Fortalecer-nos”

– A transição foi suave. Estou realmente fora do governo há pouco mais de um ano, mas ocupo a presidência do partido (Chama Cha Mapinduzi). Nossa partido e nosso governo trabalham muito unidos. E se ainda estivesse à frente do governo não poderia realizar essa viagem pela América Latina nem aceitar essa nova responsabilidade.

E as “ujamaa”³? Como vai indo a experiência do socialismo autogestionário na

Tanzânia?

– A política que anunciamos na Declaração de Arusha⁴, há 20 anos, continua sendo o guia do nosso partido e nosso governo, pois foi pensada para orientar nosso processo de desenvolvimento. Mas assim como a meta de transferir para Dodoma a capital do país teve que ser adiada por falta de recursos, a crise também tem reflexos na economia e afeta programas de desenvolvimento como o das “ujamaa”.



B. Bissio

A grave crise econômica afeta os programas de desenvolvimento da Tanzânia

A luta na África Austral

Como avalia a situação na África Austral?

– Não houve mudanças importantes, tanto em relação à Namíbia como aos países da Linha de Frente. O regime racista sul-africano está lutando em duas frentes: combate a sua própria gente, dentro do país, e procura desestabilizar os países vizinhos porque acha que a luta contra o *apartheid* está sendo insuflada do exterior, o que não é verdade. O certo é que não toleram o exemplo desses países, não querem experiências não-racistas de sucesso em suas fronteiras.

Qual é a perspectiva da luta, do ponto de vista dos países da Linha de Frente?

– Nós, os países da Linha de Frente,

temos que combater o regime racista em nossa defesa própria e também porque somos (neste caso, não a Tanzânia mas os outros membros) extremamente dependentes da África do Sul em termos econômicos. Só trabalhando juntos é que poderemos reduzir essa dependência; caso contrário, não poderemos criar as condições para conseguirmos o desenvolvimento nem resistir às agressões militares.

Nesse sentido, merece destaque o papel desempenhado pela Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), integrada por Angola, Moçambique, Tanzânia, Botsuana, Zâmbia e Zimbábue, como uma forma de cooperação regional entre os estados da África Austral. Temos muito que aprender, na Comissão Sul/Sul, com outras iniciativas de coo-

peração regional.

Que tipo de apoio a América Latina pode dar na luta contra o "apartheid"?

– Da América Latina, queremos apoio moral, político e material, particularmente no foro das Nações Unidas. A nível político e diplomático, é sempre possível fazer algo mais do que o que já está em andamento.

¹ Entrevista publicada em "cuadernos del tercer mundo" nº 7, Buenos Aires, out. 1975.

² Reunião dos chefes de estado do Norte industrializado e do Sul, realizada no balneário de Cancún (México) em 1981 para discutir a cooperação internacional.

³ *Ujamaa* é uma palavra swahili que significa "família" e, por extensão, "socialismo". As aldeias camponesas *ujamaa* são a base do socialismo autogestionário da Tanzânia (país com mais de 90% de população rural).

⁴ A Declaração de Arusha (1967) define o socialismo como o sistema a ser adotado na Tanzânia e nele se anuncia o princípio de auto-suficiência na agricultura, meta que será alcançada com a organização comunitária das *ujamaa*.

HONDURAS: ÁLCOOL COM TECNOLOGIA BRASILEIRA

Uma empresa brasileira, a Codistil, vai instalar em Honduras duas usinas de gasoil (mistura combustível de gasolina e álcool para motores a explosão). O montante do investimento não foi revelado, mas nos estudos de factibilidade indica-se que 20% do financiamento estará a cargo do Banco Centro-Americano de Integração (BCIE) e o restante correrá por conta de empresários brasileiros.

PERU-CUBA: INTERCÂMBIO E INTEGRAÇÃO

Os governos de Havana e de Lima assinaram três documentos que apontam para a integração comercial e para a cooperação técnica entre os dois países.

Segundo os acordos, realizados no contexto da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Cuba e Peru concedem-se mutuamente preferências alfandegárias e estabelecem mecanismos de intercâmbio compensado, sem utilizar divisas.

O Peru venderá a Cuba discos de zinco para pilhas, óxido de chumbo, arame de cobre, válvulas, bombas hidráulicas e equipamentos para mineração e importará da ilha caribenha gado em pé, pois os cubanos obtiveram cruzamentos tropicais de alta qualidade.

GUATEMALA-MÉXICO: ACORDOS

O ministro de Governo guatemalteco, Juan José Rodil, anunciou a assinatura de diversos acordos entre o seu país e o México, um dos quais prevê a criação de uma comissão mista para cooperação na defesa de desastres naturais. Por sua vez, o secretário mexicano de Agricultura e Recursos Hídricos, Eduardo Pesqueira Olea, declarou que também será assinado um outro acordo sobre intercâmbio de tecnologia para a implementação de programas agrícolas e financiamento agropecuário.

GRUPO DOS 77

Na reunião de especialistas do Grupo dos 77, que se realizou em maio passado em Havana, houve pleno acordo sobre a necessidade de se juntar esforços em assuntos de consultoria e estabelecer normas para os países em desenvolvimento na área da construção. Na reunião, estudou-se a viabilidade de se criarem associações e empresas construtoras multinacionais dos países do grupo.

GRUPO DO NILO: FORNECIMENTO DE ENERGIA

A IV Conferência ministerial dos estados membros do Grupo de Países à

Margens do Nilo destacou a necessidade do fornecimento de energia elétrica das represas de Assuan, no Egito, e de Inga, no Zaire, em quantidade suficiente para cobrir o déficit energético nos países do Grupo. Os representantes do Egito, Sudão, Uganda, República Centro-Africana e Zaire, também recomendaram a assinatura de acordos de exploração petrolífera, promoção dos intercâmbios comerciais e criação de organismos não-governamentais do Grupo.

LÍBIA-MALTA: AMIZADE E INTERCÂMBIO

A visita, em maio passado, de uma delegação líbia à ilha de Malta foi concluída com a adoção de medidas para fortalecer as empresas mistas de investimentos e promover suas atividades em ambos os países.

LUSINCHI: UMA PONTE PARA O CARIBE

Reforçar a estratégia de aproximação às nações caribenhas é o objetivo da visita que o presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi, realizará em julho a cinco países da região. O mandatário venezuelano declarou que seu país tem uma "vocação caribenha" e destacou a possibilidade de que a Venezuela seja "uma ponte" entre o Caribe e a América Latina.

terceiro mundo

Suplemento Brasil

DOMÍNIO POLÍTICO

O controle das forças armadas pela sociedade é exigência da democracia estável, que supõe fim dos preconceitos, aceitação do conflito como base da convivência social e definição das prioridades a partir da comunidade – meditam militares preocupados com um novo Brasil. Pág. 26-31



DESENVOLVIMENTO

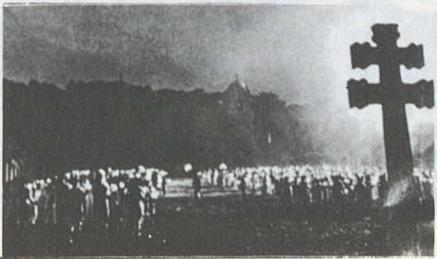
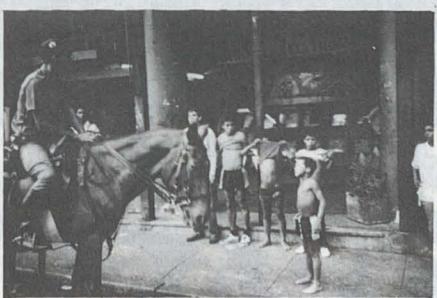
A ferrovia norte-sul alimenta um debate, que contrapõe pioneirismo, oportunidade e recursos, semelhante ao que sacudiu a opinião pública e os meios políticos, quando JK decidiu construir Brasília.

Pág. 39-41



ÍNDIO E JESUÍTA

O sonho da república comunista jesuítico-guarani, tema do filme "A Missão", lança o debate sobre a natureza daquela experiência e a capacidade de sociedades alternativas resistirem às forças predominantes em determinado momento histórico. Pág. 44-47



DÍVIDA EXTERNA

A moratória brasileira e as consequências possíveis de um estrangulamento externo continuam a assustar a economia brasileira. Como desatar o nó? Vale recordar como o país saiu do cerco da guerra mundial. Pág. 32-38

SOLTOS NO MUNDO

Na rua, eles conhecem a vida na contramão: sustentam-se sozinhos, vivem sem casa, apreendem o mundo como algo hostil. São as crianças que dormem nas ruas do Rio de Janeiro. Pág. 42



ACERTANDO O PASSO

Procópio Mineiro

Militares refletem sobre
as forças armadas na democracia

A superação das desconfianças mútuas e o empenho pela democracia compõem o receituário básico de uma nova convivência entre a sociedade e as forças armadas no Brasil, apresentado à Constituinte por militares, em debate na subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Enquanto a cúpula militar acentua a oportunidade de se manterem inalterados os preceitos da Constituição de 1967 referente às forças armadas, militares que têm dedicado o seu tempo a refletir sobre o Brasil, a democracia e o futuro, vêem a necessidade de superação de preconceitos e a abertura de um diálogo, cujo objetivo será o enquadramento militar na vida democrática e uma nova estima, pela sociedade, da classe armada.

"Os militares precisam aceitar que a sociedade se move por dissenso e não por consenso. Descobrindo isso, entenderão que não podem julgar-se árbitros da sociedade" – observa o professor e

coronel da reserva Geraldo Cavagnari, diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos, da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, de São Paulo.

A compreensão do novo quadro político envolve, na opinião de Cavagnari, uma reconstrução da cidadania dentro das próprias forças armadas, sem que isso afete sua eficiência instrumental nem lance o debate partidário no interior da classe.

"É preciso fortalecer a sociedade e não enfraquecer os militares", reflete o almirante Armando Vidigal, ex-comandante da Escola de Guerra Naval e hoje na iniciativa privada, preocupado com algumas opiniões que expressam o sentimento de que todos os problemas estarão resolvidos, desde que as forças armadas fiquem submetidas a uma espécie de camisa-de-força. "A intervenção militar na ordem interna só pode acontecer por decisão de quem tem o poder de ordenar tal medida. Não podemos mais aceitar que as forças armadas se reservem o direito de decidir da

conveniência ou não de sua intervenção no processo político brasileiro", recomenda o almirante, para quem a sociedade brasileira sofre de um mal profundo: a falta de liderança que empolgue a sociedade para a participação política.

Tanto o almirante Vidigal quanto o coronel Cavagnari consideram que a democracia no Brasil depende da postura participativa da sociedade, mais do que de um recuo da influência militar. E nisto, lamentam a desorganização social, a fraqueza partidária e o que Cavagnari considera a insensibilidade das elites brasileiras. "Nossas elites são das mais cruéis do mundo. Isto é o que torna impossível um pacto", assinala o coronel professor.

Abaixo e nas páginas seguintes, uma abordagem do tema, que ocupa lugar de destaque nas preocupações dos que se dispõem a contribuir para a construção da democracia estável no Brasil, em entrevistas concedidas a **terceiro mundo**.

O poder político deve retomar o seu lugar

A história impõe o reencontro da sociedade brasileira com sua classe armada, sem preconceitos

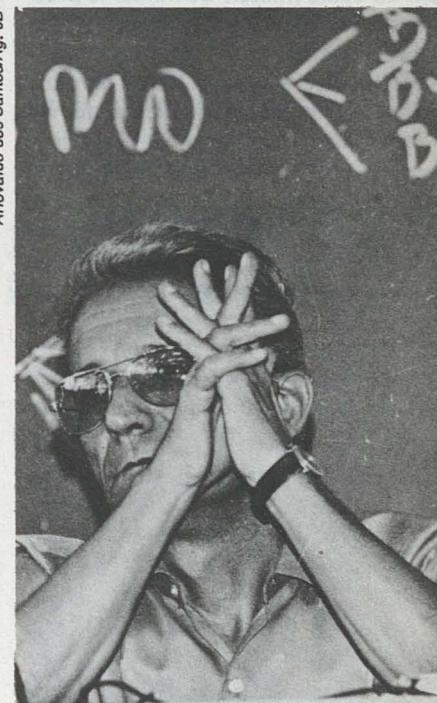
A mudança de comportamento e conceito das forças armadas com relação à sociedade e desta para com as forças armadas é o que defende Geraldo Cavagnari, como passo para a estabilidade da democracia no Brasil, e tal reencontro deve resultar, necessariamente, na primazia do poder político, civil, o que quer dizer a predominância da sociedade na definição dos rumos nacionais.

"O controle democrático das forças armadas e o papel democrático das forças armadas" – tema de reflexão do Núcleo de Estudos Estratégicos, que dirige na Unicamp – são objetivos que precisam ser perseguidos com disposição, segundo Cavagnari, para que se superem os preconceitos que turvam o relacionamento entre militares e sociedade.

Geraldo Cavagnari identifica uma linha-mestra na atuação militar, ao longo

da história política brasileira: a convicção de lutar pelo interesse nacional. Tal objetivo moveu tanto o nacionalismo militar de esquerda, nos anos 50, quanto o posterior nacionalismo militar de direita. Em ambos, a conclusão de que o interesse nacional pressupunha um Estado forte, para se ter uma Nação unida. Em ambos, igualmente, a subestimação da sociedade como agente, uma vez que o princípio do dissenso, do debate, da discussão, inerente à sociedade, é considerado um fator de perigo. Tal conceituação explica o avanço do Estado, durante o regime militar.

"Mas esqueceram – registra Cavagnari – que não se pode ter Estado forte e Nação unida com dois terços da população nacional na miséria, convivendo com crescente concentração de renda. O militar tem ainda a noção errada de como se gera o interesse nacional. Ele



Cavagnari: divergência é o dinamômetro social

acredita que o interesse nacional pode ser gerado em laboratórios, tipo Escola Superior de Guerra, Conselho de Segurança Nacional, quando a fonte real é a comunidade. É a comunidade que estabelece as bases do que é de interesse nacional. Eu pergunto, por exemplo: é interesse nacional construir a bomba atômica ou tornar o Brasil auto-sufi-

ciente em alimentos? Creio que a sociedade não hesitaria em apontar a auto-suficiência alimentar.

"Cabe à sociedade apontar as prioridades e não aos laboratórios militares. É interesse nacional hoje acabar com o fenômeno do menor abandonado, extinguir os currais eleitorais, retomar o processo de industrialização, por exemplo, mas não é interesse nacional fazer a bomba, nem destinar a fatia mais gorda dos investimentos à indústria bélica. Creio que mais úteis que tanques Urutus seriam programas nacionais de irrigação, recuperação do solo, habitações mais baratas", define Cavagnari.

A preocupação de Cavagnari não é tanto com o que estará escrito na nova Constituição sobre o papel militar, mas sobre o relacionamento real que se estabelece entre os militares e a sociedade.

"O primeiro passo – frisa ele – é querer a democracia e respeitar a sociedade, com suas particularidades que fogem ao estilo militar. Os militares precisam aceitar que a sociedade civil se move por dissenso e não por consenso. A sociedade não é hierarquizada, nem disciplinada. O conflito, na sociedade, não é anomalia, mas fator de mudança. Quando descobrirem isso, entenderão que não podem julgar-se árbitros da sociedade. Tal função não existe para o corpo armado da sociedade. Mesmo quando empregados internamente, sua função é instrumental, relacionada à ordem e não à solução de questões sociais. Só o poder civil resolve tais questões, inclusive quanto ao modo de uso das forças armadas."

O que Cavagnari prega para a definição do papel militar, no texto da nova Constituição, atribui ao poder político, civil, a decisão para o emprego das forças armadas, devendo, por isso mesmo, ser reduzida a influência militar nas instâncias políticas. Ele considera que a função militar deve ser definida como instrumental e que as decisões de defesa nacional devem passar pelo presidente da República, com a consulta ao Congresso e a órgãos colegiados que existirem, como Conselho de Segurança Nacional e Conselho de Estado, caso seja adotado.

"Mesmo que a nova Carta – lembra Cavagnari – venha a incorporar as idéias mais avançadas sobre a questão militar, não há garantias de que não venham a

UNICAMP

Onde se pensa sobre militares na democracia

O Núcleo de Estudos Estratégicos existe formalmente na Unicamp desde 1985, mas, desde o ano anterior, sob a coordenação do prof. Eliezer de Oliveira, realizavam-se seminários para debates sobre a presença dos militares num Estado democrático. Convicto de que estratégia não é assunto apenas de militares, um dos participantes desses encontros, o então coronel da ativa Geraldo Cavagnari, propôs que se debatessem também tais questões, originando-se o Núcleo de Estudos Estratégicos, cuja chefia veio a assumir no início deste ano, após passar à reserva.

A passagem à reserva decorreu de suas atividades acadêmicas. Se não havia problemas em suas participações, a cada 15 dias, de seminários em Campinas, para onde ia direto de Brasília, sua presença no congresso da Flacso (Federação Latino-Americana de Cientistas Sociais), em Buenos Aires, no ano

passado, valeu-lhe dois dias de prisão domiciliar. O temário envolvia debates sobre consenso estratégico, cooperação nuclear, falência dos projetos geopolíticos brasileiro e argentino, e Cavagnari acabou denunciado por dois oficiais de informação. Foi a primeira punição em 30 anos de oficialato e ele resolveu passar à reserva, sendo contratado, em seguida, pela Unicamp.

"Nossos objetivos com o programa de estudos eram de longo prazo, não havia uma expectativa de trazer o debate à sociedade em curto prazo, lembra Cavagnari. Mas, com a oportunidade da Constituinte e a repercussão dos trabalhos, inclusive o debate na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, no final de abril, surgiu o momento de levar o debate à sociedade."

Discutir o papel dos militares é uma tarefa que se estenderá pelo menos até a promulgação da nova Constituição. •

ocorrer intervenções no processo político, no futuro. A eficácia da nova Carta – continua – ficará comprovada apenas quando for acatada, sem contestações por parte das frações conservadoras, uma eventual vitória eleitoral da esquerda."

A sociedade

O nó da questão, portanto, não reside no texto constitucional, mas na prática democrática. E a maior responsabilidade, na opinião de Geraldo Cavagnari, é da própria sociedade civil, de cujo comportamento político dependerá a fixação democrática no país. Tal comportamento envolve mobilização por seus objetivos prioritários e a recusa ao que Cavagnari chama de chantagem militar.

"Democracia – conceitua ele – é investimento de alto risco. Por isso, não se pode temer chantagem militar, aquela que diz que haverá intervenção armada, se as reivindicações da sociedade civil ultrapassarem certos limites. A sociedade precisa adquirir a capacidade de superá-la."

O avanço político da sociedade envolve, pois, o aprendizado da conquista dos espaços e, nisso, Cavagnari faz constatações pouco otimistas: "A sociedade não está estimulada para o debate. A discussão do controle democrático das forças armadas tem tão pouca penetração quanto a relativa à reforma agrária e a outros assuntos importantes, como a própria Constituinte".

Lamenta, principalmente, o comportamento político que faz dos partidos instrumentos de reafreamento e não de organização da sociedade. "Os partidos só mobilizam a sociedade até conseguirem os objetivos que querem, e, a partir daí, tratam de desmobilizar.

Foi o que vimos com a campanha das diretas. Quando a transição negocuada interessou aos partidos, desmobilizou-se a sociedade. Quanto à redação da nova Carta, evitou-se a Constituinte exclusiva e os partidos procuraram negociar seus interesses no âmbito do Estado, inclusive com as forças armadas e outros interesses seletivos. A preocupação é evitar a pressão da sociedade sobre a

Constituinte, o que seria saudável, se ocorresse".

O caminho a percorrer não é tranquilo, em sua opinião, pois o Brasil possui das mais cruéis elites do mundo. "Nossas elites nunca foram confiáveis. Convivem todo esse tempo com o quadro de deterioração humana e social que marca o país e sempre buscaram fórmulas de conciliação, não para atender às necessidades da comunidade, mas para resguardar seus interesses particulares. Sob esse aspecto, são competentes e inteligentes, mas, com relação à sociedade, agem de má-fé. Nossas elites não conseguem perceber que seus interesses podem ser resguardados em função da primazia dada aos interesses da sociedade. Por isso, é tão difícil um pacto social no país: a sociedade não é confiável para as elites, e as elites não são confiáveis para a sociedade".

As forças armadas

A reflexão que a própria sociedade precisa fazer sobre a vida política cabe também às forças armadas realizar sobre si mesmas, num quadro democrático.

"Trata-se de construir a cidadania no interior das forças armadas. A atualização precisa fortalecer a identidade pes-

soal de cada militar. Isto é uma das bases da cidadania. Hoje, observamos que o meio militar usa a mesma linguagem e pensa do mesmo jeito, do general ao sargento. Usam-se as mesmas premissas, tiram-se as mesmas conclusões".

Tal fortalecimento da identidade pessoal de cada militar significa uma oxigenação e uma inserção natural da classe armada no conjunto da sociedade, mas preservadas as características de hierarquia e de eficiência instrumental.

"A partir do AI-5 – lembra Cavagnari –, todo militar que pensasse diferente e manifestasse essa identidade própria ou pensamento próprio era atingido. Os controles internos, ao estilo de polícia política, foram tão intensos e eficientes, que um militar com pensamento próprio não tinha condições de articular o debate, por menor que fosse o grupo. De modo geral, para não prejudicar suas carreiras, os militares passaram a ter medo de falar e também de ouvir. Ouvir era o mesmo que ser cúmplice da posição herética. Havia até a obrigação de denunciar. E quantos não foram denunciados?"

A oxigenação que ele prega deve manter algumas cautelas. Cavagnari assinala a necessidade de se evitar que o processo de atualização e reintrodução dos militares na sociedade leve à politi-

zação partidária, que seria danosa à classe e à própria sociedade, porque a direita acabaria com vantagem em tal clima.

Por outro lado, a sociedade precisa entender que as forças armadas sempre serão mais conservadoras, seja pela responsabilidade de defesa que lhes é inerente, seja pela estrutura que lhes é própria. "Toda estrutura militar é conservadora e autoritária e não pode deixar de sê-lo", define o coronel.

Quadro externo

Se a função das forças armadas, num quadro interno democrático, é o de submissão ao poder político, civil, isto é, estar a serviço da sociedade e não lhe impondo tutela, sua doutrina frente ao quadro externo deve envolver um posicionamento de crescente autonomia e capacitação.

A hegemonia dos Estados Unidos é reconhecida e considera-se que não há opção fora desse quadro de aliança. Cavagnari propõe, contudo, que não se deve ter consenso estratégico com os Estados Unidos. "Se é preciso reconhecer o quadro hegemônico, é forçoso, porém, buscar ampliar a autonomia dentro de tal quadro", assinala. •

Primazia civil inclui eficiência das armas

Um almirante vê a sociedade apática

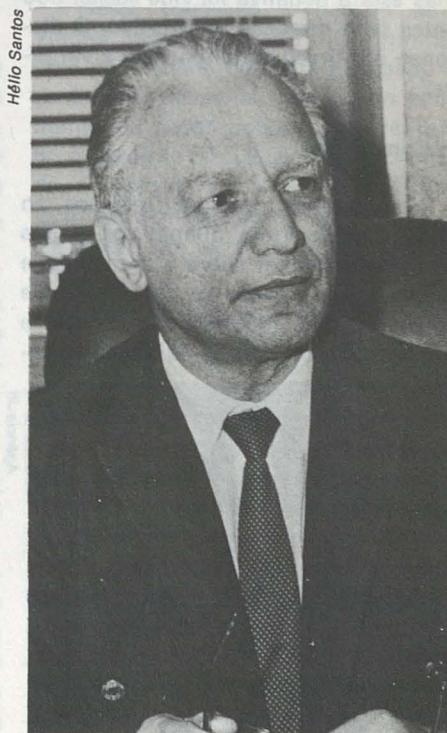
Uma visão positiva da contribuição militar ao longo da história brasileira e a percepção de que a democracia depende de uma composição sem preconceitos entre a sociedade e sua classe armada marcam a visão do almirante reformado e agora dirigente empresarial Armando Vidigal, outro militar dedicado aos estudos de natureza política.

Partidário do debate como o melhor caminho para o progresso, inclusive na época em que comandou a Escola de Guerra Naval, o almirante preocupa-se tanto com o imobilismo de algumas correntes, na Constituinte, quanto com certo discurso antimilitarista, no qual

identifica a ingenuidade de se considerar, como uma das chaves para a democracia, a desarticulação do poder das forças armadas.

Pressão social

A articulação da sociedade é o que prega Armando Vidigal como o meio adequado para instalar e garantir a democracia no Brasil. Segundo ele, buscar o enfraquecimento militar "é vesguice política, pois a solução está em se estimular e propiciar o fortalecimento da sociedade". Recorda dois episódios recentes e marcantes, nos quais a sociedade conseguiu ter participação expres-



Almirante Vidigal; Só os poderes constitucionais devem decidir sobre intervenções das forças armadas

siva: a campanha das diretas e o Plano Cruzado.

"Não haverá intervenção militar - afirma - , enquanto a sociedade se pronunciar com veemência contra tal intervenção. Talvez o que nos falte sejam idéias, motivos que empolguem a sociedade e a mobilizem, como na campanha das diretas e no Plano Cruzado. O brasileiro é muito empolgável, para o bem e para o mal. Quando se apaixona por uma idéia, a sociedade impõe sua vontade e esse é o caminho para que venha ocupar os espaços que lhe pertencem", reflete.

Recorrendo à história, Vidigal lembra que todas as grandes nações passaram por grandes traumas, que exerceram a função de provocar uma nova fase de entendimento social e progresso.

"Acredito que podemos fazer no Brasil - assinala - as mudanças necessárias, sem os confrontos do nível que tiveram que passar nações como os Estados Unidos, França, Inglaterra, União Soviética. Os tempos são outros e podemos nos beneficiar da evolução e não da revolução."

No entanto, a democracia não é tranquilidade, diz o almirante: "A democracia é opção de luta, de verdade, de reavaliação permanente. Todos gostamos da tranquilidade da certeza, mas esta é negativa na vida social. Sou antes pelo dissenso construtivo. O dissenso é o único caminho para a verdade".

A Constituição

Sem atribuir poderes mágicos ao texto constitucional, quanto aos efeitos que possa exercer sobre a mentalidade militar e os direitos da sociedade, ele considera que, mais do que debater a propriedade ou não de as forças arma-

das intervirem internamente, o fundamental é definir os instrumentos para que eventuais intervenções se façam dentro da lei.

"É fundamental que sejam estabelecidas salvaguardas, assegurando que tais intervenções se façam, não por critérios das forças armadas, mas dos poderes constitucionais. O que não podemos mais aceitar é que as forças armadas se reservem o direito de decidir da conveniência ou não de sua intervenção no sistema político brasileiro", acentua.

"Ninguém deve acreditar - continua - que a existência de um dispositivo na Constituição vá, por si só, afastar o perigo da intervenção das forças armadas. Isto é um problema, a meu ver, de natureza cultural e que se prende a nossa condição de país subdesenvolvido. Mas, é importante que a Carta fixe os mecanismos da ação militar, porque assinala que esse é o interesse da sociedade e ajuda a conscientizar a própria sociedade, a respeito da necessidade de lutar para o cumprimento integral daqueles preceitos. Constar na Constituição, portanto, é também um processo educativo."

Preservar os militares

O almirante Vidigal lembra que as forças armadas distinguem-se por papéis positivos, ao longo da história brasileira.

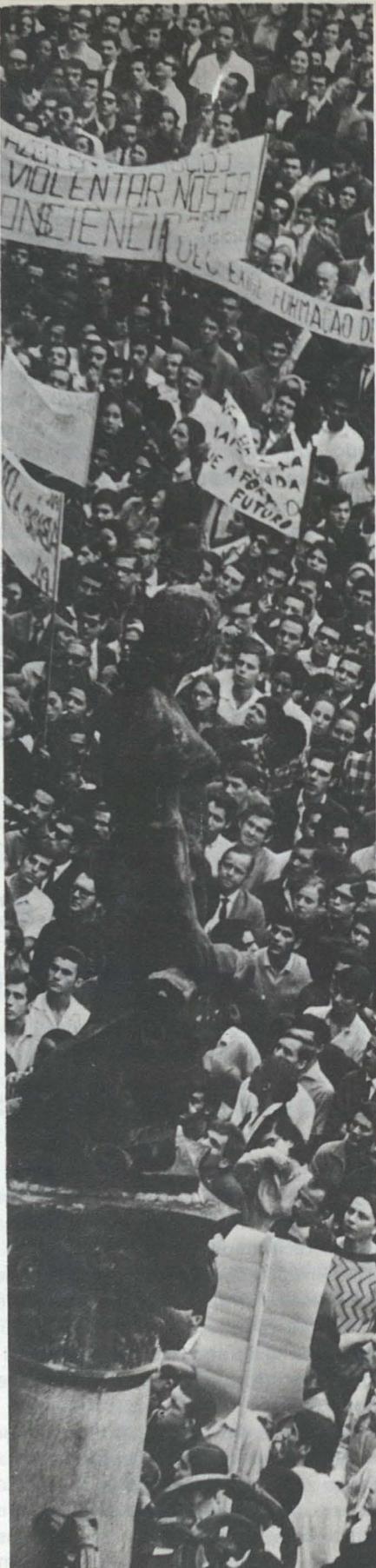
Ele define como atitude de visão curta a posição dos que defendem mecanismos artificiais para pulverizar a influência militar. É o caso, por exemplo, das discussões em torno do Ministério da Defesa, assunto que estuda há muito tempo. "Até hoje não estou convencido de sua utilidade prática, no aspecto militar. Já no aspecto político, eu diria que são preferíveis três ministros militares a um único, que concentraria nas mãos todo o poder armado do país. Se fosse presidente, não gostaria de ter um homem desse por perto", brinca o almirante, que completa: "Já no próprio aspecto militar, há quem diga que os Estados Unidos, desde que criaram o Ministério da Defesa, não ganharam uma guerra sequer".

Mas, a verdade é que um Ministério da Defesa, além de não ser matéria constitucional, viria a soar como algo artificial e de difícil implementação: a alta especialização de cada arma dificulta sua integração. •



Democracia precisa de militar atualizado

Agência O Globo



A sociedade impõe a idéia que a empolga

O debate na Constituinte

Clóvis Senna

O parecer do relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança desagrado aos deputados que desejam a integração das forças armadas no processo democrático. Ricardo Fiúza, do PFL de Pernambuco, optou por uma posição que seus críticos consideram imobilista.

Além de recusar todas as contribuições dos constituintes membros de sua subcomissão, Fiúza apresentou um anteprojeto que mantém a doutrina da "guerra fria" do regime de 64: a mesma doutrina de segurança nacional e a idéia de que as forças armadas seriam uma espécie de última instância, conforme as denúncias no plenário da Constituinte.

Em declarações a **terceiro mundo**, Ricardo Fiúza defendeu seu ponto de vista: "A questão da Subcomissão de Defesa envolve aspectos muito polêmicos, decorrentes mais da emoção do que da matéria propriamente dita. Qualquer acusação de que o texto tem algo de autoritário é, no mínimo, leviana, ou decorre de ignorância ou da não-leitura das conclusões que antecedem o articulado".

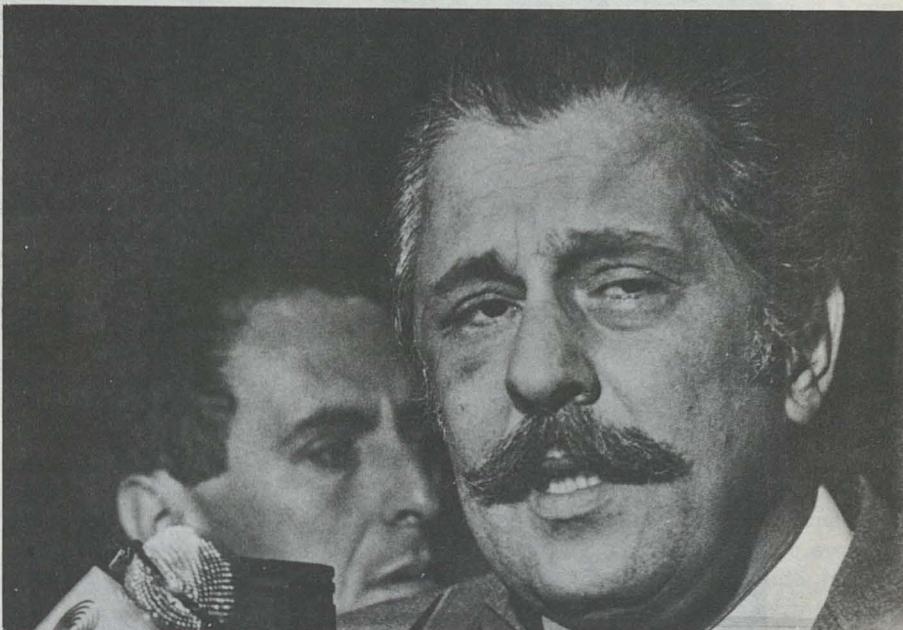
"O que não podemos – continua Fiúza – é permitir que o Estado, que é instrumento da Nação, abra mão do mínimo de defesa, tal como ocorre em toda e qualquer sociedade moderna: a existência de instrumentos de defesa das instituições", completa.

Controle político

O senador Alufzio Bezerra, do PMDB do Acre, promete insistir, em várias instâncias, por sua emenda, segundo a qual o Congresso Nacional, por maioria, decretará o confisco dos bens dos responsáveis pelo estabelecimento de governo de fato no país e de quantos se hajam enriquecido ilicitamente ao amparo da usurpação, para resarcir a República dos prejuízos decorrentes de eventuais golpes nas instituições democráticas.

Nos termos da proposta, serão julgados, segundo a lei, os responsáveis

Givaldo Barbosa/Correio Brasiliense



Ricardo Fiúza nada inovou e recebeu críticas de colegas da subcomissão

por tentativas ou atentados contra a ordem constitucional, em especial os principais funcionários dos governos que se organizarem subsequentemente.

A tendência dentro do PMDB, porém, é a de atribuir às forças armadas a defesa interna e externa, mas com mecanismos de defesa do regime democrático.

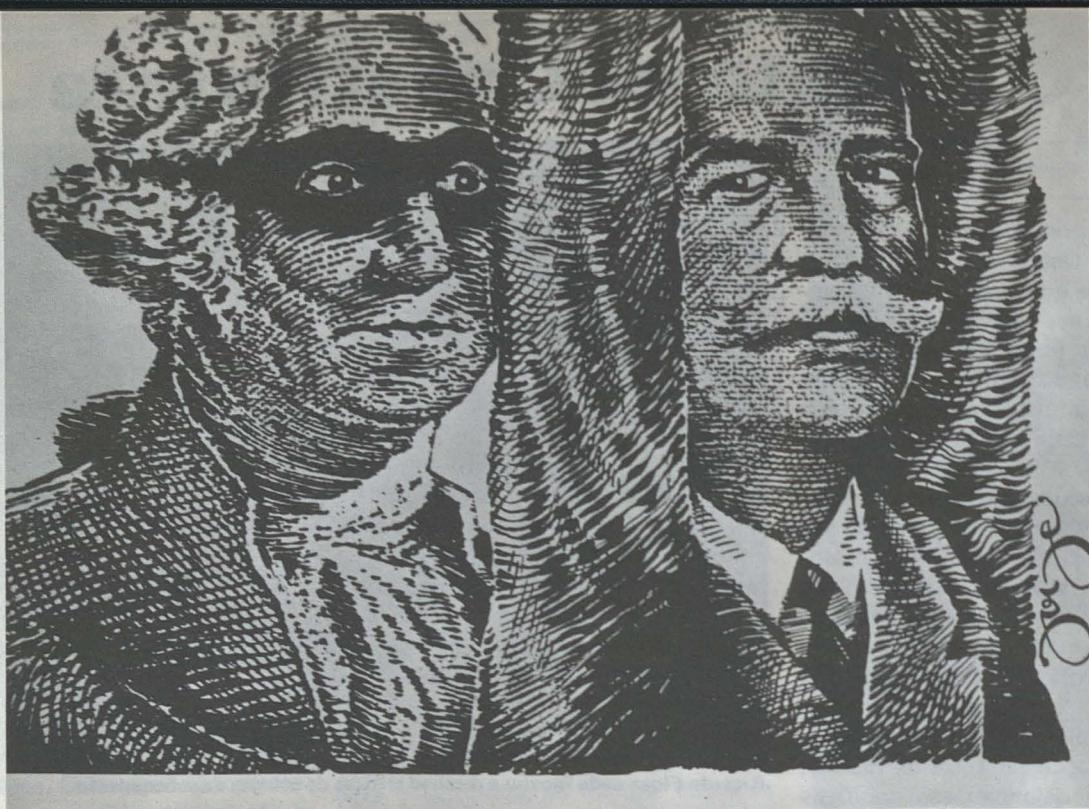
"Sempre acreditei que o país tem três instituições fundamentais", declara a **terceiro mundo** o constituinte pernambucano Oswaldo Lima Filho, do PMDB: "a igreja católica, o Itamarati e as forças armadas. Sobretudo estas, pelo papel fundamental que têm na defesa das fronteiras nacionais, na garantia da unidade nacional e na garantia da soberania, num mundo em que as grandes potências estão sempre ameaçando as pequenas nações, ou as nações que não têm grande força econômico-militar".

"O essencial, no meu entender – diz ainda –, é que a Constituição designe que as forças armadas devem ser essencialmente subordinadas ao poder civil. Que elas assegurem a defesa do país, contra seus inimigos externos e internos, mantenham a ordem interna e a segurança externa do país, mas tudo isso na subordinação e dependência aos poderes constitucionais.

O constituinte baiano Luiz Vianna Neto, vice-Ílder do PMDB, entende que "as forças armadas devem continuar a tradição, exercendo no país a defesa da soberania nacional no plano externo, e também o seu papel na vida pública interna".

"Nesta transição – declara ainda Vianna Neto –, é muito difícil rompermos com aquilo que está arraigado no sentimento nacional, não só no sentimento da classe política, mas também no da própria população. Certo ou errado, é costume em algumas nações ver as forças armadas como instrumento de contenção em certos momentos difíceis do país."

Outro bajano, Genebaldo Correia, quer as forças armadas na "missão tradicional", mas com "mecanismos constitucionais": "Entendo – diz ele – que devem ser preservadas as forças armadas na sua missão tradicional: a de garantir as instituições. Como defendo o regime parlamentarista, sustento que a função de chefe das forças armadas deve caber ao presidente da República. Acho que devemos colocar na Constituição mecanismos que impeçam as costumeiras exacerbações das ações militares, as quais, sob pretexto de garantir as instituições, terminam por derrubá-las".



Jorge Arbach

O cerco dos bancos

Como o Brasil poderá enfrentá-lo? O exemplo do bloqueio alemão na guerra passada e as perspectivas atuais

Tudo indica que as negociações sobre a dívida externa serão demoradas e complexas. Embora não estejam esgotadas as possibilidades de um acordo, são muito concretas, também, as perspectivas de um endurecimento por parte dos banqueiros. Vários bancos norte-americanos já puseram o Brasil na lista dos pagadores inadimplentes, cortando-lhe o crédito, e outros estão em vias de adotar a mesma atitude.

Ainda é cedo para conhecer-se o que muda com a renúncia do ministro Dilson Funaro e a nomeação do professor Luiz Carlos Bresser Pereira. O propósito do novo ministro de reduzir o crescimento do Brasil a uma taxa entre 3 e 3,5% foi mal recebido nos meios políticos progressistas, que o consideram uma política recessiva. Os bancos receberam com cautela a nomeação de Bresser, mas festejaram a saída de Fu-

naro, o que pode significar que nutrem maiores esperanças com o novo ministro.

Já se disseram prejudicados o Citicorp e o Chase Manhattan, que aumentaram seus fundos de reserva de risco e contabilizaram perdas, no final de maio, enquanto os canadenses Bank of Montreal, Toronto Dominion e Nova Escócia declaravam os empréstimos como de recebimento duvidoso, envolvendo cerca de 6 bilhões de dólares.

Uma das hipóteses da evolução do problema é a crise final com os bancos e a perspectiva de que estes apertem o cerco econômico ao Brasil.

E como poderia o nosso país resistir a esse desafio? Na guerra, com o bloqueio naval alemão, enfrentamos um problema agudo nesse campo. O economista Domar Campos estudou as

questões econômicas daquela época e do pós-guerra e nos conta como o Brasil, no tempo de Vargas, resistiu ao bloqueio e avançou. Outro destacado economista, Ricardo Bueno, traça, para os nossos leitores, uma radiografia da realidade econômica atual, mostra como o Brasil não rompeu sua dependência de importações em áreas decisivas, apesar do avanço industrial. Bueno identifica aqueles setores onde essa dependência é mais acentuada, indicando as medidas que possam suprimi-la ou amenizá-la.

O senador Severo Gomes (PMDB/SP) também comenta a questão da dívida e considera lógico o passo de suspender os pagamentos, para preservar o crescimento econômico nacional. Não esquece de destacar a utilidade que teria uma auditoria da dívida.

Em nota complementar, uma descoberta importante e oportuna: a província petrolífera do Amazonas.

Na moratória, perplexidade

As dificuldades de hoje ameaçam impor a recessão, o que impediria um novo passo na independência econômica

Ricardo Bueno

Recentemente o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, Paulo Vellinho, afirmou que, devido às restrições às importações, os estoques das empresas de vários setores estavam dois terços abaixo do normal e, em certos casos, não davam para garantir mais do que 10 dias de produção.

Diante de uma realidade incômoda como essa, muita gente se pergunta: e se o Brasil enfrentar dificuldades crescentes para realizar suas compras lá fora? Quais seriam as consequências para o funcionamento da economia?

Setores sofisticados

Bem, partindo da hipótese mais pessimista (e improvável) de uma suspensão completa das compras lá fora, não é possível ficar tranquilo. A maioria dos setores produtivos seria afetada e muitos teriam mesmo que paralisar suas linhas de produção. Tal constatação é especialmente válida em relação às indústrias farmacêutica, eletrônica e de

informática. O setor farmacêutico, dominado pelos laboratórios estrangeiros, produz muito pouco das matérias-primas que utiliza. As empresas de informática ainda são de implantação recente e dependem da importação de peças e componentes sofisticados, como chips, por exemplo. A indústria eletroeletrônica, mais antiga, idem.

Mas, mesmo em relação a setores em que o processo de substituição de importações avançou muito, o Brasil ainda precisa realizar compras lá fora. O índice de nacionalização alcançado na produção de equipamentos de petróleo anda em torno de 93%, segundo a Petrobrás. Portanto, 7% dependem de fornecimento externo. Índice semelhante foi alcançado na indústria automobilística.

Em resumo: se houvesse uma completa paralisação das compras externas, apenas alguns setores produtores de bens de consumo popular (como têxteis, calçados etc.) continuariam funcionando sem qualquer tipo de problema maior. Os demais deixariam de produzir, até que conseguissem montar algumas soluções de emergência para voltar a funcionar. Em certos casos, isso

A Informática já conta com política própria mas ainda depende do exterior



seria porém impossível, devido à complexidade das máquinas, partes, peças e componentes vindos do exterior.

Há um ponto que não pode, também, ser esquecido. Com a paralisação das importações, o Brasil teria que apelar para o racionamento de petróleo.

Apesar do intenso esforço de prospecção e produção de petróleo, o país ainda depende do óleo importado para atender a aproximadamente 40% de suas necessidades de consumo e gasta mais de quatro bilhões de cruzados com a importação do produto. Esse número global esconde algumas diferenças importantes.

Atualmente, há gasolina sobrando no Brasil. A tal ponto que esse derivado de petróleo é exportado. Mas, e esse é o outro lado da mesma moeda, há uma forte dependência de fornecimento externo em relação ao óleo diesel. As compras externas alcançam nada menos que 400 mil barris/dia. Portanto, num primeiro momento, o racionamento afetaria de maneira muito mais drástica o transporte de mercadorias e passageiros de baixa renda (dependentes do diesel), do que o dos cidadãos de classe média para cima. Afinal de contas, existe gasolina mais do que suficiente para manter a frota de veículos de passeio em funcionamento.

Além disso, não vamos esquecer que 80%, pelo menos, dos novos carros produzidos no Brasil são movidos a álcool. E álcool é um combustível brasileiro, uma utilização da biomassa (canade-açúcar), com finalidades energéticas. Mas, sem dúvida alguma, o fato dos carros de passeio serem os últimos a parar diz muito a respeito do grau de desigualdade social, das prioridades duvidosas, embutidas na política econômica dos governos militares que controlaram o país a partir de 1964.

Química fina

Uma análise da pauta brasileira de importações não pode deixar de levar em conta o fato de que o Brasil é, hoje em dia, uma economia complexa – a oitava do mundo capitalista. Ora, uma economia complexa depende frequentemente da compra, lá fora, de produtos que refletem o grau de sofisticação de sua base produtiva.



Hélio Santos

Dificuldades na importação de óleo diesel afetariam logo os transportes de massa

As importações brasileiras de bens de capital foram superiores a dois bilhões de dólares no ano passado. Quem as examinar em detalhe, verificará que, por trás da denominação genérica de caldeiras, aparelhos mecânicos, máquinas e equipamentos elétricos etc., há uma gama de equipamentos de alto índice tecnológico. Ou seja, quanto mais uma economia avança, quanto mais seu sistema produtivo se torna atualizado, moderno, mais difícil também se torna aprofundar o processo de substituição de importações. Essa já é uma realidade visível no Brasil atual.

O exemplo da indústria petroquímica é, a esse respeito, muito ilustrativo. A partir de 1974, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) patrocinado pelo governo Geisel, o Brasil desenvolveu um importantíssimo processo de substituição de importações, envolvendo a produção interna de aço, metais não-ferrosos, papel e celulose, produtos petroquímicos, petróleo, fertilizantes etc.

No caso do setor petroquímico, o economista Antonio Barros de Castro calcula que a substituição de importações de produtos químicos orgânicos gerou uma economia de divisas no período 1979/84 superior a 3,6 bilhões de dólares. Em relação aos produtos químicos inorgânicos, a sangria de divisas evitada foi de pouco mais de um bilhão de dólares no mesmo período.

O Brasil se transformou de importador em exportador de produtos petro-

químicos. Mas agora vem desenvolvendo uma nova etapa do processo de substituição de importações. São os produtos da área de química fina, de mercados muito específicos e tecnologia em alguns casos muito complexa. Outras iniciativas importantes vêm sendo tomadas em áreas que estão na fronteira tecnológica do capitalismo, como biotecnologia e informática. Fica claro, portanto, que o processo de substituição de importações não é o mesmo de antigamente...

Essa é uma afirmação verdadeira mas, outra vez, é preciso encará-la com certa cautela. Nem só de caviar vive o homem. Ou seja, nem só da substituição de importações de produtos de alta complexidade vive o Brasil. Os analistas da economia brasileira andam profundamente preocupados com a falta de investimentos em setores onde dominamos a tecnologia nos quais a capacidade ociosa já está esgotada, como papel e celulose, aço, energia elétrica e petroquímica, apenas para citar alguns exemplos mais evidentes.

Investir é preciso

O que significa isso? Bem, significa que o processo de substituição de importações, iniciado no governo Geisel e que permitiu ao Brasil comprar menos lá fora e exportar mais, gerando superávits comerciais que chegaram a ultrapassar 12 bilhões de dólares por ano, está esgotado.

É essencial, neste momento, desenvolver um novo e vigoroso ciclo de in-

vestimentos para elevar a oferta de insumos básicos, nos quais o Brasil se tornou auto-suficiente. Afinal de contas, voltar a importar maciçamente aço, fertilizantes, papel, celulose etc. seria retroagir ao início da década de 70.

O problema é que tais investimentos já estão atrasados. A capacidade das empresas estatais para investir foi criminosamente liquidada por uma política vesga de combate à inflação e estímulo ao endividamento externo, conduzida no governo Figueiredo pelo então ministro do Planejamento, Delfim Néto.

O atual governo vem tentando remediar a situação, mas o processo de correção caminha a passos lentos. Apesar da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que arranca compulsoriamente recursos dos bolsos dos cidadãos, e dos bilhões que foram arrecadados em seu nome, a verdade é que os cronogramas de implantação dos projetos conduzidos pelo setor público estão atrasados. Basta ver o que anda acontecendo em relação à implantação das hidrelétricas e usinas de aço e o andamento dos planos de expansão do setor de telecomunicações.

Os projetos de grande porte controlados pela iniciativa privada também não vão lá muito bem das pernas. A falta de recursos para investir não tem, nem de leve, a mesma dramaticidade que existe em relação ao setor público. Estão prontinhos e, em alguns casos, já começaram a ser tocados com lentidão grandes projetos para multiplicar a produção de papel e celulose, visando a atender não só o mercado interno, mas também consolidar posições conquistadas na área externa. Por que tais projetos não deslancham, se o setor vem operando com 100% de capacidade e há perspectivas de crescimento do mercado nos próximos anos?

A resposta é simples: devido às incertezas que cercam o destino da economia brasileira a curto prazo. Basta examinar as diferenças entre 1986 e 1987. No ano passado, o Brasil viveu sob o signo de um choque heterodoxo, marcado pelo congelamento de preços, desindexação e crescimento acelerado. Em 87, o país enfrenta um choque ortodoxo, a liberação quase completa de preços, a volta da indexação e um visível desaquecimento da economia. Sem falar na moratória, é claro, e na forte deterioração da situação das contas externas.

Na guerra, alternativas internas

As dificuldades externas estimularam o país na busca de um desenvolvimento mais independente

Domar Campos

As mudanças registradas na economia brasileira durante a II Guerra Mundial foram extraordinariamente importantes, seja por efeito das profundas transformações da economia internacional – sobretudo as decorrentes do bloqueio imposto pelos submarinos alemães – seja porque a estrutura econômica do Brasil, antes da guerra, já estava sob a influência de um processo cíclico espontâneo de modificação estrutural, que não foi detido pelas dificuldades de toda ordem verificadas durante o conflito bélico. Ao contrário, em alguns casos, estas estimularam o desenvolvimento econômico brasileiro.

Ocorria, em verdade, que a economia nacional, um pouco antes de começar a

guerra, já havia saído da estagnação que a caracterizava desde 1929-1930, consequência, em grande parte, da crise mundial iniciada nesse período. Estava em processo de crescimento, portanto, e, mais que isso, iniciava a transformação de sua estrutura tradicional de produtora de bens primários, predominantemente. Tal transformação ocorria no sentido progressista da substituição de importações de bens industriais, o que, logo após a guerra, tenderia a ser uma política programada – mal planejada e pior executada – mas que seria talvez o feito mais valioso da economia brasileira, em qualquer tempo.

Sem qualquer dúvida, foi um feito extraordinário a economia brasileira resistir aos efeitos negativos da II Guerra Mundial e não apenas resistir, mas ter gerado forças para progredir naquele período, contribuindo ainda para o efe-

tivo esforço de guerra das potências aliadas, na luta e no alcance da vitória final contra o nazifascismo.

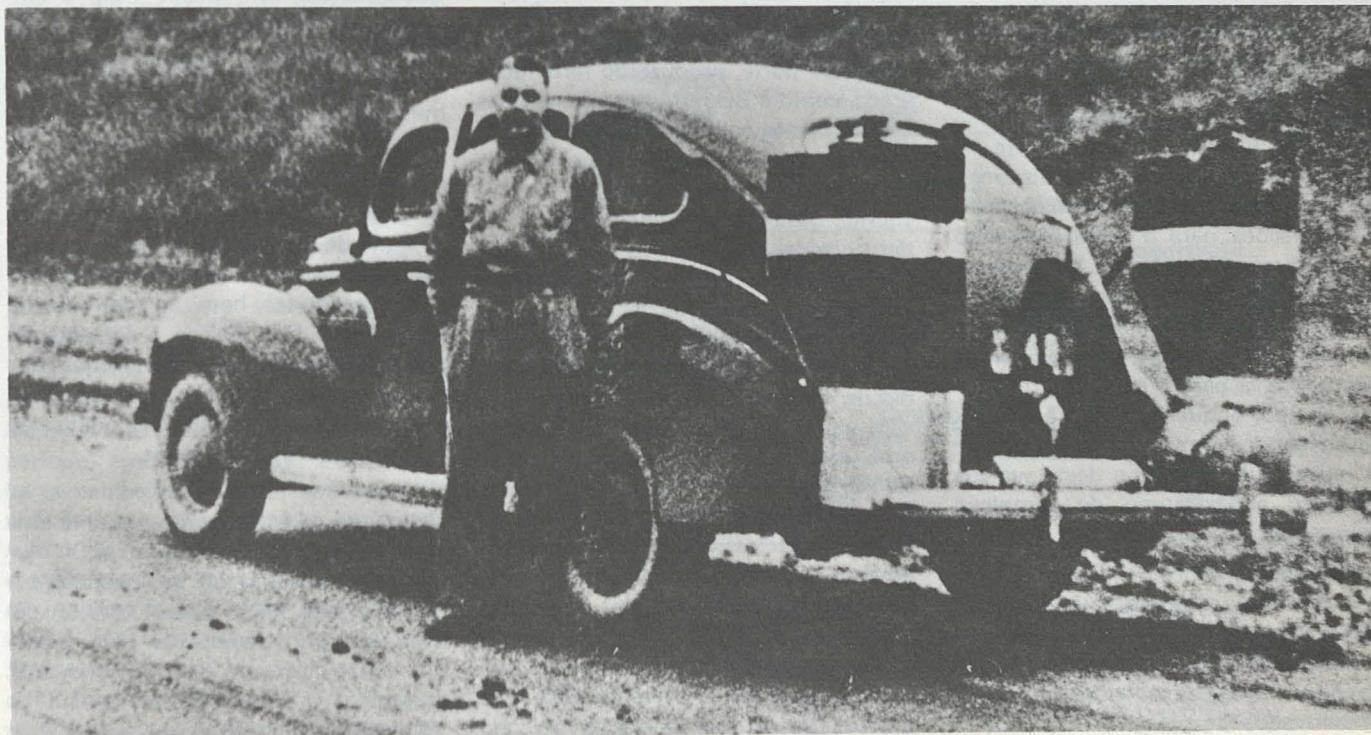
Potencial de crescimento

Ao analisarmos a estrutura sócio-econômica do Brasil de antes da guerra, encontraremos inúmeros pontos débeis mas também pontos positivos e dinâmicos.

Durante o conflito – mais precisamente de 1940 a 1944 – a população brasileira aumentou em mais de um milhão de habitantes por ano, passando de 40 milhões para 45 milhões, em números redondos. Não obstante esse forte ritmo demográfico, estima-se que o produto per capita, nesse período, igualmente evoluiu, pulando de 160 dólares para 200 dólares, aproximadamente, ainda um nível muito baixo, mas que revelava um crescimento significativo. Um indício claro de que a estagnação estava ficando para trás (Quadro 1).

Outros índices econômicos e sociais evidenciavam a identidade típica de país do Terceiro Mundo, a estrutura subdesenvolvida. Ao lado, por exemplo, da alta taxa de mortalidade infantil, analfabetismo e precárias condições sanitárias, se observava, no setor econômico, a dependência do mercado brasileiro, quanto às importações de combustíveis líquidos e até de alguns alimentos básicos, principalmente o trigo.

O estado dos transportes internos,



Na guerra, o gasogênio substituiu a gasolina e chegou a desenvolver um setor, que se tornou exportador

por via terrestre, era deficiente, o trabalho agrícola caracterizava-se por métodos antiquados e primários de produção, do mesmo modo como o setor industrial não primava pela eficiência nem produtividade.

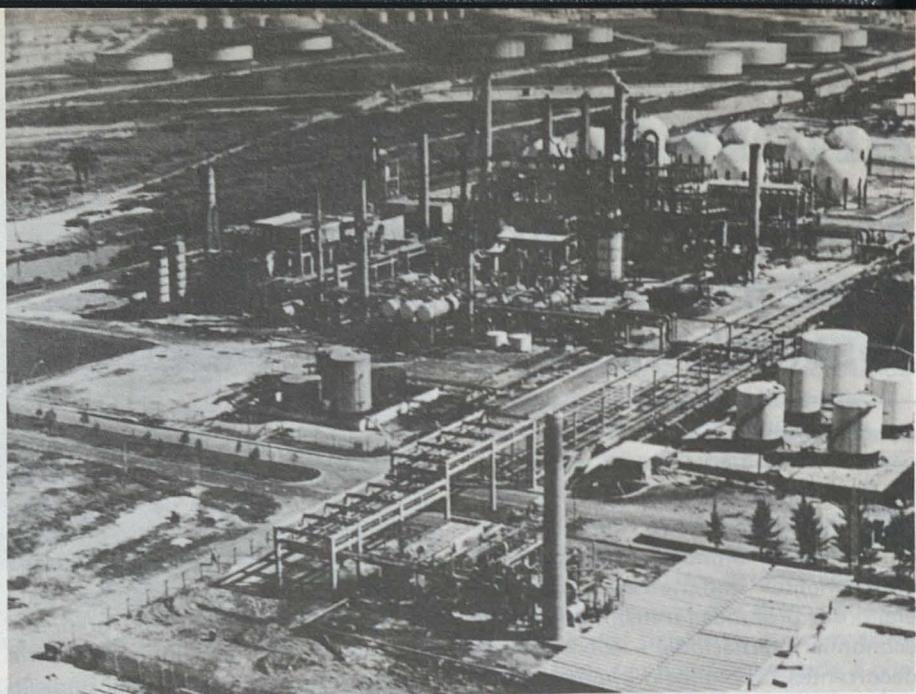
O sistema financeiro igualmente apresentava condições de deficiência, tanto com relação aos recursos públicos, quanto aos recursos privados. A estabilidade monetária de alguns perfodos era atribuída mais à própria estagnação.

As debilidades ressaltavam não apenas a dependência da economia brasileira, mas também uma grave deficiência de administrações, de governos, dos próprios condicionamentos culturais, que impediam um trabalho sistemático de previsão e programação do futuro do país, com vistas a assegurar as necessidades vitais do Brasil.

Tal era o motivo da dependência de trigo e combustíveis líquidos. Até as vésperas da guerra, essa questão fundamental não afetava a sensibilidade política, no sentido de se buscar autonomia, mas apenas no de prover meios de pagamentos, para comprar no exterior esses bens vitais. Era o pensamento econômico que predominava e ainda predomina, um pensamento clássico, subdesenvolvido, impróprio para a política econômica de uma grande nação em desenvolvimento.

Os combustíveis líquidos importados chegavam, em parte, em barris e eram armazenados em campos, chamados de "inflamáveis". Era o caso da gasolina, óleo combustível, lubrificantes etc.. É que o Brasil praticamente não dispunha de meios para refinar o petróleo, nem de instalações para o armazenamento em proporções adequadas. Na verdade, o país possuía apenas duas refinarias: a do Rio Grande do Sul, propriedade da Ipiranga, refinava dois mil barris/dia, o que mal dava para o consumo do próprio Estado, enquanto a de São Paulo, pertencente às empresas Matarazzo, era de porte muito menor e destinava sua produção ao consumo do complexo empresarial.

Na mesma época, a Argentina possuía diversas refinarias, que processavam o petróleo local e o importado. Até o Uruguai tinha a sua refinaria, a Ancap, fazendo com que o tema da importação de derivados de petróleo fosse desconhecido naquele país.



Foi a dependência de combustíveis durante a guerra que levou a mudar a situação no setor

Aspectos positivos

Dentro desse quadro de precariedade, o Brasil já estava mudando, começando a apresentar condições mais positivas, mesmo em setores vitais de sua economia.

Ao iniciar-se a II Guerra Mundial, a indústria de transformação adquirira boa dimensão no Brasil. Antes mesmo do conflito, a vocação siderúrgica do país já se manifestava, tanto através dos recursos naturais existentes, quanto de usinas de porte, produzindo ferro-gusa e aço, como a Belgo Mineira, em Minas Gerais. Nesse estado, uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo, situavam-se minas de manganês e cassiterita, base primária importante da siderurgia, privilegiadas, ao mesmo tempo, por estarem próximas dos principais centros consumidores.

Tais condições, mais a abundância de calcáreos nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, criaram as bases essenciais para o desenvolvimento rápido de uma indústria pesada, particularmente a siderúrgica, metalúrgica e de cimento, na região do sudeste brasileiro, área de concentração da maior força de investimento privado, nacional e estrangeiro, inclusive na conquista dos mercados externos.

Esse complexo fabril, mais a atividade industrial de boa qualidade que se desenvolvia no Rio Grande do Sul, em função de sua complementariedade e

recursos locais, exerceu grande influência no desenvolvimento industrial de todo o país. A produção – artefatos de borracha, como pneumáticos; de couro, como sapatos; cutelaria, armas leves etc. – foi estimulada pela demanda excepcional no período do conflito mundial.

O sudeste e o sul foram as zonas que responderam com maior vigor à tendência ou espírito de substituição de importações de bens fabris e agrícolas, matérias-primas e alimentos, antes mesmo da década de 40, o que se acentuou com a guerra (Quadro 2).

Com essa base e sofrendo os efeitos das restrições forçadas de importações de bens de consumo durável e de produção, a estrutura industrial brasileira pôde responder bem ao período de emergência. Deu ênfase à substituição dos bens importados, por vezes de maneira improvisada, mas, de modo geral, estruturando uma verdadeira política de substituição de importações.

Apesar de todas as dificuldades, foi constante o crescimento da indústria nacional no período da guerra. O volume produzido passou de 1.072.000 toneladas, em 1939, para 1.484.053 em 1944. No quinquênio 1935-1939, a média anual alcançara 811.132 toneladas, passando a uma média anual de 1.317.129 toneladas, no quinquênio 1940-1944.

Vale o registro do caso do gasogênio, combustível de gás de carvão, para veículos a motor de explosão, que retrata a versatilidade industrial brasileira àquela época, quando a escassez de derivados de petróleo chegou a um ponto crítico. À medida que se esgotavam os estoques de combustíveis, começou a surgir o sistema de gás de carvão, como substituto da gasolina, acondicionado em recipientes improvisados, como os próprios barris de importação de derivados.

O sistema de gasogênio foi rapidamente assimilado e utilizado em automóveis, caminhões e ônibus. Ao mesmo tempo em que aumentava a utilização do gás de carvão, atenuando a escassez de combustíveis líquidos, expandia-se e aperfeiçoava-se a fabricação dos aparelhos de gasogênio, os quais, ao final da guerra, eram exportados, já aperfeiçoados, pequenos e bem apresentados.

Pará a transformação da estrutura industrial brasileira, foi da maior importância a implantação da usina siderúrgica de Volta Redonda, cuja construção teve início durante a guerra, a partir de empréstimo norte-americano, vindo a operar, após o conflito, com uma produção inicial de 400 mil toneladas. Causou muito impacto na produção siderúrgica brasileira o funcionamento de Volta Redonda, então a mais nova e maior usina siderúrgica do mundo.

Talvez tenha sido este o ponto mais destacado dos efeitos da guerra no Brasil, tanto no que se refere ao aspecto econômico quanto ao político de sua participação no conflito mundial.

Dificuldades estimulantes

Um dado vital da questão precisa ser realçado: todo o Brasil participava do sentimento de transformação estrutural, que as dificuldades e as restrições impostas pela guerra vieram estimular (Quadro 3).

Os dados do comércio exterior, não obstante o bloqueio dos submarinos alemães, revelam dinamismo naquele período, sobretudo das exportações para os mercados mais próximos de nossos portos. A exportação evoluiu da média do quinquênio 1935-1939, correspondente a 4.901 milhões de cruzeiros, para a média anual de 7.728 milhões de cruzeiros, no período 1940-1944.

Notável foi o aumento das exportações de tecidos de algodão, crescendo de quatro mil toneladas em 1940 (valor

de 68 milhões de cruzeiros) para 20 mil toneladas em 1944 (valor de 1.046 milhões de cruzeiros), soma esta só superada pelas vendas externas de café (Quadro 4).

Assim, é possível dizer-se que os anos da II Guerra Mundial foram de expansão econômica e com razoável estabilidade monetária e de preços. As reservas de ouro e divisas registravam, em 1944, valores de 300 milhões de dólares e de 250 milhões de dólares, respectivamente, enquanto o Relatório do Banco do Brasil acusava dívida externa pequena, ao nível das exportações, e portanto, consolidada (Quadro 5).

Cabe ressaltar a expressiva contribuição econômica do Brasil ao esforço de guerra aliado. De variadas formas, desde alimentos até produtos de grande importância estratégica, o Brasil contribuiu ao lado dos países que combatiam o nazifascismo. Materiais como cristal de rocha, tungstênio, zircônio (para fabricação de radar, aços duros e outros

produtos resistentes) saíram em quantidade do Brasil para aqueles países. O cristal de rocha piezo elétrico, indispensável à fabricação do radar e à segurança dos comboios aliados, naquela época só era conhecido no Brasil.

A contribuição brasileira pode ser medida, igualmente, por exportar bens essenciais e estratégicos, aceitando receber pagamento muito depois e a preços baixos, os chamados "preços-teto", fixados pelos Acordos de Washington.

No pós-guerra, o governo brasileiro não soube negociar qualquer tipo de compensação àquele esforço, como Vargas o fizera com Volta Redonda. Ao final da guerra, o Brasil tinha um saldo de cerca de 800 milhões de dólares. Tal saldo foi liquidado com a importação de excedentes de produtos dos países devedores, produtos esses não-essenciais em sua maioria, e também com a compra de empresas dos mesmos países, as quais operavam no Brasil já em condições antieconômicas.

Quadro 1
Brasil - População - Produto Nacional Bruto

	População habitantes	Prod. Nac. Bruto - per cápita dólares
1940	40.000.000	160
1945	45.000.000	200

Quadro 2
Brasil - Produção Industrial

	Aço em lingotes		Cimento	
	Toneladas	Cr\$1.000	Toneladas	Cr\$1.000
1940	141.076	113.174	744.673	183.188
1944	220.142	378.686	808.348	284.206

Quadro 3
Brasil - Comércio Exterior - Média Anual

	Exportação		Importação	
	Toneladas	Cr\$1.000	Toneladas	Cr\$1.000
1935/39	3.456.700	4.960.782	4.699.726	4.723.667
1940/44	2.960.159	7.728.164	3.708.514	5.866.035

Quadro 4
Brasil - Exportação de Tecidos de Algodão

	Toneladas	Cr\$1.000
1940	4.000	68.000
1944	20.000	1.046.000

Quadro 5
Brasil - Reservas de Ouro e Divisas - Cr\$1.000

	Reserva de Ouro	Reserva de Divisas
1940	1.078	95
1944	6.628	5.012

Severo: assumir a moratória

O crescimento do país exige a suspensão dos pagamentos

Severo Gomes é industrial, por duas vezes ministro do regime militar, com o qual rompeu, e foi um dos fundadores do PMDB, pelo qual foi eleito senador por São Paulo. No Congresso, alinha-se com o grupo progressista. Para ele, o governo parece ter vergonha da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

"O Brasil suspendeu o pagamento do serviço da dívida externa. Infelizmente, até agora dá a impressão de alguém que está envergonhado de haver tomado essa providência, quando, na verdade, isso aí é o passo lógico: um país que quer crescer não pode se submeter a esse tipo de drenagem dos recursos nacionais para fora" – acentua o senador paulista.

Segundo Severo Gomes, seu partido tem a obrigação de discutir esse assunto pelo país afora. "É um dever de nosso partido, o PMDB – lembra Severo – sair em campanha, levando, primeiro ao povo, o conhecimento do nível de espoliação a que o Brasil foi submetido ao longo de sua história, chamando a atenção especialmente para as últimas décadas. E, depois, destacar qual a verdadeira dimensão de nosso país, qual o grau de nossa capacidade de resistência, a força brasileira de andar com as próprias pernas, para a construção de um projeto nacional, que contemple, antes de tudo, o interesse da maioria do povo".

Conhecer a dívida

O conhecimento do montante real da dívida é um ponto crucial, na opinião de Severo Gomes, que considera importante a observação que a esse respeito fazem personalidades políticas, inclusive com ressonância no Congresso.

"Acho que tal auditoria da dívida externa é necessária – concorda o sena-



lata Cannabava

Severo Gomes: a dívida limita o crescimento

dor – e já chegamos a ter provas de quanto é mesmo uma exigência. Há pouco tempo, o Bank of America desistiu de um crédito que tinha registrado no Banco Central. E por quê? Porque ficou comprovado que este crédito tinha sido registrado com base numa coação, numa verdadeira chantagem, em 1982, quando o Brasil perdeu todas as suas reservas. Isso prova que é preciso, realmente, verificar o que nós devemos" – conclui Severo Gomes.

Luta pelo programa

A atuação partidária na Constituinte e em relação ao governo Sarney são dois outros temas, sobre os quais Severo Gomes chama a atenção neste momento tão particular da vida nacional.

"Pela primeira vez – diz o senador – vamos ter uma Constituição definida por um Congresso que realmente representa a grande maioria do povo brasileiro. Portanto, é uma Assembléia Nacional Constituinte, é uma refundação nacional".

Quanto ao posicionamento frente ao governo, Severo Gomes lembra que o PMDB deve colocar-se como o partido que tem a maioria parlamentar, um programa muito definido, uma história e ainda dá suporte ao governo. "Portanto – destaca – o PMDB deve procurar reafirmar suas posições, de tal modo que leve o governo a cumprir o seu programa".

Petrobrás em busca da auto-suficiência

Na Amazônia, nova esperança

A persistência da Petrobrás em desbravar a floresta amazônica está definindo uma nova província petrolífera no país, no Alto Amazonas, com os resultados apresentados pelos poços RUC-1 e LUC-1, na região do rio Urucu, onde a potencialidade de reservas e produção desperta otimismo.

Os dois poços – o primeiro produzindo também petróleo, enquanto o segundo vaza gás natural e condensado leve – situam-se na maior bacia sedimentar brasileira, a que margeia o rio Amazonas, englobando também o Acre, numa extensão total de 1.120.000km², espécie de terreno propício à existência de petróleo.

Características

O campo petrolífero do Urucu poderá estar definido até meados do próximo ano, quando a Petrobrás espera ter efetuado a perfuração de mais oito poços. Caso se confirmem as expectativas, a área de produção abrangerá cerca de 150km², com reservas ainda desconhecidas de óleo. Mas, quanto ao gás natural, calculam-se reservas em torno de 100 bilhões de metros cúbicos, quantidade semelhante às reservas atualmente conhecidas no país.

O RUC-1, perfurado no ano passado a cerca de 12 quilômetros de LUC-1, apresenta vazão de 330 mil metros cúbicos de gás, 600 barris de condensado e 950 barris de petróleo por dia. O gás apresentou a característica de ser rico, isto é, conter alta percentagem de frações pesadas, que permitem a produção de alguns derivados.

Caso o potencial previsto se confirme, a Amazônia poderá iniciar capítulo novo na exploração do petróleo brasileiro, uma história de pouco mais de 40 anos e que já produziu resultados animadores.

Norte-Sul: a ferrovia questionada

O debate em torno desse projeto lembra Brasília e a rodovia para Belém

Neiva Moreira

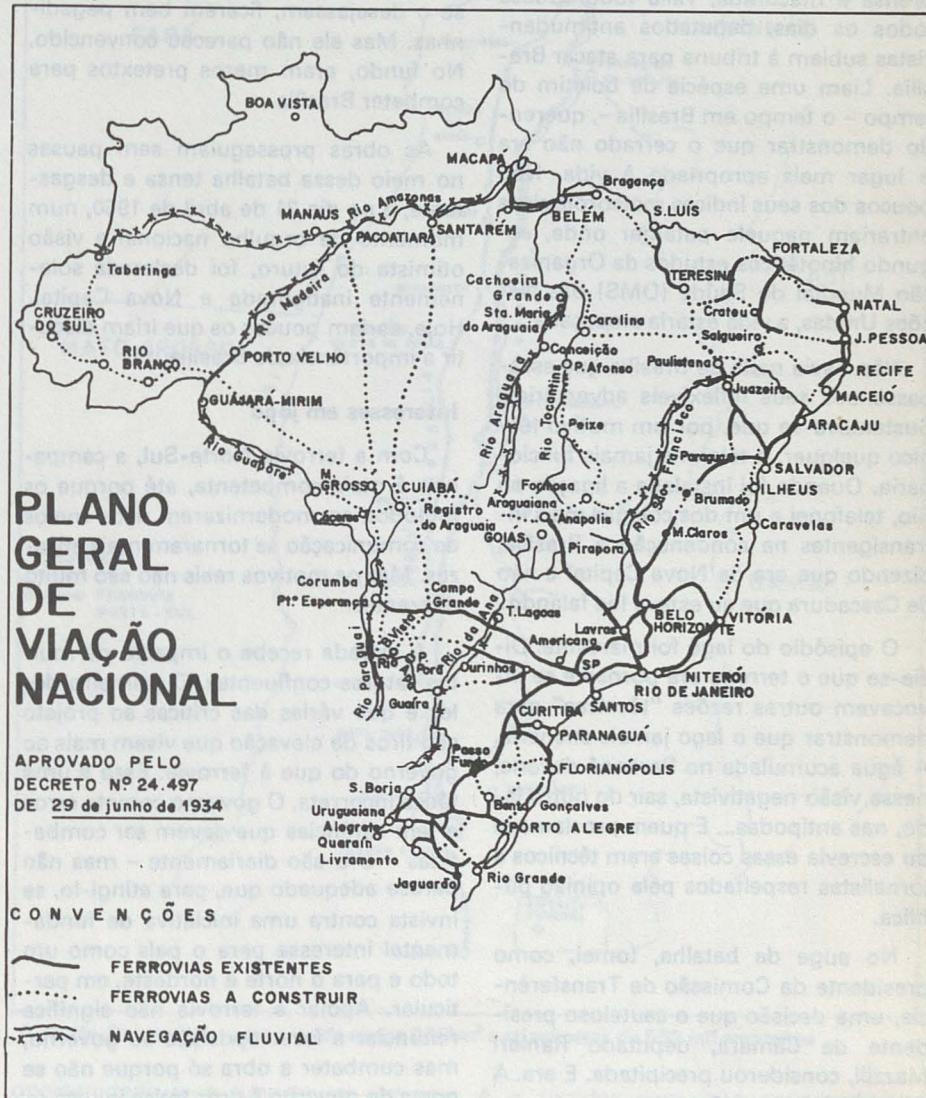
As irregularidades na distribuição dos lotes entre as empresas selecionadas na concorrência da Ferrovia Norte-Sul foram um "prato feito" para os adversários do projeto. Velho procedimento capitalista adotado nesse tipo de obra, desta vez provocou uma celeuma, mesmo entre os que, no passado, recorreram ao mesmo método ou silenciaram diante dele.

Os inquéritos, visando à correção do procedimento contestado, não amenizaram a campanha contra o projeto. A oposição é à obra em si e não ao que se denunciou como "cambalacho".

Pode-se recordar, em favor da Norte-Sul, que este é um velho filme. Sempre que se projeta algum empreendimento pioneiro fora das áreas mais desenvolvidas do país, o barulho é o mesmo. Quando Vargas, atendendo a estudos técnicos, aceitou a indicação de Volta Redonda como o lugar apropriado para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, foi acusado de muitas coisas, sobretudo de ceder a uma pressão familiar, para atender ao genro, Amaral Peixoto, político fluminense, que defendia aquela localização. O estado do Rio de Janeiro não tinha, então, maior peso político.

A construção da Belém-Brasília foi outra dura batalha que Juscelino teve que sustentar, apoiado numa visão maior do interesse nacional. Multiplicaram-se os pareceres, aparentemente técnicos, contrários à estrada. Os mais prestigiosos meios de comunicação da época fizeram coro aos protestos, apresentando a nova BR, que "ligava o nada a coisa alguma", como uma obra faraônica, destinada a enriquecer os empreiteiros relacionados com o Poder. O sr. Jânio Quadros batizou-a de "estrada das onças" e se procurou criar no país uma opinião pública contrária ao empreendimento.

O atual movimento nessa estrada e a



Já em 1934, a ligação ferroviária Norte-Sul integrava o Plano de Viação Nacional

explosão econômica que produziu na região confirmam como teria sido um erro clamoroso ceder às pressões contrárias à rodovia. Imperatriz, então uma sonolenta cidade de menos de 20 mil habitantes, com a BR é hoje uma viga-rosa metrópole com cerca de 300 mil habitantes, um extraordinário pólo de desenvolvimento econômico. Cidades goianas e paraenses da região não ficam atrás.

A guerra por Brasília

No caso de Brasília, não foi uma batalha, mas uma guerra. Como deputado federal, membro da mesa da Câmara nos anos cruciais de 1959 e 1960, e presidente da Comissão de Transferência daquela Casa do Congresso, vivi intensamente aqueles dias de duras lutas nas ruas e de tensos confrontos parlamentares.

A oposição jogou pesado contra a nova capital e, se não fosse a férrea determinação do presidente Juscelino e o apoio de um combativo grupo de parlamentares, o "Bloco Mudancista", liderado pelo então deputado Emival Caiado, o projeto poderia ter ido por água abaixo ou sido muito reduzido nas suas proporções e dilatado no tempo.

Das acusações mais duras na imprensa à macumba, valia tudo. Quase todos os dias, deputados antimudancistas subiam à tribuna para atacar Brasília. Liam uma espécie de boletim do tempo – o tempo em Brasília –, querendo demonstrar que o cerrado não era o lugar mais apropriado à vida. Não poucos dos seus índices meteorológicos entrariam naquele patamar onde, segundo hipotéticos estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) das Nações Unidas, a vida estaria ameaçada.

Não havia nada de Brasília que escapassem aos seus inflexíveis adversários. Sustentava-se que, por um motivo técnico qualquer, o telefone jamais funcionaria. Quando foi instalada a ligação ao Rio, telefonei a um dos colegas mais intransigentes na condenação a Brasília, dizendo que era da Nova Capital e não de Cascadura que eu estava lhe falando.

O episódio do lago foi marcante. Dizia-se que o terreno era poroso e se invocavam outras razões "técnicas" para demonstrar que o lago jamais encheria. A água acumulada no Paranoá deveria, nessa visão negativista, sair do outro lado, nas antípodas... E quem proclamava ou escrevia essas coisas eram técnicos e jornalistas respeitados pela opinião pública.

No auge da batalha, tomei, como presidente da Comissão de Transferência, uma decisão que o cauteloso presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzili, considerou precipitada. E era. A Câmara fretou aviões para que as senhoras dos parlamentares e os funcionários visitassem Brasília.

Nossa esperança era que os visitantes se entusiasmassem com o que ali estava se fazendo. Mas aquela formidável epopeia de desbravamento e desafios sensibilizou a poucos. A maioria voltou decepcionada.

A lama era muita, não viram escolas prontas para os filhos, nem mercado, nem boutiques. Os apartamentos não eram "funcionais" e, por último, o Nie-

meyer teria mandado pintá-los de cores berrantes que feriam a sensibilidade das senhoras. Uma delas se queixou ao marido, deputado nordestino, de que "os comunistas da Novacap (a empresa estatal que coordenou a construção de Brasília) iam colocar camas separadas nos quartos, para minar a solidez do matrimônio cristão". Assegurei ao colega que o problema era de fácil solução: as camas tinham sido projetadas para, se o desejasse, ficarem bem pegadinhas. Mas ele não pareceu convencido. No fundo, eram meros pretextos para combater Brasília.

As obras prosseguiam sem pausas no meio dessa batalha tensa e desgastante, e no dia 21 de abril de 1960, num momento de orgulho nacional e visão otimista do futuro, foi declaradasolemnemente inaugurada a Nova Capital. Hoje, seriam poucos os que iriam discutir a importância de Brasília.

Interesses em jogo

Com a ferrovia Norte-Sul, a campanha é mais competente, até porque os métodos se modernizaram e os meios de comunicação se tornaram mais eficazes. Mas os motivos reais não são muito diferentes.

A estrada recebe o impacto de muitos fatores confluentes. O primeiro deles é que várias das críticas ao projeto são tiros de elevação que visam mais ao governo do que à ferrovia. Essa é uma tática incorreta. O governo comete erros e tem carências que devem ser combatidas – e o são diariamente – mas não parece adequado que, para atingi-lo, se invista contra uma iniciativa de fundamental interesse para o país como um todo e para o norte e nordeste, em particular. Apoiar a ferrovia não significa renunciar a fazer oposição ao governo, mas combater a obra só porque não se gosta do governo é uma tática injusta.

Recordo-me que, com o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, apresentei à Câmara um requerimento de uma Comissão de Inquérito para apurar a verdade sobre as denúncias de que havia um conluio com o truste do vidro plano para os fornecimentos à Novacap. Quando o presidente Juscelino me perguntou se o autor do requerimento era o mesmo deputado que apoiava Brasília com entusiasmo, lhe disse que sim. Era o mesmo. Meu compromisso era com a

nova capital e não com o vidro plano.

Em nenhum momento se procurou, no entanto, confundir um fato doloso, de correção administrativa e judiciária, com o próprio destino da grande obra que é Brasília.

A denúncia do jornalista Jânio de Freitas na "Folha de São Paulo" foi um serviço ao país e à própria estrada, na medida em que propicia a correção de vícios nos mecanismos da adjudicação da obra aos empreiteiros selecionados.

Historicamente, a oposição à Norte-Sul arranca mais atrás, ou seja, da política de terra arrasada contra as ferrovias que foi instalada no Brasil sob pressão do poderoso *lobby* dos fabricantes e comerciantes de caminhões e das empresas estrangeiras vendedoras de petróleo. Sempre houve partidários honestos da construção de rodovias que defendiam, com seriedade, suas teses, mas eles apenas davam os argumentos. Concretamente, o que pesava nas decisões finais era o grande jogo dos interesses concentrados nas estradas de rodagem.

Junta-se a esses fatores de oposição, a predominante influência de grupos do sul do país, à margem do pensamento popular, que, como norma, se levantam contra qualquer iniciativa que importe num investimento maior de recursos fora das áreas onde concentram seus interesses. Uma modalidade de colonialismo interno.

A Ferrovia do Aço, tão vulnerável na sua concepção, teve muito menos oposição que a Norte-Sul. Grupos políticos, econômicos ou técnicos que se opõem à ligação Tocantins-Brasília encontram argumentos para justificar a Ferrovia do Aço ou a construção do trem-bala Rio-São Paulo, um investimento custosíssimo e cujo preço da passagem, segundo dados divulgados, seria pouco inferior ao dos aviões da ponte aérea.

Importância para a região

Tenho lido e ouvido opiniões contrárias à estrada Norte-Sul que não resistem a uma análise justa. A mais corrente é que se trata de um empreendimento antieconômico, destinado a dar prejuízo até depois do ano 2000. Para poder medir os prejuízos é preciso definir bem o conceito de lucro num projeto como esse. A ferrovia tem quase

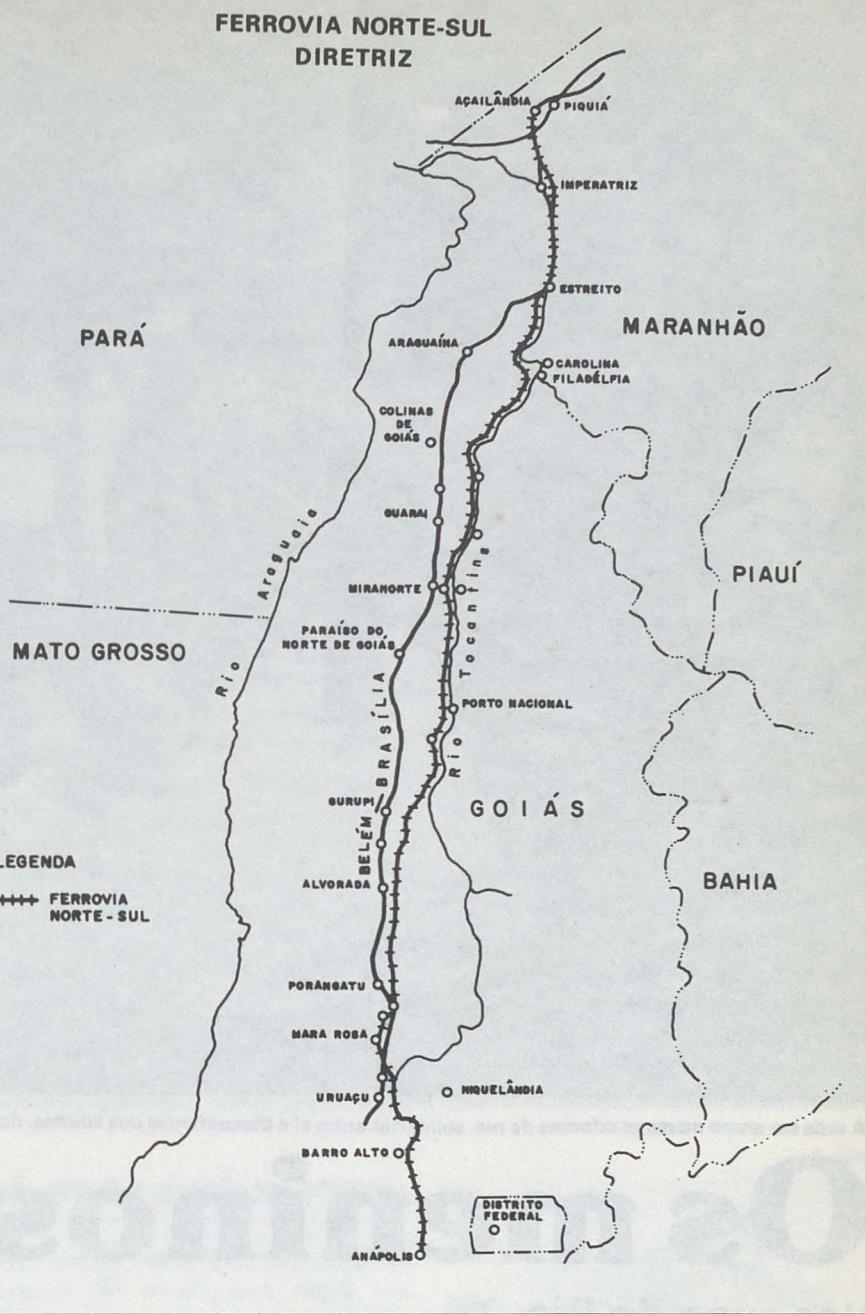
1.600km de extensão – de Açaílândia (no Maranhão) a Anápolis (em Goiás) – ligará a bacia do Amazonas e o centro do país ao sistema viário do sul e aos grandes centros de consumo e exportação.

Favorecerá uma área que cobre quase 600 mil quilômetros quadrados, de grande potencial agrícola e pecuário e conhecidas riquezas minerais e florestais. Segundo seu estudo de viabilidade, propiciará a criação de cerca de 500 mil novos empregos, numa área de desemprego e forte fluxo migratório para as grandes cidades do sul do país.

Questiona-se que não há um orçamento detalhado, atento às normas da contabilidade oficial. É importante que deva haver e seria inconcebível que não houvesse. Mas, como contabilizar num orçamento prévio da ferrovia o seu imenso poder de dinamizar a criação de novas riquezas? Até hoje, não foi possível precisar o custo financeiro de Brasília. "Ainda estão contando", foi a matreira resposta de um chofer de táxi da capital a um passageiro muito preocupado com o preço da sua construção.

Seguramente, nem os norte-americanos ao lançarem os seus trilhos para o oeste, nem os russos com a Transiberiana, os argelinos e iraquianos com suas estradas de penetração, os australianos, os tanzanianos e zambianos com a sua ferrovia Tanzan, pensaram em superávits imediatos nos guichês e sim nos extraordinários resultados da dilatação da fronteira econômica que aquelas estradas proporcionam a seus países.

Velhos "biônicos" e autoritários calajados estão, agora, morrendo de amores pelo Congresso, na esperança de fazerem o projeto dormir decênios nas geladeiras das comissões. Alega-se que não é uma obra prioritária e, embora necessária, teria que esperar que a inflação acabasse e o tesouro estivesse abarrotado de dinheiro. É um argumento que me faz lembrar a libertação dos escravos. Falsos partidários da campanha abolicionista, antes e mesmo depois da Lei Áurea, consideravam que era legítimo o fim da escravatura. Não era isso o que questionavam, mas a oportunidade da libertação. Anote-se que fomos o último país a acabar com a escravatura, que eram os negros e não aqueles senhores que esperavam a



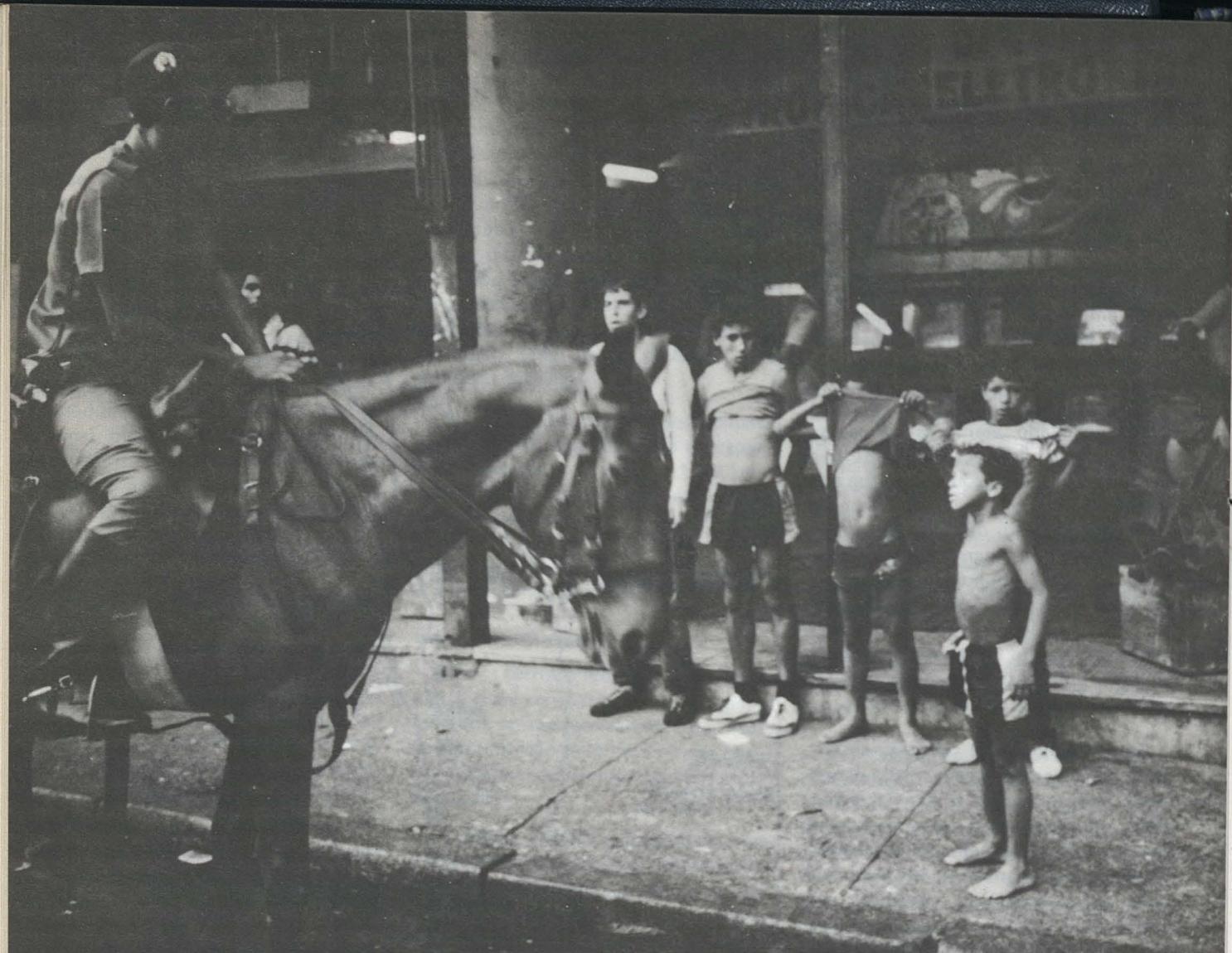
A Norte-Sul servirá a uma área de quase 600km² e criará cerca de 500 mil empregos

oportunidade, que suportavam um regime desumano e cruel.

A ferrovia Norte-Sul, como o sistema hidrelétrico do São Francisco, a Belém-Brasília e a própria capital, é um passo importante para a libertação econômica de milhões de brasileiros do norte e do centro-oeste. Eles vivem à margem do progresso do país e só têm como saída emigrar para as favelas do sul ou se transformar à força em bandidos para garantir a sobrevivência da família.

Um elemento estranho nessa novela

é a timidez com que governadores, parlamentares, prefeitos e entidades da sociedade civil da região enfrentam a campanha contra a Norte-Sul, quando não silenciam diante da agressividade dos opositores. Com isso, estão permitindo que se amplie no país uma opinião deformada contra um projeto necessário e urgente, que poderá ser um fator de desenvolvimento numa região marginalizada, sempre alvo da retórica dos comícios, mas sem direito a uma parte justa na distribuição do orçamento da República.



A vida em grupo marca as crianças da rua, solidárias entre si e desconfiadas dos adultos, de quem não esperam apoio

Claudio Edinger

Os meninos da rua

**Nas ruas do Rio,
eles vivem
e dormem,
procuram trabalho,
sofrem explorações
e cometem delitos.
Detestam a solidão,
andam em bandos
e têm medo
dos adultos**

42 - terceiro mundo

Há cheiro de recessão no ar e, quando os locais de trabalho começam a se esvaziar, as ruas costumam ganhar gente nova. Desempregados e filhos de desempregados começam a dar um tom novo a ruas, praças, calçadas. Uma pesquisa sobre esse assunto foi realizada meses atrás pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), enfocando os menores que dormem nas ruas do Rio de Janeiro. Suas revelações certamente serão muito úteis, para o tratamento de uma questão cujas perspectivas imediatas são de agravamento.

A criança da rua - revela a pesquisa - é uma pessoa movida pela necessidade de sobreviver. "São inúmeras as suas

limão; são guardadores de carro, engraxates, 'aviões' (vendedores de tóxicos), prostitutas; catam papel, pedem esmolas, batem carteira, carregam sacolas na feira, lavam carros, vivem do lixo", relatam as pesquisadoras Carla Costa Teixeira e Fátima Viana Mello. Enfim, na linguagem deles – completam –, o importante é "levantar uma grana", "se virar".

No levantamento efetuado numa única noite, 429 crianças foram surpreendidas dormindo em diversos pontos do Rio, particularmente no centro da cidade e zona sul. O cálculo das pesquisadoras é que os menores que dormem habitualmente nas ruas cheguem a mil. Uns, por morarem longe demais e não terem dinheiro para a volta diária a casa, ou por não poderem abandonar o ponto de ocupação, sob pena de perdê-lo, enquanto outros ficam permanentemente nas ruas por estarem de fato fugindo de situações de miséria e violência na família.

Segundo a pesquisa do Ibase, o movimento dos locais, por onde circulam, determina o horário e a quantidade de sono dos menores. "Geralmente, porém, dormem muito pouco. E dormem menos ainda, quando se 'aninharam' em áreas que possuem um tempo de inatividade muito pequeno, como, por exemplo, os terminais de transportes", assinalam as pesquisadoras.

Solidários e temerosos

Ao contrário dos adultos que dormem nas ruas – calculados em torno de

os menores demonstram alto grau de solidariedade. "É muito difícil ver um menor sozinho na rua. Andam, trabalham e dormem em grupo. Ao mesmo tempo que se organizam em torno da necessidade de sobreviver, brincam, passeiam e tomam banho juntos", atesta a pesquisa do Ibase.

A solidariedade grupal não exclui o sentimento de que não contam com a solidariedade externa: consideram hostil o mundo em volta. Não esperam favores e desconfiam que os que se aproximam pretendem levá-los para instituições especializadas.

Claudio Edinger



São Paulo: a miséria leva à cesta de lixo

Quadro negro da carência

1 – DELEGACIA DE MENOORES (RJ)

Total de entradas (3/85-2/86)	7.875
– Infratores	4.529
– Perambulantes	2.771

2 – FUNABEM (RJ)

Total de alunos (3/86)	4.039
----------------------------------	-------

3 – FEEM (RJ)

Total de alunos (3/86)	17.000
----------------------------------	--------

Esses dados, tanto das crianças que dormem na rua, como das que foram registradas na Delegacia de Menores, Funabem e Feem, constituem apenas a ponta de um iceberg que é a questão do menor carente.

Fonte: Ibase

Trabalho preocupa maranhenses

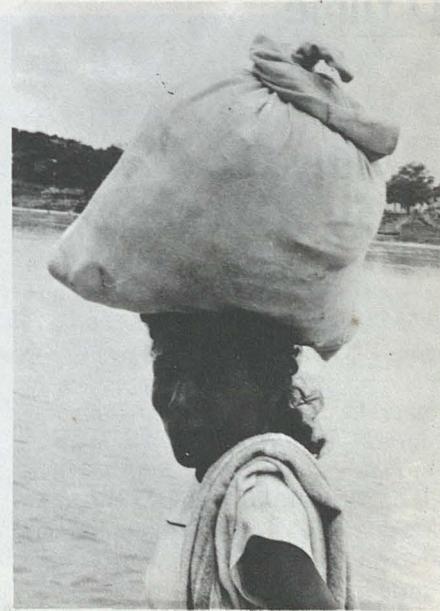
A preocupação com o desemprego, a saúde, a carestia e com questões de urbanização foi o resultado de recente pesquisa de opinião em São Luís, capital do Maranhão, quando o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Iese) ouviu 737 pessoas (363 homens e 375 mulheres) sobre os principais problemas do estado e as perspectivas da nova administração estadual, do governador Epitácio Cafeteira.

As opiniões expressam a realidade da situação de cada estrato da população. A questão do desemprego foi mais acentuada pelos homens, enquanto as mulheres elegeram a carestia como problema maior. A carestia é preocupação maior também entre os mais velhos (40%), os menos instruídos (46%) e os

mais pobres (46%). Os mais jovens reclamam do desemprego (45%), enquanto os mais ricos e instruídos denunciam as condições de urbanização e saneamento (43% e 79%, respectivamente), como os problemas maiores a serem enfrentados pelo novo governo.

Outros problemas considerados relevantes pela população da capital maranhense foram a educação, a moradia, a fome, a insegurança pública e os baixos salários. Apesar do volume de questões urgentes, a maioria absoluta da população (70%) acredita que Cafeteira fará um bom governo. A esperança no novo governo é ainda maior no estrato das pessoas mais velhas (73%), menos instruídas (72%), e mais pobres (77%).

B. Bissio



Os maranhenses querem uma vida melhor



"A missão" mostra o último suspiro do espírito medieval, num mundo que despertava para a era capitalista

A Missão

O filme

O Paraíso violentado

O filme norte-americano "A missão", ao lado do também norte-americano "Platoon", são duas visões de episódios históricos que o cinema oferece às platéias, neste ano. "Platoon" evoca o Vietnã e estabelece uma reflexão sobre a guerra em que o forte levou a pior. Em "A missão", a história recua no tempo, volta aos meados do século XVIII e registra um drama na exuberância da natureza sul-americana: medita sobre uma guerra em que o forte levou a melhor, sem que se possa dizer que tenha sido o resultado jus-

to, e coloca em causa o sentido do progresso.

Mundo destruído

A história se passa em reduções jesuíticas paraguaias, em área a ser brevemente incorporada ao Brasil português. Um prelado percorre a área para convencer os jesuítas a abandoná-la; os jesuítas se dividem entre obediência, imposta pela religião, e a resistência, inspirada pelas comunidades e pelo absurdo da situação; por fim, ocorre um ataque militar, que destrói a redução. O prelado relata os acontecimentos ao papá e lamenta uma destruição que a situação política impõe.

Em "A missão", jovens índios nus, em fuga numa canoa, insinuam o retorno à vida selvagem, não sem antes recuperarem das águas um violino, ins-

trumento que se tornara comum na redução, agora destruída. Um retorno às matas, com um espírito diferente, o que, na história, não garantiu sua preservação.

No limiar do mundo novo que se fazia impor naquele fim de século, torna-se anacrônico o sistema de redução: o Estado moderno não o absorvia, considerava inadmissível seu caráter autárquico e sua marca clerical.

De instrumento útil à colonização, de meio efetivo à aculturação e preservação das massas indígenas, o sistema de reduções e seus tutores tinham adquirido fôlego próprio, agilidade e resultados importantes, não eram vistos como uma peça do conjunto, mas algo à margem, tendendo para si, como que perigosamente à espera de uma fagulha que desencadeasse outras situações. Inaceitável para os novos tempos. •

Morte ao particularismo

“A Missão” retrata – apesar das adaptações forçadas pelos objetivos de uma obra comercial – o embate subjacente àquela época, que marcou o último suspiro real do espírito medieval, num mundo que partejava o industrialismo.

As missões, do tipo redução, de todas as ordens e organizações religiosas – e não só jesuíticas, que se tornaram paradigmas por terem obtido o maior florescimento e serem as mais numerosas – expressaram o resultado das práticas comunitárias religiosas (não há propriedade individual nas ordens religiosas, todas cultoras do ideal da pobreza ou despojamento pessoal) com as práticas comunitárias das tribos indígenas. Sem dúvida, dois tipos de socialismo primitivo, de origens e objetivos diferentes, cuja combinação inteligente na faina evangelizadora dos povos conquistadores resultou num tipo de comunidade com características medievais, uma espécie de abadia laica am-

pliada, capaz de acumular riqueza, em decorrência do trabalho disciplinado e da destinação coletiva dos seus frutos, num ambiente de profunda religiosidade. Essa é a explicação para o sucesso das reduções, que tanta inveja despertavam nos colonos plantadores e criadores, dotados do espírito empreendedor e individualista do grande comércio colonial.

As missões e sua faceta comunitária não poderiam passar na história sem chamar a atenção daqueles que sonham com uma sociedade solidária. Daí, a exaltação do “comunismo cristão” das reduções. Igualmente, não poderiam passar despercebidas outras facetas para aqueles que desconfiam das obras religiosas: a rígida direção das comunidades, os objetivos religiosos, as metas coloniais, a aculturação imposta às tribos.

As fronteiras e a guerra

A Guerra Guarani resultou da confluência de vários fatores históricos que abalaram o século XVIII, tanto na Europa quanto nas colônias. Em menos de 40 anos, a partir de 1750, aconteceram a Guerra Guarani, a Revolução Americana, a Inconfidência Mineira e a Revolução Francesa, só para citar dois acontecimentos expressivos de sentido mundial e dois outros de importância regional. A época era de intensa ebulição: o colonialismo era posto em questão, tanto mais intensamente quanto os impérios coloniais se viam forçados a

aprofundar seu controle sobre as áreas dominadas.

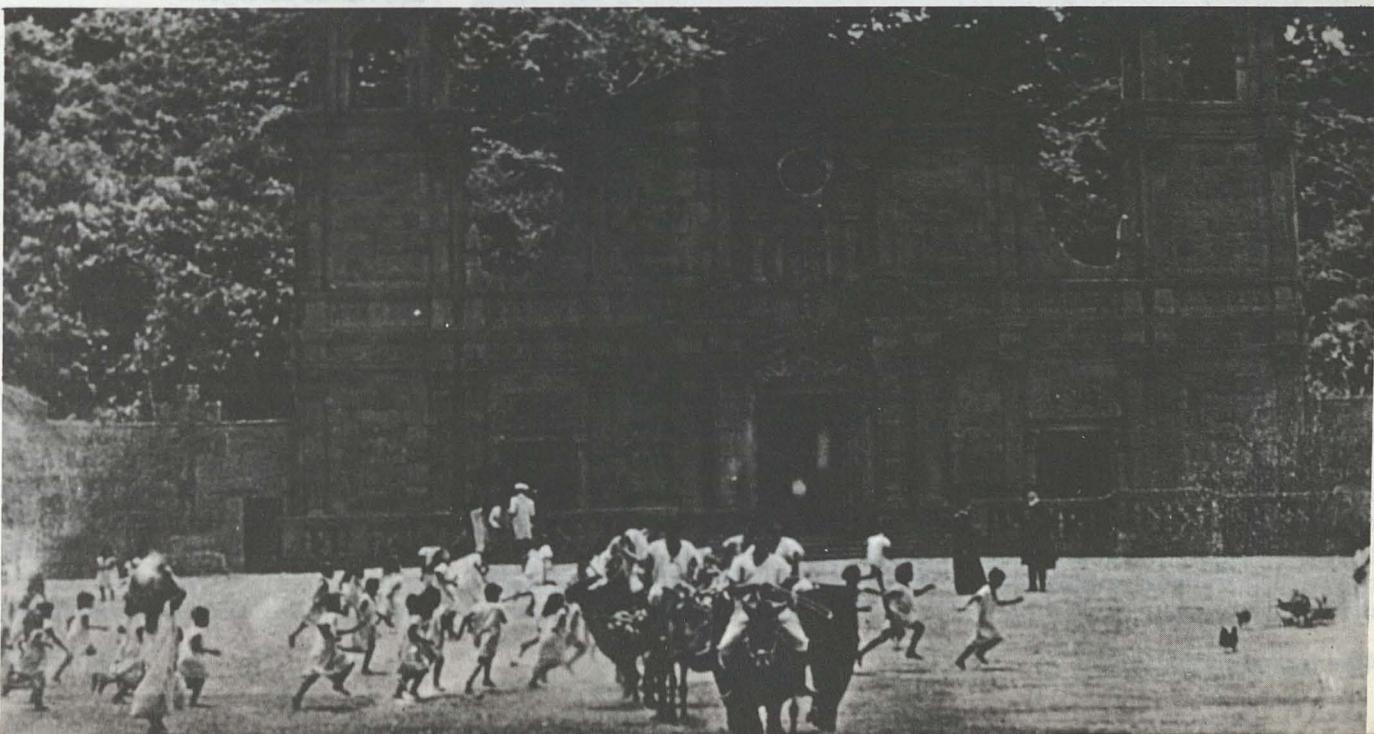
Concretamente, Portugal e Espanha firmaram o Tratado de Madri, em 1750, estabelecendo em linhas gerais a entrega pelos portugueses da Colônia de Sacramento, cedendo os espanhóis territórios correspondentes hoje a Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os negociadores não deram atenção ao fato de que o território paraguaio transplantado para o domínio português abrigava sete das dezenas de reduções jesuíticas, existentes desde 1610, e tornava-se um problema insolúvel o seu abandono imediato.

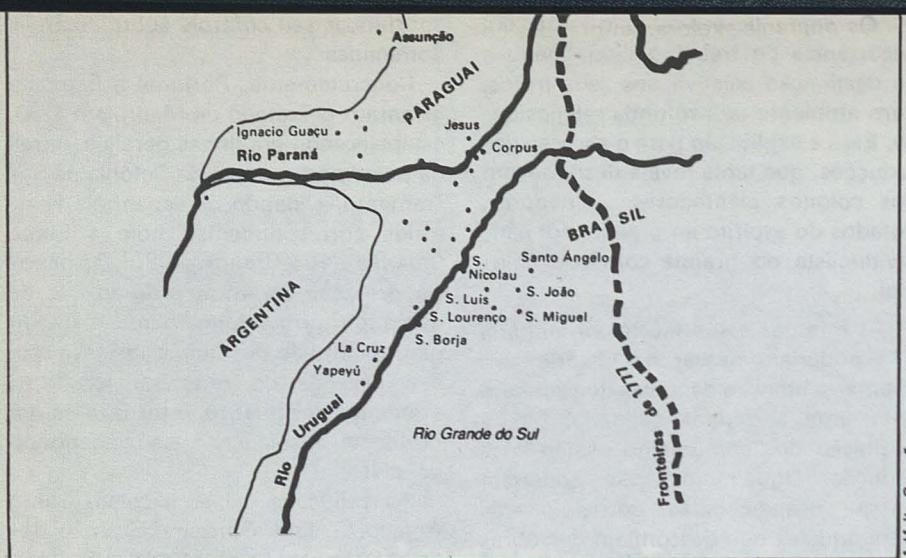
As reduções de S. Nicolau, Santo Ângelo, S. Luís Gonzaga, S. João Batista, S. Lourenço, S. Miguel e S. Borja abrigavam mais de 30 mil indígenas guaranis, eram pequenas cidades organizadas, produtivas e em expansão, sob a tutela dos padres jesuítas.

A preservação da língua guarani, o estímulo ao casamento dentro do círculo de aldeados, a manutenção das estruturas básicas indígenas, a busca da auto-suficiência do sistema – todos esses eram aspectos da mais alta significação política, econômica e social no corpo da colônia e não eram vistos necessariamente como positivos. Daí falar-se em projetos republicanos dos padres, em formação de um Estado separado, do Prata ao Amazonas.

A recusa final dos guaranis em abandonar suas cidades e terras ou aceitar a tutela portuguesa levou à declaração formal da guerra de Portugal e Espanha

As missões jesuíticas na América Latina foram, de fato e de direito, uma república de liberdade objetivando uma sociedade solidária





Em 1835, dos Sete Povos das Missões, não restavam mais de 130 homens

contra as sete reduções rebeldes. Os jesuítas foram acusados de insuflar os índios à resistência, embora, em mais de uma ocasião, tenham sido impedidos de abandonar as reduções, como pretendiam.

Desunião, ingenuidade e despreparo militar, além de um terrível medo dos canhões portugueses e espanhóis, selaram o fim das sete reduções, que não puderam resistir às duas campanhas militares, em 1753 e 1755/56, comandadas, pelo lado espanhol, pelo pachorrento José Andoanequi e, pelo lado português, por Gomes Freire, impaciente sobre o seu ginete e sempre desconfiado daquele moroso general espanhol que seguia a tropa num coche quase confortável, por campos sem estradas.

Primeiro, Sepé Tiaraju, alferes da redução de S. Luís, e depois, Cunhatá, da redução de S. Nicolau, foram os dois principais comandantes guaranis, cabendo a Sepé a liderança durante quase toda a guerra, tendo sido morto no dia 7 de fevereiro de 1756, no confronto às margens do Vacacai. Três dias depois, novo confronto, em Caibaté, e são chacinados 1.500 guaranis em fuga. Robert Southey, historiador inglês do início do século XIX e que escreveu uma história do Brasil, narra que os espavoridos guaranis, tentando esconderijo na copa das árvores, eram abatidos como pás-saros.

Ao avanço das tropas, os guaranis queimam S. Miguel, deixando intata apenas a igreja, e retiram-se. S. Lourenço é surpreendida de madrugada, rendendo-se, o que fazem também as demais reduções. Para furor de Gomes

Freire, o comandante espanhol inocentava os jesuítas pela resistência. Efetua-se a migração para o lado espanhol, para amargor de alguns chefes militares que se mostravam confusos diante da grandiosidade da obra jesuítica, que viam pela primeira vez, e de seu destino inglório. E para preocupação de Gomes Freire, que não sentia tranquilidade em ocupar uma área, que ele temia ver permanentemente fustigada pelo numeroso povo desalojado.

Final da história

O Tratado de Madri acabou revogado em 1761, os jesuítas puderam voltar para reconstruir o que tinha ficado, mas era apenas um último suspiro. Já no ano anterior, a Companhia de Jesus tinha sido expulsa do mundo português, sendo que, no norte do Brasil, suas 28 reduções foram transformadas em uma cidade, 18 vilas e nove lugarejos. Do mundo espanhol, foram expulsos em 1767 e a Companhia declarada extinta pelo papa Clemente XIV em 1773.

Os historiadores registram uma das primeiras consequências da saída dos jesuítas: as bibliotecas das reduções foram logo desmontadas, dispersas e perdidas. A emancipação dos índios, nova política do Estado, desestruturou a civilização guarani. Em cerca de 20 anos, a população caiu em 50%.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, manteve as sete comunidades guaranis sob controle da Espanha, mas isso não foi respeitado. Em 1801, as próprias comunidades guaranis aderem a uma invasão portuguesa. Descaracterizadas, decadentes, vão desaparecer.

Em 1817/18, em meio a conflitos políticos na região, forças brasileiras desferem sistematicamente todas as antigas reduções localizadas na margem direita do rio Uruguai, em território argentino, e deslocam suas populações para o lado brasileiro. Sumiram, assim, Yapeyú – a capital guarani da época dos jesuítas –, La Cruz, S. Tomé, S. José, Apóstolos, Mártires, S. Carlos, Concepción, Santa Maria, S. Xavier... Na campanha, morreram 3.200 guaranis.

Em 1828, é a vez das sete reduções brasileiras. São assoladas por tropas de Buenos Aires, em decorrência da guerra da província Cisplatina: as comunidades são arrasadas, os homens incorporados às tropas assaltantes, o resto migra forçado para o lado argentino, onde se dispersa. Dos Sete Povos das Missões, restavam 130 homens em S. Borja, em 1835, ano em que se desencadeou a Guerra dos Farrapos.

De 1750 a 1830, 80 anos portanto, um tempo capaz de produzir um pai, um filho e um neto, na cadeia de transmissão da vida e da cultura. Foi o tempo em que a comunidade guarani das reduções transitou do apogeu ao desaparecimento.

O sonho

A sociedade fraterna

Paulo Ramos Derengoski*

“Se o temporal vai bem, o espiritual vai bem. Se o temporal vai mal, o espiritual vai mal” – a frase do padre jesuíta Cardiel bem resumia a filosofia que os filhos de Santo Inácio de Loyola colocaram em prática junto aos índios guaranis, durante todo o tempo que durou a experiência dos povos das Missões (1610-1768).

Guarani quer dizer: guerreiro indomável, filho de Curupi com Ceá-Yari, povo livre como a tempestade, que se espalhava irregularmente pela vasta planície das várzeas lamaçentas dos três grandes rios do Prata – o Paraná, o Paraguai e o Uruguai – chegando até a quase toda a Bolívia e grande parte da Argentina, e até as mesetas da Patagônia.

Nos primeiros anos, as coisas foram

únicos, pois a vida nas reduções atraía muito pouco. Mas, o que acabou levando os índios a multiplicar as povoações foi o fato de terem percebido, com o tempo, que só elas se constituíam em refúgio seguro, abrigo, defesa, segurança contra as brutais sortidas escravistas de espanhóis e portugueses.

Socialismo

Apesar das diferenças culturais que sempre existiram e existirão, em qualquer sociedade, a igualdade material entre os guaranis era quase completa. Todos se vestiam da mesma maneira, ninguém andava nu. Eram pobres, mas não havia miséria.

O trabalho durava de seis a oito horas por dia, com período de sesta após o almoço. Quase todos os índios (e padres) eram lavradores e, durante a época da colheita, todas as demais atividades eram suspensas: começava o mutirão, o *mutirum, pichirum* – tradição de trabalho coletivo até hoje generalizada nos estados do sul, quando um lavrador ajuda outros, numa grande faina coletiva, numa animação geral.

Não havia dinheiro nem comércio – a profissão de mercador ou traficante era punida com surra de vara de marmelo. Praticavam a troca, mas não existia moeda nem usura. Ouro e prata serviam apenas para enfeitar os altares sagrados.

Referência para trocas e barganhas, a erva-mate era o principal produto das reduções. Mas outros produtos também saíam das reduções para outros mercados: fumo, algodão, açúcar, rendas, artesanatos, esculturas, arreios, rosários, cruzes, pelegos, ponchos, palas, chapéus, barbicachos, vasilhames, cerâmicas, tijolos, gamelas, tudo isso era conduzido em lombo de burro ou nas canoas, para as colônias dos europeus, onde seria trocado pelos produtos importados de que mais necessitavam.

Mas tudo isso pertencia à comunidade. Os bens eram indivisíveis. Eram denominados de *tupá-baê*: propriedades de Deus (Tupá).

Cultura

Apesar da total falta de metais, foram feitas importações de grandes distâncias, das minas de Coquimbo, no Chile, para fabricar enormes sinos, que ali restaram como testemunhas patéticas de um tempo que se foi.

Os guaranis exploraram grandes pedreiras para as necessidades das reduções, como o calçamento de ruas. Pequenos estaleiros fluviais chegaram a funcionar nas barrancas do Uruguai. Surgiram enormes olarias e muitos teares. A missão de Yapeyu chegou a ter 38 fabriquetas.

Os guaranis tornaram-se pintores, escultores, marceneiros, serralheiros, fundidores. Um padre suíço, Charles Franck, ensinou-lhes até mesmo a fabricar relógios rudimentares, mas que funcionavam perfeitamente. Nas reduções, montou-se a primeira oficina de impressão de que se tem notícia em toda a América Latina: ali eram impressos catecismos, dicionários, livros de canto e até mesmo alguns trabalhos sobre os dialetos indígenas.

De certa forma, cada missão especializou-se em determinado ramo da produção artística. Em Loreto, fizeram-se as melhores esculturas, mas foi em San Francisco Xavier que se elaboraram os mais finos tapetes e as mais graciosas rendas. De San Juan vinham os mais perfeitos instrumentos musicais, mas só em Apóstolos se fundiram os melhores sinos.

Cidades

Os ajuntamentos guaranis eram grandes cidades, quando as chamadas grandes cidades dos portugueses e espanhóis no continente americano eram simples ajuntamentos.

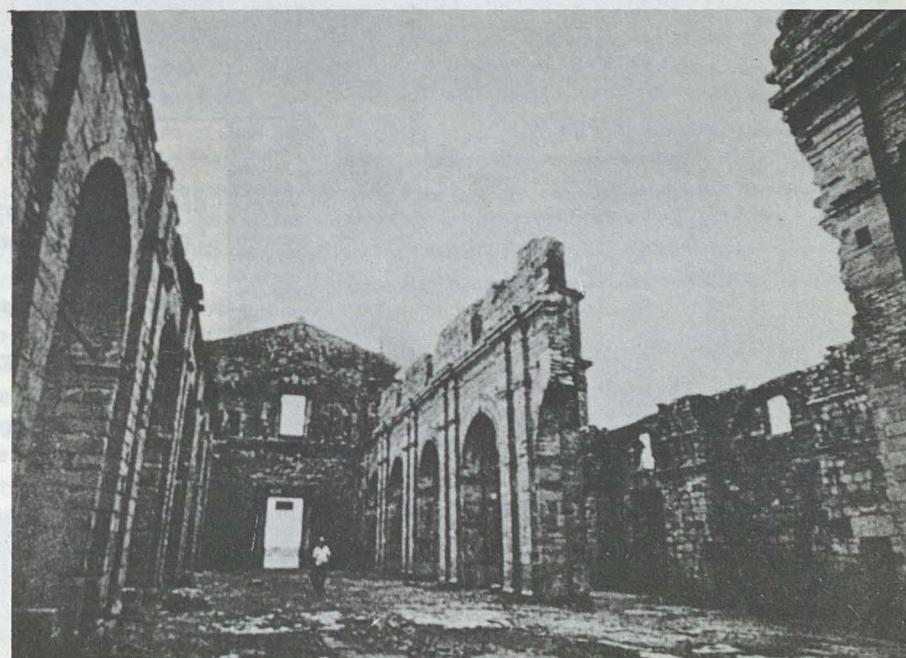
Os redutos guaranis, como Yapeyu, S. Miguel, Los Reyes, S. Tomé, Tapes, foram todos construídos sob a orientação de uma rigorosa arquitetura jesuítica. As casas eram de pedras e se agrupavam em quarteirões amplos e espaçosos, enquanto as ruas retílineas possuíam intensa arborização. No centro de cada cidade, destacava-se a praça. Dominando tudo, a principal construção era a igreja, de pedra, no interior da qual estavam as imagens dos santos, esculpidas pelos próprios índios.

As escolas tinham jardins floridos em volta e cada redução possuía um hospital e um asilo, este para velhos.

No interior da república guarani, todos eram eleitos. O "presidente" era geralmente um dos caciques mais velhos, embora o poder verdadeiro fosse administrado de comum acordo com o corregedor jesuíta. Cada aldeia tinha à frente uma espécie de "prefeito-executivo", encarregado da administração imediata, sob fiscalização de um conselho de "comissários", também eleitos. Todos deviam prestar contas à comunidade, pelo menos uma vez por ano, num processo semelhante ao milenar *landesgeimaden* (uma espécie de assembleia comunitária) suíço.

A grande república dos índios guaranis e dos padres jesuítas, de direito e de fato, foi uma república de liberdade. •

* O autor é ensaísta, colaborador eventual de "terceiro mundo" e autor de "O desmoronamento do mundo jangunço", entre outras obras.



As missões não conseguiram sobreviver diante de um Estado cada vez mais centralizador

Agora você tem mais razões e vantagens para assinar e indicar

Chegou
Suplemento
BRASIL
Todos os meses
dentro da revista

DESCONTOS
DE ATÉ 38%

O preço de capa aumentou, mas o da assinatura não.

**PROMOÇÃO
FICA
MAIS FÁCIL.**

Você ganha o brinde referente a 5 assinaturas enviando até 1 de cada vez.

Assine já.
Leia sempre.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetuando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	430,00	430,00	1 Livro de nossa escolha
2	415,00	830,00	2 Livros de nossa escolha
3	395,00	1.185,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
4	385,00	1.540,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	375,00	1.875,00	1 Guia do Terceiro Mundo mais 1 livro

1. Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

2. Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

3. Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

4. Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

5. Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

CUPOM DO BRINDE – REMETENTE

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais – 12 exemplares – de “cadernos”. Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto CZ\$ em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag. central, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Quanto ao brinde a que tenho direito, desejo:

() receber o referente a esta ou até esta remessa.

() acumular para receber em outra ou mais remessas que farei.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel:

América Latina

O Peru destina só 10% de suas exportações para pagar sua dívida externa. Decisão pioneira, que repercutiu no mundo inteiro

Continuar a obra de Bolívar

Alan García, presidente do Peru

Através da história, as formas de ação imperialista no nosso continente superaram as suas próprias formas de dominação. Dessa forma, foram superadas tanto a dominação colonial do tipo enclave¹ em relação às matérias-primas quanto a colonização econômica moderna, que surgiu com a implantação das indústrias estrangeiras depois da Segunda Guerra Mundial. Como saldo desse secular processo de relações desiguais, temos agora o fundamental e gravíssimo problema da dívida externa. A dívida não tem só uma dimensão quantitativa mas é também a condição para que nos mantenhamos dentro de um sistema de relações econômicas mundiais, que tem a pretensão de que a América Latina e o Terceiro Mundo em geral aceitem passivamente essa nova forma de dominação.

Quando nós rejeitamos a dívida a partir de um ponto de vista ético – tal



Alan García: "Os países pobres sempre foram depredados pelos países ricos"

como foi feito recentemente pelo Vaticano, que dá a essa reivindicação um alto valor espiritual – estamos repudiando essa hipoteca histórica. Porque a dívida é apenas o resultado da desigualdade dos países da periferia, que sempre foram depredados pelos países centrais, através de preços, custos tecnológicos, aumento incessante dos juros. Por essa razão, chegamos a ser apenas países endividados. Em troca de continuarmos endividados e nessa agonia interminável, nos oferecem novos créditos, que só servem para pagar os anteriores.

Economistas e políticos sabem muito bem que o que saiu da América Latina nas últimas décadas é muito mais do que aquilo que entrou como investimento ou como crédito. Todos nós temos absoluta certeza de que os recursos e os capitais da América Latina foram depositados em bancos privados es-

trangeiros, reemprestados aos nossos países e novamente transferidos para o exterior pelo mecanismo de dominação interna, por nossas burguesias que não compreenderam o seu papel nacional. Todos nós sabemos que o segredo bancário encobre a cumplicidade dos agentes financeiros mundiais e locais contra nossos países.

É por isso que enfocamos eticamente o problema da dívida, porque representa a história da desigualdade, porque é o grande instrumento com o qual querem manter nossos povos sujeitos às decisões políticas e sociais desse neo-racismo financeiro que separa os devedores dos credores. Nós dizemos que o dinheiro que eles exigem que paguemos está na caixa forte e nas contas correntes dos bancos mundiais. Para lá foi transferido e depositado pelos comerciantes e pelas burguesias desnacionalizadas.

Não nos negamos a pagar, como se disse. Assumimos a co-responsabilidade no assunto da dívida externa. Jogar a responsabilidade e a culpa histórica da dívida exclusivamente nos países centrais, aos bancos e ao imperialismo, seria lavar as mãos de nossa própria responsabilidade histórica e, eticamente, equivaleria a declarar-nos inferiores como nações, como povos. Também somos responsáveis pelo destino histórico da América Latina e, no caso do Peru, assumimos que durante este século não tivemos capacidade política de aglutinar, de esclarecer as consciências.

Temos sido governados até hoje por aqueles que seguiram fielmente as decisões externas, por aqueles que acreditaram que nos desenvolveríamos exportando nossas matérias-primas, que nos desenvolveríamos industrializando a cidade de Lima, que nos desenvolveríamos pedindo créditos ao exterior, quando por esses três caminhos só se estava atendendo aos interesses e necessidades do grande capital mundial. Mas também é nossa responsabilidade não termos conseguido mobilizar os povos e consciências contra essas alternativas. Por isso, é ético aceitar nossa responsabilidade, dizer que somos co-responsáveis.

Responsabilidade e justiça

Por essa razão, nunca cairmos na tese de defender o não-pagamento para todos os casos. Não basta dizer "não pago", porque então estaremos confessando nossa inferioridade histórica. Nós dizemos: "Cumpriremos com nossa responsabilidade naquilo que considerarmos justo, na medida e nos prazos em que nem o destino do povo nem o desenvolvimento nacional sejam sacrificados". Então, por motivos éticos e pragmáticos, destinaremos uma quantia de acordo com as exigências e as necessidades do Peru. Daí surgiu o critério dos 10%; não foi um número arbitrário, estava baseado nessa ética.

Quando nós disseram que esta é uma medida unilateral, respondemos que pode existir mais unilateralidade quando se elevam os juros ou quando se declara a inconvertibilidade do dólar ao ouro, que permite expropriar todo o ouro do mundo e deixar os países com o papel moeda emitido por uma única nação.

Nossa recusa ética da dívida não é só porque ela é um produto da desigualdade entre as nações, mas também pelo

fato de que foi negociada em dólares. Não porque recusemos a moeda de um povo, mas porque quando essa moeda foi escolhida como moeda mundial foi-lhe dado o ouro como valor de referência. Esse foi o nosso acordo em Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial. Porém, quando os Estados Unidos decretaram a inconvertibilidade do dólar ao ouro, expropriaram o ouro e nos deixaram a todos com o papel moeda, tornando-se o único emissor da liquidez monetária mundial.

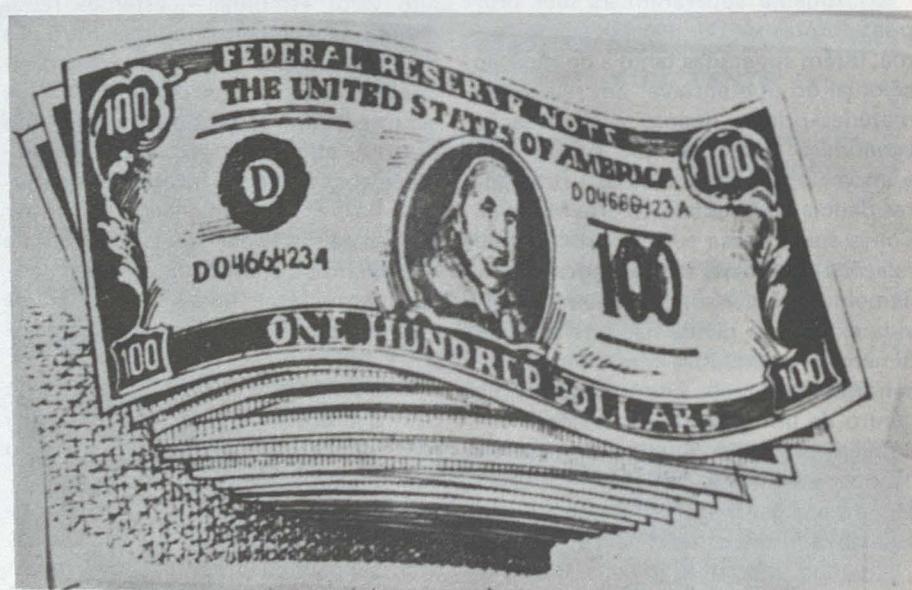
Qual é a igualdade que pode haver num sistema onde ficamos com os países e eles com o ouro? Que decisão mais unilateral pode haver na história econômica mundial? Que autoridade moral tem então o senhor secretário do Tesouro ou qualquer um deles para dizer que nós tomamos medidas unilaterais? Nós falamos em nome da Justiça, então também temos o direito de tomar medidas unilaterais. Se uma das partes as toma, nós também podemos tomá-las.

Quando decidimos fixar só 10% para nossas exportações como pagamento da parte da dívida que consideramos justa e necessária (dívida de investimentos produtivos e da cooperação internacional de países amigos), estamos alterando de fato as condições dos juros e dos prazos. Um grande amigo meu, também estudioso da dívida, dizia que dessa forma só aumentávamos os juros, que iriam se somando. E eu digo que sim, mas é que eu não me situo no tempo e no espaço dos credores, que

acham que os juros são somados. Quando dizemos que só vamos pagar esses 10%, automaticamente adiam-se os prazos e os juros se reduzem. Porque, enquanto eles acham que os juros estão se acumulando, nós estamos fixando um teto a ser pago.

O mais fácil teria sido rejeitar totalmente a dívida e dizer que não pagaremos nada. Mas aqui está em jogo um princípio ético profundo, que precisamos reivindicar para tornar nossos povos responsáveis. Em qualquer sistema histórico, inclusive quando é um sistema de dominação, existem duas partes e as duas partes devem assumir sua responsabilidade. O que acontece é que eles querem que nós paguemos o preço da responsabilidade de todo o sistema. O democrático e o justo é compartilhar os esforços, os sacrifícios e os prazos da co-responsabilidade. Por isso, nós assumimos nossa parte, mas dizemos: "Vamos pagar o possível, vamos pagar o justo, nos prazos e nas quantias que possamos pagar".

O Peru não dispõe dos três bilhões anuais. Simplesmente, nós não temos essa quantia. Todas as nossas exportações somam esse total, três bilhões de dólares. E agora que caíram os preços do petróleo e da prata, temos menos condições de pagar. Nossas exportações eram de três bilhões e agora são quase 500 milhões a menos. No entanto, teríamos que pagar três bilhões de dólares anuais de vencimentos pela dívida. Se dizemos que "pagaremos 300 ou 250 milhões", nos acusam de unilaterais.



"O dinheiro que eles querem que paguemos está na caixa dos bancos mundiais"

Por isso, ficamos muito satisfeitos com o fato de que, apesar da diversidade dos nossos matizes ideológicos, a situação vai nos forçando, a todos, a tomar a mesma decisão.

Brasil: "um fato transcendental"

Nesse assunto crucial que é a questão da dívida externa, expressão do sistema imperial, a unidade da América Latina se realiza na ação. Mais do que a nossa própria vontade, é a força das circunstâncias, é a história que está nos levando a tomar decisões. Por isso, saído a decisão do presidente Sarney, dô Brasil. Ele tomou, segundo dirão os banqueiros, "a decisão unilateral", mas justa, de não pagar os juros e os vencimentos por prazo indeterminado. Eu acho que este é um fato transcendental. Estamos assistindo a um ponto de ruptura no qual, especialmente nós, peruanos, sentimos algum tipo de respaldo histórico.

Isso quer dizer que não estávamos errados, quer dizer que não éramos leianos, que não éramos lunáticos, que não éramos irresponsáveis, heréticos nem unilateralistas, e sim que estávamos simplesmente agindo de acordo com o que tem que ser a vontade, o destino e a obrigação de todos os governos da América Latina: dizer ao imperialismo financeiro, expropriador de dólares e juros, que nós também podemos determinar as regras do jogo. Que, para jogar, temos que ser dois e, entre os dois, estabelecer as regras do jogo, e não apenas obedecer as regras que o mais poderoso queira impor.

O Brasil deu um passo decisivo, corajoso. Podemos ter diferenças quanto à ideologia, quanto à concepção de governo, mas devemos reconhecer que o passo decisivo e transcendental que o Brasil deu abrirá caminhos para outros países, que verão que é possível fazer o mesmo. Quando me perguntavam, ano e meio atrás, e mesmo antes, como o Peru poderia se manter sozinho numa decisão desse tipo, eu sempre dizia, usando uma imagem nossa muito expressiva: "Temos que nos jogar na piscina, temos que demonstrar que a piscina tem água, que a gente pode boiar, que pode nadar, que a gente não pode ser parte do coro medroso que está à beira da piscina sem se atrever a pular para nadar". Para agir na história, temos que nos atrever. Eu creio que a mensagem do Brasil é a de um povo que se atreve a dizer que também tem direito a impor suas condições.

Um grande caos

Não podemos continuar vendendo a forma como nos dividem, um a um. A um de nós, porque é vizinho, oferecem melhores condições e o aval para que os bancos comerciais lhe concedam um bom volume de crédito, mas até agora os bancos não ficaram de acordo em dar esse crédito. A um outro, porque é uma grande potência industrial no sul da América, oferecem-lhe um tratamento especial que, como não chega, obriga-o a tomar uma decisão tão importante como a que o Brasil tomou. A um outro grande país, mais ao sul, dizem agora que o Fundo Monetário Internacional não lhe emprestará os recursos do *stand-by* se não conseguir primeiro o crédito – quer dizer, a con-

em que os preços do petróleo caiam, os preços da prata caiam, os preços do café caiam e acabem com a ilusão passageira de ter "um tratamento especial". Isso é oportunismo, imediatismo. Devemos pensar com grande ânimo e comprovar que os problemas que agora nos afligem são o grande instrumento para nos obrigar a agir juntos.

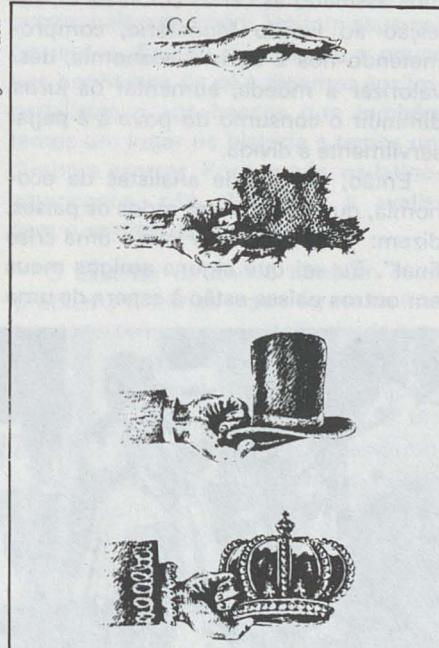
É por isso que dizemos que a dívida é o grande tema de ação comum no plano da economia, no plano da libertação de nossas sociedades, porque é uma hipoteca injusta e contraditória.

Peru: um salto histórico

No Peru, chegamos a crescer 9% em 1986. Um amigo nos advertia que esse aumento pode ser frágil e transitório, como frágil e transitória é a economia de cada um dos nossos países. É imprescindível observar, antes de falar do crescimento, que enquanto não mudem as regras do jogo para a América Latina, esse crescimento pode ser frágil e passageiro. Claro que sim! Somos um país pequeno, somos um devedor pequeno, fazemos um pequeno esforço – que é grande para nós, mas pequeno diante do mundo – e tudo isso pode retroceder e desandar.

O importante é que se deu um passo e que se deu um salto. Que a história depois faça o Peru retroceder é outro problema. O essencial é que crescemos quase 9%. Então, dizem: "Como fizeram para crescer 9%?". Eu também às vezes me surpreendo e faço uma revisão dos números, porque penso que os especialistas em índices estão me incentivando a dizer coisas que não são exatas. Fizemos uma somatória e um estudo cuidadoso de cada um dos itens em que o país cresceu.

Em alimentação, vestuário e habitação, tivemos um salto verdadeiramente histórico, próprio de uma sociedade farta, mal alimentada. Se há um ano comíamos sete milhões de frangos e agora estamos nos quase 16 milhões, eu me pergunto: onde está esse alimento? O que as pessoas comiam antes? No entanto, falta frango no mercado e as pessoas se queixam. Não há quem faça o nosso povo entender, apesar de todos os discursos, que isso é parte de um crescimento da demanda e que haverá escassez, mas que estamos vendendo mais do dobro. Vendemos uns saquinhos de leite em pó; há mais de um ano vendemos pouco mais de 150 mil por



fiança absoluta – dos bancos. Antes, para conceder um empréstimo, os bancos comerciais pediam o aval do FMI. Agora, ocorre o tremendo paradoxo de que o Fundo Monetário pede o aval dos bancos comerciais.

No fundo, estamos vivendo uma grande desordem, um enorme caos. Mas sempre foi do caos que surgiu a história. Dessa agitação, de contradições de enorme transcendência mundial, pouco a pouco surgirá uma nova voz que deve ser a vontade e a soberania histórica do nosso povo. Há pouco, eu me lembrava de um ditado caribenho: "As coisas estão bem por causa do grande mal que lhes estão fazendo". Há algo de doentio no fato de que cada povo tenha graves problemas com sua balança comercial ou de pagamentos,

dia e agora estamos vendendo 980 mil, em Lima e em mais duas cidades.

O consumo passou a ser maior. Então era necessário quebrar todo um esquema conceitual, segundo o qual temos de abrir nosso mercado para as empresas internacionais e permitir a entrada de mercadorias estrangeiras, para melhorar o preço e a qualidade do que se produz no Peru. Essa é uma tese que todos nós aceitamos e, às vezes, continuamos a aceitar na América Latina. Abrir as portas da nossa economia para melhorar os preços e a qualidade dos produtos internos? Não, com isso só se consegue a destruição da indústria nacional, desemprego, recessão, maior endividamento e má utilização das divisas, ou seja, a descapitalização dos nossos países.

Obriga-se o governo à desvalorização da moeda e depois vem a teoria exigindo que se aumentem os juros internos, para evitar que a poupança seja feita em dólares e premiar os depositantes em moeda nacional. Então, esse "aberturismo" comercial, com maior endividamento, com liquidação de reservas, com aumento de juros, com desvalorização, só leva a uma maior inflação, que vai significar uma recessão por falta de consumo. A situação de quase todos os países do continente pode ser descrita dessa forma.

Devemos acabar não só com a injustiça do pagamento reiterado e servil da dívida, como também devemos acabar com essa concepção econômica que nos é imposta a partir do Fundo Monetário Internacional. Isso foi o que modestamente nós quisemos fazer no Peru. Não podemos comprimir o consumo nacional para pagar a dívida externa. Temos um povo faminto, sem trabalho, marginalizado. Devemos estimular o consumo desse povo. Ao mesmo tempo, se temos uma indústria que está utilizando a metade, e às vezes menos, de sua capacidade instalada, devemos injetar demanda no país para forçar uma reativação econômica.

Nossa reativação é essencialmente democrática. Aumentou a produção de móveis, de alimentos, de vestuário, de cimento. E ainda estão faltando esses produtos. Faltam, porque o salto da demanda e dos salários foi maior do que a capacidade de resposta da reativação interna. Paradoxalmente, esse esforço de reativação democrática também leva, às vezes, ao descrédito desse mesmo esforço. Porque sempre há um

plus de demanda que vai ultrapassando a capacidade produtiva do país.

"Se pagássemos não poderíamos reinvestir"

É esse o esforço inicial de tração. O segundo ponto é nos perguntarmos como, de que forma, manter esse crescimento, essa reativação produtiva, porque para manter o crescimento industrial e agrícola se necessita de fertilizantes, máquinas, tecnologias. Nós respondemos: para isso, não pagamos a dívida externa, porque é nossa reserva e nossa garantia para darmos o segundo passo de reinvestimento. Se tivéssemos pago a dívida desde o começo do meu mandato, hoje não teríamos recursos para reinvestimento. Além disso, teríamos assinado as cartas coloniais de subjeição ao Fundo Monetário, comprometendo-nos a abrir a economia, desvalorizar a moeda, aumentar os juros, diminuir o consumo do povo e a pagar servilmente a dívida.

Então, os grandes analistas da economia, que existem em todos os países, dizem: "Mas tudo isso leva a uma crise final". Eu sei que alguns amigos meus em outros países estão à espera de uma

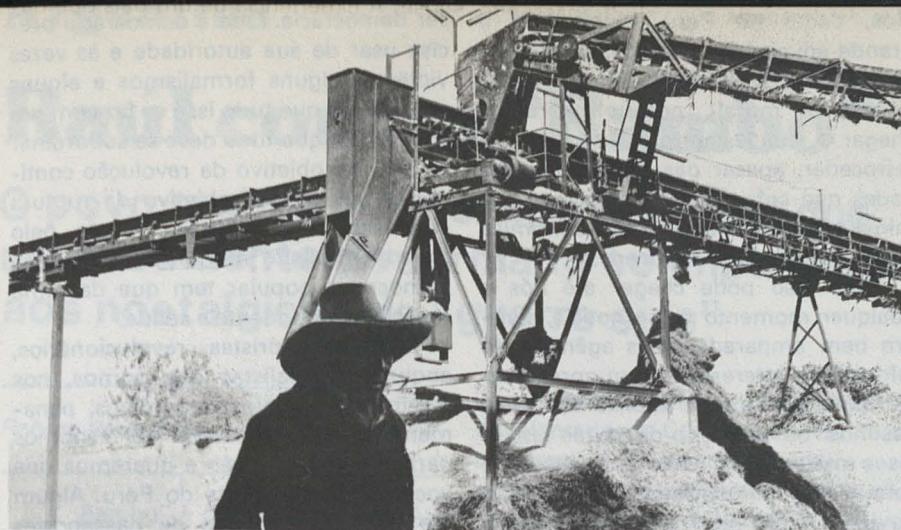
crise. A experiência de um país que declara que não paga é vista com uma mistura de assombro e curiosidade, da mesma forma como é visto um equilibrista sem rede no circo, admirando a maneira como anda na corda, mas esperando morbidamente que ele caia para vê-lo se transformar em mingau.

Muitos dizem: "Claro, o Peru pode crescer durante esses três ou quatro anos, mas no fim ficará sem dólares". Eu ponho as cartas na mesa: companheiros, quando chegamos ao governo, tínhamos 800 milhões em divisas, todas comprometidas para serem pagas nos três primeiros meses de nossa gestão. E dissemos: limitaremos os pagamentos e os adiaremos; reteremos no Peru as remessas de lucros das companhias estrangeiras; estabeleceremos um controle de trocas, limitaremos as importações. Tudo isso foi mais ou menos cumprido. No fim de tudo, a melhor forma de caracterizar as boas intenções do nosso continente é dando um passo. Graças a isso, se antes tínhamos 800 milhões, hoje temos 1,9 bilhão de liquidez total.

Claro que, com as reservas, ainda



"Estamos vivendo um grande caos, mas a história sempre surgiu do caos"



"Nem o destino do povo nem o desenvolvimento nacional devem ser sacrificados"

usamos a receita do Fundo Monetário e este é o meu apelo aos nossos funcionários: não podemos mais pensar em função do FMI. Fala-se então de 900 milhões de reservas porque, de acordo com a contabilidade do FMI, se tivermos 900 milhões e este mês vencem 60 milhões de pagamento, temos que fazer a previsão e no mês seguinte dizer que temos 840 milhões, porque separamos 60 para o FMI. Mas como nós não pagamos ao Fundo Monetário, essas divisas ficam no país e fazem parte da liquidez total, que é de 1,9 bilhão de dólares.

Com esse 1,9 bilhão, podemos crescer 5, 6, 7 ou 8% neste ano de 1987. E em 88 e 89? Os analistas dizem: em 1990 ficarão sem divisas. E eu digo: pode ser, mas se eu tivesse pago como eles queriam e tivesse assinado as cartas de intenção, teria aberto nosso mercado às importações, teria aumentado os juros e teria comprimido a demanda do povo, o que quer dizer que, desde o primeiro dia de governo, não teria reservas. Aceito a hipótese de que poderemos ficar sem reservas em 90, mas depois de ter crescido 5%, 9% ou talvez até muito mais nos dois últimos anos. Qual é o melhor negócio para o meu país? Qual deve ser a posição nacionalista e popular para o meu país? Ficar sem reservas no primeiro dia ou ficar sem reservas depois de crescer e dar oxigênio histórico, consumo, demanda, democracia, justiça para o meu povo durante cinco anos?

O sentido da dívida

Além disso, temos que ver o que acontecerá em 1990. Por enquanto, o Brasil já deixou de pagar. Espero que

outros países também limitem seus pagamentos. Espero que pouco a pouco nos ponhamos de pé e digamos aos imperialistas e aos bancos que também temos um lugar na história e temos um direito a exercer. Porque nós, os latino-americanos, não chegamos a avaliar bem o sentido da dívida externa.

O assunto da dívida também é um problema histórico mas a forma de lidar com ele tem que ser definida de uma vez por todas. "Hoje daremos uma definição", dissemos em 28 de junho de 1985, "não vamos pagar mais de 10% daquilo que quisermos e acharmos justo pagar". Não falamos mais. Porque se vamos estar permanentemente enviando o ministro da Economia a Washington e ao Clube de Paris, para mendigar e pedir, para escutar ameaças, não vamos nos dedicar nunca à economia, não vamos conseguir nunca o desenvolvimento social.

Às vezes, sinto que chegamos um pouco tarde, em muitos sentidos. Quando a violência está solta, quando existe muita incredulidade, quando há muito consumismo e se confunde revolução com crescimento, sinto que podemos ter chegado tarde. Mas isso não nos tira o entusiasmo, ao contrário, redobra a necessidade do esforço e do desafio de demonstrar que servimos para alguma coisa.

Temos que insistir no assunto da dívida para pregar não apenas a reestruturação interna da nossa economia, mas também, fundamentalmente, a possibilidade da união da América Latina. Que assunto é mais importante e imperativo do que o da dívida para se reiniciar a

obra de Simón Bolívar na América Latina? Que assunto seria mais fundamental para libertar nosso espírito das limitações materiais e nacionais? Para dar um sentido de solidariedade e de ambição histórica que nos torne realmente revolucionários?

Eu creio que a revolução só será realmente possível em escala latino-americana. Aqui no Peru, estamos fazendo um pequeno esforço de administração de recursos de pobreza, mas só faremos uma grande revolução com a união latino-americana. Só assim ela será duradoura, real. Só assim se sentirá a presença da nossa raça no mundo. A dívida tem um enorme poder de articulação. Com diferentes matizes ideológicos, todos nós vamos passar pela mesma porta, cedo ou tarde. Por que tarde, se podemos fazê-lo cedo? Por que esperar, se podemos decidir de uma só vez e, dessa forma, quebrar a ordem da injustiça financeira? E daí, passarmos a outros objetivos, porque não é só um problema de financiamento ou de esgotamento de recursos dentro dos nossos países.

O problema da revolução latino-americana é essencialmente moral. Para que queremos quebrar a ordem financeira, libertar-nos da dívida, melhorar nosso bem-estar material, nossa justiça e resgatar nossa soberania diante da intervenção? Para construir um novo ser, um espírito diferente.

Isso só pode ser feito redefinindo-se os conceitos da revolução latino-americana. Isso só pode ser feito, propondo-se metas impossíveis, que obriguem o espírito a voar, a se livrar do imediatismo oportunista. Isso só pode ser feito, estimulando uma concepção ética que não pode ser consequência de um desenvolvimento econômico, nem da satisfação das necessidades básicas.

Hoje, quando é possível criar necessidades artificiais mediante a publicidade; hoje, quando existe todo um sistema de estímulos no coração de cada latino-americano governado a partir de fora do continente, mal se pode dizer que a revolução será aquela que satisfaça ou incremente o volume de bens materiais que cada um tenha. Porque esse caminho do consumismo por definição, não tem fim. Sempre estaremos sujeitos ao *way of life* das sociedades mais desenvolvidas, cuja tecnologia vai avançando dia a dia.

Então, o reino da liberdade não é posterior ao reino da necessidade. Eu

digo que é ao contrário: para criar um reino de liberdade em nosso espírito revolucionário, temos que nos colocar coisas que pareçam grotescas, absurdas, impossíveis, ambiciosas, para os outros.

Devemos defender não apenas a unidade da América Latina – objetivo que em algumas circunstâncias parece ser impossível – mas também uma abertura para outros povos. Para povos que sofrem o *apartheid*, que ainda padecem sob o terrível colonialismo na África do Sul. Para povos que na África negra estão vencendo de uma só vez as três etapas que a América Latina viveu num longo período de tempo. Vejo com assombro como na África negra está se fazendo, num só ato histórico, aquilo que para nós, latino-americanos, nos custou três ou quatro séculos.

Porque, quando a Europa chegou aqui e decretou que nós não tínhamos espírito ou alma, foi necessário que pensadores religiosos discutessem se os nativos desta terra – e me coloco entre eles – tinham alma, se éramos humanos. Fomos alçados à condição de humanos, mas em situação subordinada. Três séculos depois, conseguimos a independência política. E neste século estamos lutando pela emancipação econômica, como uma emancipação moral do consumismo que assola os países mais ricos.

Todo esse longo processo está sendo efetuado pela África negra de uma só vez. Vejo com admiração o nosso companheiro Sam Nujoma, da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), nossos companheiros do Congresso Nacional Africano (ANC), que estão reivindicando ao mesmo tempo toda uma cultura, expressando uma vontade de emancipação política e moral. Eu os olho com inveja, porque é a coisa mais profundamente revolucionária que está ocorrendo neste momento na humanidade.

O tamanho do adversário

Por isso, o assunto da dívida externa é tão importante, porque é um assunto ambicioso que enfrenta grandes poderes. Nós somos aquilo que o nosso inimigo é. Temos a mesma estatura do nosso adversário. Temos a estatura histórica daquele que enfrentamos. Se escolhemos fazer uma revolução para asfaltar algumas ruas ou para encher algumas panelas, estamos equivocados.

Nós, daqui do Peru, escolhemos o grande adversário histórico, o adversário total, o adversário imperialista (econômico e moral), porque queremos chegar a sua estatura. Não podemos retroceder, apesar das graves adversidades que sofremos: a violência, a criminalidade política, a crise econômica na qual se avança e retrocede.

Tudo isso pode chegar até nós a qualquer momento como notícia, sempre bem amparada pelas agências de informação interessadas em apresentar os latino-americanos apenas com dois destinos: ou viver sob ditaduras fascistas e militares ou viver sob ditaduras comunistas influenciadas pela União Soviética. É só assim que nos apresentam ao mundo, só dessa forma caricatural e deformante. Para esses seres que manipulam a informação mundial, a democracia como sistema com estabilidade e convivência pacífica, só é possível nos países mais ricos. Nós estamos condenados a ser sempre ou fascistas ou comunistas. A democracia, segundo a visão que nos chega através das grandes agências, só é privilégio dos povos centrais e talvez até da raça branca e puramente branca.

Mas nós vamos lhes mostrar que sim, que aqui podemos exercer a democracia; que, apesar do terrorismo, dos excessos e do extremismo, podemos fa-

zer democracia. Que a democracia precisa usar de sua autoridade e às vezes violentar alguns formalismos e alguns mitos, mas que tudo isso se faz com um só sentido, que tudo deve se subordinar ao grande objetivo da revolução continental, ao grande objetivo da ruptura dos laços imperialistas, à luta pelo grande propósito internacionalista. Uma democracia popular tem que dar uma resposta contundente e sólida.

Enquanto apristas, revolucionários, enquanto socialistas que somos, nos sentimos uruguaios, argentinos, panamenhos, nicaraguenses, nos sentimos parte de todos vocês e queremos que vocês se sintam parte do Peru. Algum dia não precisaremos de passaportes entre nós, algum dia o único visto para entrar na América Latina será o visto da justiça, da honestidade, o visto da amizade de espírito. Porque temos esse sonho e nesse sonho os saudamos, os amamos e os receberemos aqui sempre que a América Latina quiser se reunir*.

* Texto da conferência feita pelo presidente peruano na reunião da Coppel (Conferência Permanente dos Partidos Políticos Latino-Americanos), realizada em Lima, Peru, em fevereiro passado. O texto foi cedido gentilmente pelo presidente, com exclusividade para "cadernos do terceiro mundo".

¹ Assim são denominados os complexos mineiros ou as grandes fazendas coloniais que se desenvolveram independentemente do meio econômico e social da época.

B. Bissio



"Como manter o crescimento? É para isso que não pagamos a dívida externa"

Raúl contra "Rambo"

O povo mobilizado tornou possível que um presidente desarmado se impusesse aos nostálgicos da "guerra suja"

Roberto Remo Bissio, enviado especial

“Rambo” é o tenente-coronel Alfonso Rico, de cabelo curto e óculos escuros, nariz quebrado durante uma briga na adolescência, duas vezes condecorado por ações dos comandos sob suas ordens durante a guerra das Malvinas, mas frequentemente censurado por seus superiores devido à sua “intolerância”, “falta de respeito” e “nervosismo”. Admirador dos comandos sul-africanos, ele gosta de se vestir com roupas de combate, usar armas não-autorizadas, como balas explosivas e facas estripadoras. Segundo o jornalista Rogelio García Lupo, “seu desdém pelos civis é absoluto”, acha que a guerra das Malvinas deveria ter continuado e confia em que torne a esquentar quando os militares voltarem ao poder na Argentina.

Raúl Alfonsín é o presidente dos argentinos. Político profissional de fartos bigodes e gestos um pouco teatrais, foi um dos poucos dirigentes civis que se absteve de apoiar a aventura bélica nas Malvinas. Chegou ao governo em 1983, com 52% dos votos, como candidato da legalidade e da vida, contra a arbitrariedade e a morte. Segundo a jornalista Julia Constenla, “acredita na paz e nas instituições, respeita todas as opiniões e escuta seus interlocutores com a paciência de um juiz do interior”.

O herói e o anti-herói se encontraram frente a frente na tarde do Domingo da Páscoa. Como o choque não se resolveu da maneira como “Rambo” gostaria, com a vitória do revólver mais rápido, a faca mais hábil ou os punhos mais duros, ainda se discute o balanço até hoje. Mas o que ninguém duvida é que a sociedade renasceu na Páscoa e já não voltará a ser a mesma.

A crise estourou na quarta-feira 15 de abril passado, quando o major Guil-

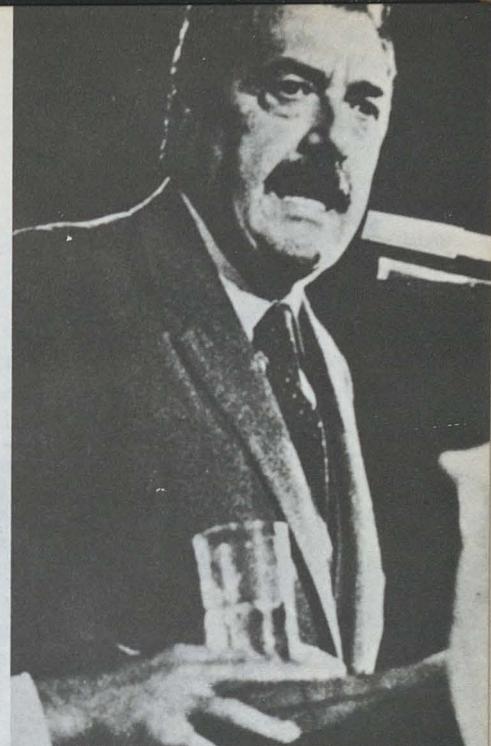
lermo Barreiro tomou o Regimento 14 de Infantaria em Córdoba, em vez de se apresentar à Câmara Federal para responder sobre as torturas e morte de vários prisioneiros políticos sob seu encargo durante a “guerra suja”, inclusive mulheres e adolescentes.

No dia seguinte, o tenente-coronel Rico e um grupo de oficiais ocuparam a Escola de Infantaria de Campo de Maio, nos arredores de Buenos Aires. Estava em marcha uma operação que alguns denominaram de “Soldados de Cristo-Rei” e outros de “Operação Farra” e que reunia oficiais de média patente de todo o país na reivindicação pelo término dos julgamentos de oficiais da ativa, anistia para os já processados e reestruturação da cúpula militar, a fim de livrá-la de generais “burocratas e alfonsinistas”. Exigências que só poderiam levar a um golpe de estado a curto ou médio prazo se fossem atendidas.

Na quinta-feira à noite, diante de um Congresso já cercado por uma multidão, Alfonsín anunciou que “ceder diante de semelhante proposta só significa pôr em risco o destino da nação. Aqui não há nada que negociar. A democracia não se negocia. O tempo dos golpes acabou para sempre”.

Alfonsín deixou para os comandantes resolverem a insubordinação, mas também convocou o povo a sair às ruas para defender a democracia. Os políticos de todas as tendências, as organizações sindicais, os defensores dos direitos humanos e o cidadão comum saíram às ruas com uma rapidez e energia que contrastou notoriamente com a lentidão e a falta de determinação dos encarregados de sufocar o motim.

No domingo pela manhã, o povo se perguntava abertamente nas ruas por quê os efetivos que deviam submeter Rico tinham demorado três dias para chegar até o Campo de Maio e por quê o início da ação era tão lento, depois de fracassadas todas as mediações conhe-

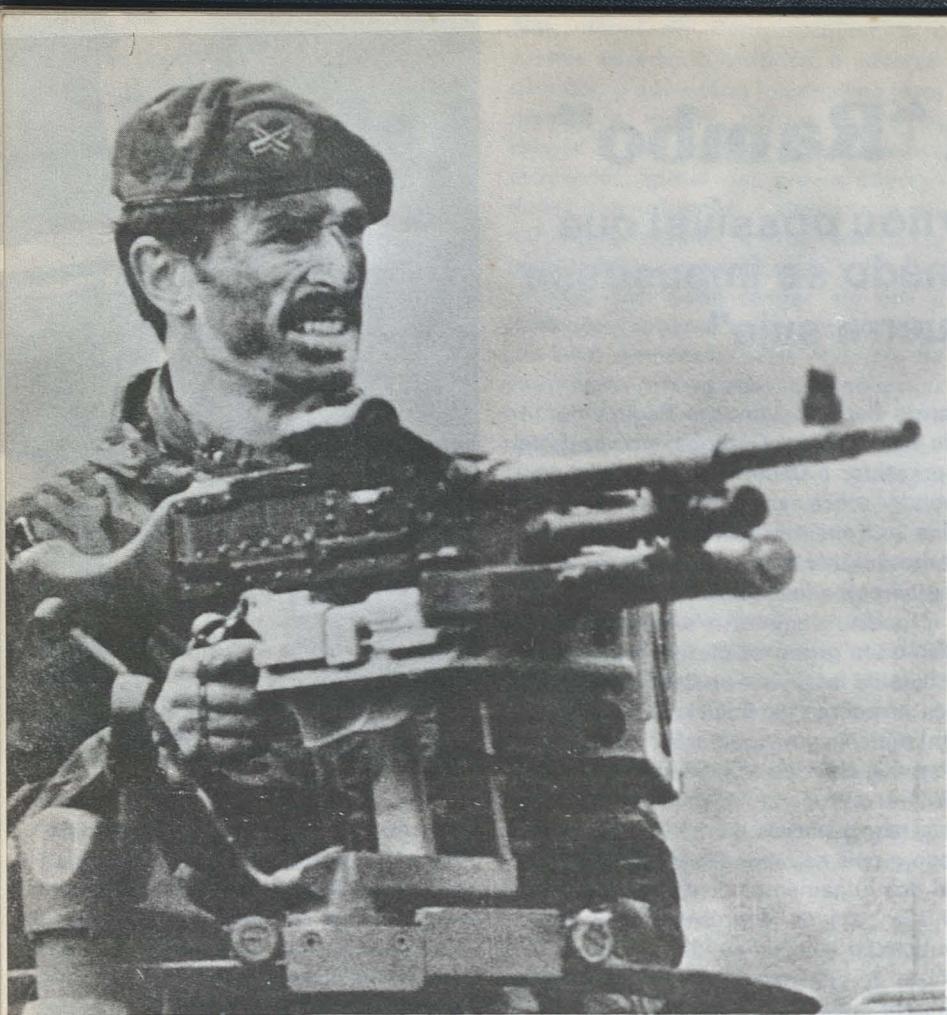


Alfonsín: “Não se negocia a democracia”

cidas. Às dez da manhã, Saúl Ubaldini, dirigente máximo da poderosa central operária CGT, anuncia uma paralisação geral por tempo indeterminado a partir do meio-dia de segunda-feira se até lá os rebeldes não tivessem se rendido. Nas proximidades do Campo de Maio, a polícia se via obrigada a disparar bombas de gás lacrimogênio contra manifestantes desarmados que queriam tomar as instalações onde os rebeldes se refugiavam. Na Praça de Maio, já lotada por centenas de milhares de pessoas, entrava uma coluna anarquista reivindicando “armas para o povo”. Um extremismo que em outras circunstâncias teria sido recebido por uma vaia generalizada dos presentes, mas que naquele momento merecia aplausos.

O “Compromisso Democrático”

“Não se atrevem, não se atrevem, e se se atreverem, queimaremos os quartéis”, era uma das palavras-de-ordem mais gritadas. As rádios e a televisão divulgavam com destaque uma mensagem pessoal do presidente norte-americano Ronald Reagan aos rebeldes, pedindo “que desissem de sua atitude desafiadora e obedecessem à lei”. Políticos de todos os partidos, empresários e sindicalistas assinavam um documento breve mas contundente de “Compromisso Democrático” (alguns



Um oficial rebelde monta guarda na Escola de Infantaria no Campo de Maio

grupos de esquerda e as MÃes da Praça de Maio não assinaram por discordarem de uma cláusula sobre "o devido reconhecimento dos níveis de responsabilidade nas condutas e fatos do passado", que poderia abrir um precedente para a aplicação do princípio de "obediência devida" a muitos acusados de violar direitos humanos).

Mas o que a maioria desconhecia é que o chefe do estado-maior do exército (autoridade militar máxima, depois do presidente), general Ríos Erenú tinha renunciado na madrugada pois seus subordinados não o acatavam e que mais da metade dos comandantes que tinham proclamado lealdade ao presidente e à Constituição tinham dito, ao mesmo tempo, que não estavam dispostos a reprimir os rebeldes.

Às 14:30h, o presidente saiu para o balcão da Casa Rosada e diante da surpresa de todos – inclusive dos seus colaboradores mais próximos – anunciou que iria pessoalmente ao Campo de Maio. "Esperem-me aqui", pediu à

multidão emocionada e num silêncio dramático.

Antes que o helicóptero presidencial voltasse ao palácio, já tinha corrido por todo o país a notícia de que o presidente tinha saído sorridente de sua reunião de 15 minutos com Rico. Alfonsín voltou ao balcão e saudou a multidão: "Feliz Páscoa". Foi ovacionado. "Os amotinados se renderam", acrescentou. "A casa está em ordem e sem sangue".

A firmeza, o apoio popular e a habilidade desse homem, que transformou em fortaleza moral a sua virtual incapacidade de dobrar pela força os rebeldes, devem ter desempenhado um papel entre os "Rambos" amotinados, extenuados depois de três noites de tensão máxima. A imprensa apanhou expressões de alívio em seus rostos, mas suas declarações não foram de derrota: "Conseguimos nosso objetivo".

Os boatos

Na segunda-feira, soube-se da renúncia do general Ríos Erenú e foram

discutidas na imprensa diversas formas de pôr fim aos julgamentos militares. A Suprema Corte de Justiça solicitou a todos os tribunais que informassem sobre o andamento desses julgamentos, o que na prática obrigava a suspendê-los por algum tempo para se conseguir dados: o suficiente para que se instaurasse o recesso parlamentar em maio. Alguns grupos de esquerda distribuíram panfletos no centro de Buenos Aires, acusando o presidente de traição.

À tarde, foi anunciada a designação do general José Dante Caridi como novo chefe do estado-maior general. Não foi nenhum dos candidatos propostos pelos amotinados de Campo de Maio e foi a vez de estes se declararem "traidores". O presidente não tinha cumprido o que tinha sido acertado. Pior, anunciou-se, o caso Rico será tratado pela Justiça civil e não a militar, como este queria. Os argentinos dormiram perplexos e amanheceram na terça-feira com notícias de insubordinações em Salta e Tucumán. Ao meio-dia, "fontes bem informadas" comentaram em Buenos Aires a iminência de levantes em Bahía Blanca, Córdoba e outros pontos do país. Depois, soube-se que se tratava apenas de "guerra psicológica": boatos intencionalmente divulgados pelos serviços de inteligência.

O presidente convocou os chefes militares das três armas e numa breve reunião (depois, inusitadamente transmitida por uma cadeia de rádio e televisão) e lhes faz saber que teria sido, de sua parte, "um ato de loucura, não só aceitar como até mesmo discutir" o nome do comandante militar com os rebeldes. Disse que nunca assinou nenhum documento com "o senhor ex-tenente-coronel" Rico e que tinha dito a este, em troca, "o meu desagrado, além de todos os danos, porque justamente nesses dias" o governo estava considerando a possibilidade de instrumentar o princípio de "obediência devida", o que agora seria mais difícil, para que não aparecesse como resultado, exatamente, da pressão militar.

A rebelião acabou tão rapidamente como tinha começado, desta vez sem mobilização popular. Na quarta-feira soube-se da designação do general Fausto González como o segundo do exército. Várias dezenas de generais foram reformados, os rebeldes foram levados à Justiça. Na sexta, os jornais voltaram a colocar como manchetes de primeira página notícias "normais" so-

bre inflação e salários. A 29 de abril, o major Barreiro, cujo desacato desencadeou a tempestade, se apresentou "voluntariamente" à Justiça (que o colocou em prisão rigorosa).

Nesse mesmo dia, por coincidência, uma menina nascida numa prisão ilegal em 1977, de pais atualmente desaparecidos, foi restituída pela Justiça aos seus avós, somando agora 40 as crianças recuperadas pelas Avós da Praça de Maio.

O embaixador dos Estados Unidos, Theodore Gildred, declarou que "deve-se devolver a confiança e o orgulho" aos militares, pois "é hora de colocar com muito cuidado as peças desse quebra-cabeça, para que a longo prazo trabalhem bem sob controle civil".

Esse mesmo embaixador, que não esconde suas simpatias e sempre tem à mão conselhos para as autoridades argentinas, tinha felicitado duas semanas

antes o ministro do Trabalho recém-empossado, Carlos Alderete, pois sendo peronista passava a integrar o gabinete do governo radical, preanunciando uma aliança entre o governo e os sindicatos, que seria indispensável para a consolidação da democracia. "As pessoas não aceitarão nenhuma alternativa diferente", acrescentou.

E, nesse sentido, ele tem toda a razão. Essa aliança deixa como única alternativa ao governo a volta dos torturadores de ontem, juntamente com os ultradireitistas católicos ("fundamentalistas", na gíria política argentina) e alguns – felizmente, poucos – burocratas sindicais que apoiaram no passado a Tríplice A e hoje resistem a condenar o golpismo.

Essa combinação explosiva é bem lembrada pelo povo argentino como responsável, entre outras coisas, pelo

desaparecimento de dezenas de milhares de pessoas, a derrota das Malvinas, o esmagamento da indústria nacional...

Como evitar a volta ao passado?

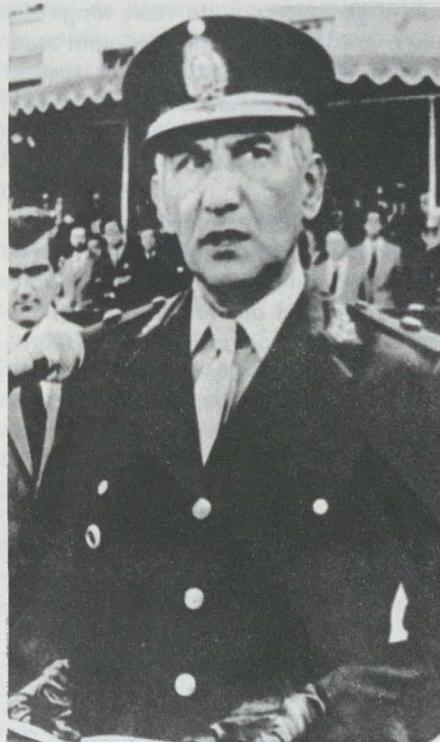
Ninguém quer provar novamente a velha receita. Isso está claro e é (quase) unânime. O que não se sabe é qual a melhor maneira de evitá-lo.

É fato bem conhecido que, durante a ditadura, existiu um "pacto de sangue" entre a oficialidade, que comprometeu quase todos os membros das forças armadas em crimes bárbaros e só deixou livre de culpa ou suspeita os subtenentes formados no Colégio Militar depois do retorno à democracia em 1984. Antes de entregar o poder, o último governo militar decretou uma auto-anistia que todas as forças políticas condenaram. Mas o candidato peronista Italo

Alfonsín : entre a cruz e a espada

Quando o presidente Alfonsín enviou ao Congresso o projeto de lei de "obediência devida" – pelo qual são suspensos os processos contra os militares em postos subalternos acusados de violações aos direitos humanos – pensou que poderia pôr um "ponto final" nas tensões geradas por esse problema nos meios civis e militares. Mas não foi assim. Há pouco mais de um mês do levante da Semana Santa, o país estava novamente dividido sobre a forma de superar o legado trágico dos governos ditatoriais, cujos responsáveis estão presos e condenados.

Os grupos defensores dos direitos humanos, as Mães e Avós da Praça de Maio e organizações de esquerda reivindicam a condenação de todos os culpados de excessos, seja qual for sua situação na hierarquia militar. Por esse motivo não aceitam o projeto de lei que só prevê o julgamento de cerca de 50 militares acusados de rapto de menores, violência sexual, roubo e falsificação de documentos. Muitos oposicionistas consideram que o projeto não é senão uma anistia encoberta, como já havia sido a "lei de ponto final", que não deu os resultados esperados. As forças armadas, por seu lado, depois de várias reuniões nos quartéis, mostraram duas tendências, uma minoritária, que aceita os ter-



General Caridi: "Incluir oficiais superiores"

mos do projeto de Alfonsín, e uma amplamente majoritária que rejeita a "obediência devida", e exige uma anistia ampla. Nesse sentido se pronunciou o próprio chefe do estado maior do exército, general José Dante Caridi.

Para o general Caridi, o projeto de lei "ajuda muito, porém se poderia avançar mais se fossem incluídos oficiais de patente mais alta".

No meio de dois fogos, o presidente Alfonsín tenta demonstrar que seu projeto de lei é a melhor saída para as tensões que ainda persistem e que se trata do limite máximo do quanto está disposto a ceder. Para que "nada se confunda", anunciou que seu governo cumprirá a sentença da Justiça Civil que manda destituir de sua patente os cinco ex-comandantes das juntas militares. Por essa determinação judicial, perderam sua condição de militares o general Videla (condenado à prisão perpétua), o almirante Massera (prisão perpétua), o brigadeiro Agosti (quatro anos e seis meses), o general Viola (17 anos) e o almirante Lambruschini (oito anos).

Os setores militares mais duros e alguns grupos civis que os acompanham nessa reivindicação acham que a única saída para a crise é uma anistia que inclua a libertação dos ex-comandantes e que acabaria beneficiando também os dirigentes Montoneros processados durante o governo Alfonsín, como o caso de Mario Firmenich, recentemente condenado à prisão perpétua, mas que pelo tratado de extradição com o Brasil deverá cumprir 30 anos.

Luder sustentava que, mesmo não concordando com ela, a lei já havia "surtido efeito" e a anistia seria irreversível. Alfonsín, em troca, anunciou que a lei seria declarada nula e os criminosos submetidos a julgamento, com a necessária distinção entre aqueles que deram as ordens, aqueles que se *excederam* no cumprimento delas e os que apenas as acataram.

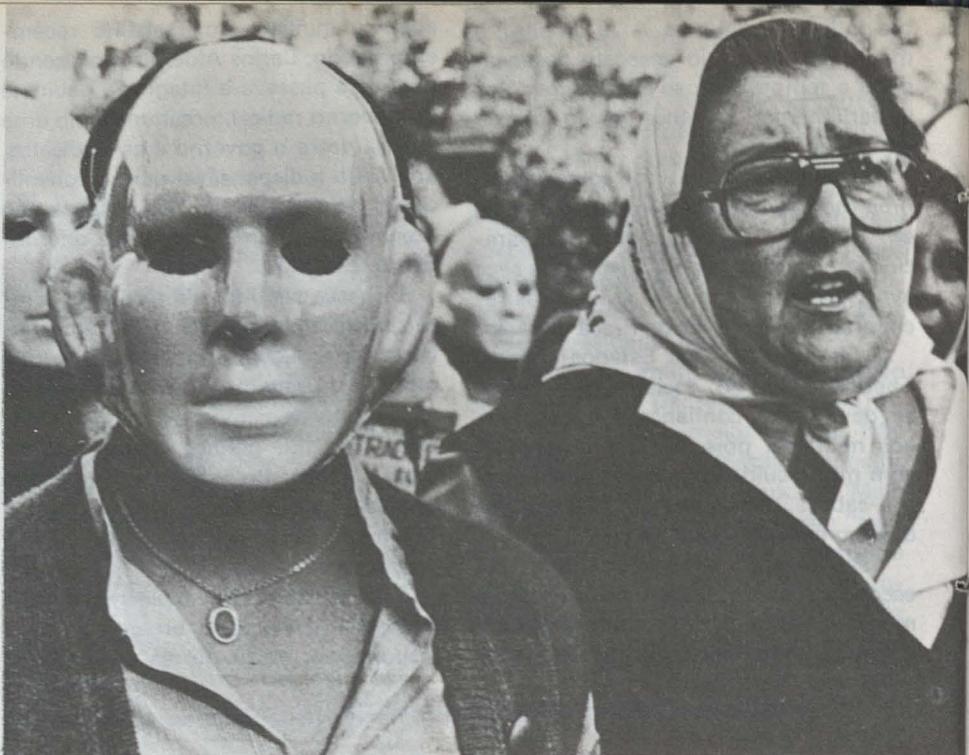
A promessa de justiça e de respeito à vida deram a vitória eleitoral ao candidato do Partido Radical, que começou a cumprir sua promessa ordenando o famoso julgamento dos ex-comandantes, inclusive três ex-presidentes. Mas excedendo aquilo que tinha sido ordenado pelo presidente, os juízes consideraram que os 300 crimes comprovados pelo promotor Strassera durante esses julgamentos deviam ser investigados a fundo. Isso implicava julgar também os executores ou responsáveis intermediários da hierarquia militar.

A surpreendente eficiência judicial no estudo desses casos, respaldada sem dúvida pelo dinamismo dos organismos defensores dos direitos humanos e pela decisão parlamentar de não perdoar os autores de "casos atrozes e aberrantes", causou irritação nos militares.

Um projeto de "ponto final" foi redigido por Alfonsín e aprovado pelo Congresso em dezembro de 1986, dando um prazo de apenas 60 dias para iniciar processos contra membros das forças armadas. Mas em vez dos 30 ou 40 casos que teriam sido iniciados pelos tribunais em ritmo normal, um regime de trabalho extra permitiu dar entrada em mais de 300 processos.

Por sua vez, a Suprema Corte de Justiça anunciou no final de abril que o princípio de "obediência devida" seria analisado caso por caso e não segundo um critério interpretativo geral (responsabilidade política do Parlamento). Só uma anistia, ampla ou restrita, deteria a lenta e pesada mas inexorável marcha dos processos pelos tribunais.

Alfonsín não parece disposto a chegar a esse extremo. Como, por outro lado, a opinião pública argentina reconhece que ele está disposto a se jogar na defesa da atuação dessa justiça que – como corresponde em uma democracia – não "lhe dá importância". Operações simuladas de defesa da Casa Rosada diante de eventuais ataques foram feitas na noite do Sábado de Aleluia, em plena crise, sob a supervisão do próprio Alfonsín.



As Mães da Praça de Maio: "Contra o Compromisso Democrático e a obediência devida"

A pressão da sociedade levou o tema dos julgamentos muito mais longe do que o presidente queria. Mas, com toda sua importância, a atuação da Justiça não é a única faceta da política militar do presidente argentino: seus esforços pela paz (pacto com Chile sobre Beagle, tentativas de acordo com o Reino Unido), a integração regional (política de cooperação e não de competição com o Brasil), a diminuição do orçamento militar e do papel das forças armadas na economia (controle civil sobre as fábricas de armamentos e a energia nuclear) são todos elementos que tendem a romper a lógica da Segurança Nacional

e o predomínio militar sobre a sociedade.

A longo prazo, os esforços de Alfonsín por um pacto social e político que ampliem a já majoritária base de seu governo, a busca de novos objetivos nacionais – simbolizados no projeto de transferência da capital para a Patagônia – e reformas institucionais que abram caminho para um "novo federalismo", anunciado no discurso do 1º de Maio, ofereceriam aos defensores profissionais da pátria novas perspectivas. Para que essa defesa não signifique, como aconteceu durante várias décadas, assassinar seu próprio povo.



A rebelião obrigou Alfonsín a procurar novas funções para as forças armadas

Manobras na Bolívia

A presença de tropas norte-americanas de contra-insurreição constitui um perigoso precedente intervencionista

1 5 de julho de 1986, tropas norte-americanas, aparentemente "a pedido do governo boliviano" desembarcavam no coração da América do Sul, com a também aparente missão de combater o narcotráfico.

Embora Reagan tenha se apressado em congratular-se com Paz Estenssoro por sua corajosa decisão, que – disse o presidente dos Estados Unidos – devia ser imitada por outras nações, e Caspar Weinberger tenha considerado de grande interesse as operações na região do Beni (departamento ou estado a leste do país, fronteira com o Brasil), como parte da guerra contra os traficantes, declarada na ordem secreta do governo dos Estados Unidos de 8 de abril de 1986, a opinião pública internacional duvidou que o narcotráfico fosse realmente a causa da presença militar norte-americana na Bolívia.

Para a oposição boliviana reunida na Junta Defensora da Soberania Nacional, "a DEA e a CIA, com o argumento da luta contra o narcotráfico, estão montando toda uma rede de espionagem para controlar a vida de cada boliviano e, ao contrário, não se propõem a acabar com os grupos de poder econômico que a partir dos próprios Estados Unidos controlam o narcotráfico".

"Mas não é só o tráfico de drogas que explica essa intervenção militar no país. Os Estados Unidos pretendem instalar uma base militar na Bolívia como ensaio para testar as reações dos povos da América Latina diante de uma eventual intervenção direta em outro país irmão e assegurar o seu controle, hoje ameaçado pela luta antiimperialista de nossos povos". O fracasso das operações antidroga, e a exagerada presença de um general comandando 170 especialistas, levaram jornalistas e analistas a considerar que atrás dessa fachada se escondiam os motivos reais que levaram os Estados Unidos a planejar, organizar e

concretizar a presença de tropas no território boliviano:

- Avaliar diretamente as condições em que as forças especializadas de deslocamento rápido deveriam atuar, caso necessário.
- Medir a reação local e latino-americana diante de uma eventual invasão.
- Verificar a possibilidade de instalar de forma permanente uma base militar na América do Sul. Ou, em outras palavras, testar se era possível uma hondurização da Bolívia.
- Avançar na montagem da infra-estrutura necessária para a adequação do sistema de segurança regional aos novos papéis que a Doutrina da Segurança Nacional em sua nova versão dos Conflitos de Baixa Intensidade-CBI (ver matéria seguinte) atribui às forças armadas dos Estados Unidos e às forças armadas locais.

Sendo assim, a presença de tropas norte-americanas não só não obedeceu a intenções de combater o narcotráfico, como também não foi solicitada pelo governo da Bolívia. Foi imposta pelos Estados Unidos em uma conjuntura favorável criada pela aplicação do famoso decreto 21.060¹ que colocou o governo de Paz Estenssoro em uma grave situação de debilidade e dependência diante do governo norte-americano e se enquadra no projeto que visa à transformação gradual dos exércitos latino-americanos em eficientes forças contra-insurgentes num esquema de subordinação ao Pentágono.

Novas operações

Uma ordem de operações já elaborada no Comando Sul, com sede no Panamá, e distribuída para ser cumprida na Bolívia estabelece como missão: "Realizar um exercício combinado e conjunto de guerra não-convencional entre elementos das forças armadas da

Bolívia e dos Estados Unidos durante o período de 20 de abril a 8 de maio de 1987 na Bolívia."

Os objetivos das manobras são explícitos o bastante para não deixar dúvidas sobre a pretensão norte-americana e da cumplicidade do governo e das forças armadas bolivianas. Entre eles, apontamos os seguintes:

- a) Exercitar maior ação conjunta e combinada no planejamento e execução de operações militares de guerra não-convencional com ênfase no comando e controle, operações aéreas, comunicações, inteligência e operações em margens de rios.
- b) Fortalecer as relações militares e a interação entre as forças armadas da Bolívia e dos Estados Unidos.
- c) Empregar o jogo de simulação de batalha Absalom para exercitar as funções dos comandantes e ações maiores conjuntas e combinadas nas operações de baixa intensidade (contra-insurreição).
- d) Desenvolver, exercitar e analisar as técnicas de operações de assuntos cívicos e ação cívica num ambiente de conflito de baixa intensidade, mediante o uso de iniciativas de ação cívica e assistência humanitária para melhorar as condições atuais das populações distantes, que possam vir a ser causa de atividades rebeldes.
- e) Exercitar o desenvolvimento de forças no território dos Estados Unidos e forças dos Estados Unidos no Panamá para cumprir com os objetivos do Comando Sul na América Latina.

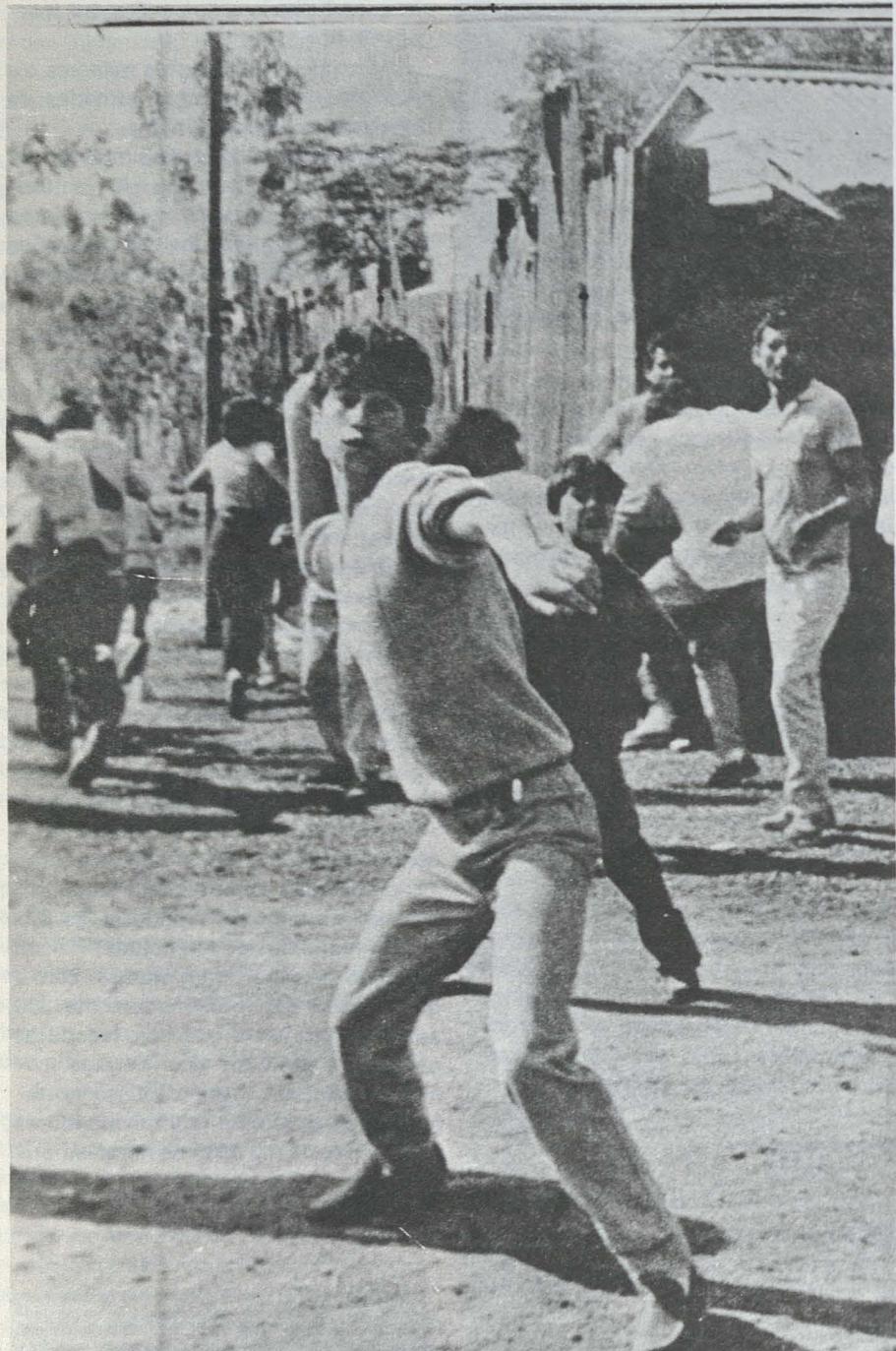
Essas manobras constituem um perigoso antecedente para a América Latina e cabe indagar se, juntamente com alguns outros fatos, não configuram o que no jargão dos CBI se conhece como "a preparação da área em conflito". Lembremos que em Honduras as primeiras manobras denominadas "Halcon Vista" se desenvolveram em 1981 com a participação de aproximadamente 300 norte-americanos e que hoje Honduras não só é o santuário dos "contras" como também uma grande base norte-americana que pode realizar manobras envolvendo 40 mil efetivos norte-americanos.

¹ Pelo Decreto 21.060, o governo de Paz Estenssoro implantou um novo modelo econômico eminentemente liberal, que pretende uma cuidadosa transição de uma economia com alto grau de participação estatal para outra em que a privatização e a liberalização são as colunas básicas.

“Depois da visita do papa, tudo será igual”.

Essa frase de um líder oposicionista mostrou-se verdadeira

Chile: o povo ganha as ruas e a oposição amplia seu espaço



As tensões afloram: um jovem enfrenta a polícia durante a homilia do papa João Paulo II Reuter

Nosso correspondente no Chile, Fernando Reyes Matta, passou pelo Rio de Janeiro pouco depois da visita do papa João Paulo II ao seu país. Estas são algumas de suas reflexões sobre a situação política chilena e as repercussões, nesse contexto, da visita do sumo pontífice católico.

Este ano de 1987 está marcado no Chile por um sinal político. O governo promoveu duas iniciativas – a lei de inscrição eleitoral e a lei de partidos políticos – que deflagraram um processo de discussão muito intenso. Da parte do governo, está se fazendo um grande esforço para tentar conseguir a inscrição eleitoral da maior quantidade possível de cidadãos. Nisso, foi apoiado pelos meios políticos, já que existe um consenso na oposição sobre a necessidade da inscrição de eleitores.

Quanto à lei dos partidos, não há consenso. Ainda é predominante a visão de não aceitar essa lei, que estabelece restrições evidentes ao funcionamento dos grupos políticos, devido às suas exigências de inscrição, às restrições de militância, ao controle estabelecido sobre os partidos e às regulamentações técnicas. Estas últimas levam inclusive à desqualificação de alguns partidos por questões relacionadas a fundos, contribuições externas, apoios solidários etc.

A aceitação ou não da lei de partidos políticos será o tema mais delicado dos muitos que serão colocados em debate este ano na oposição. A discussão que está por trás é se se vai usar ou não um instrumento que o regime militar criou, para tentar mudar o seu sentido. É a mesma opção que se apresentou em outros países da América Latina no processo de redemocratização. Em alguns casos, foram aceitas as regras do jogo da ditadura e isso deu resultado porque o processo avançou. Em outros não.

Esta é a dúvida geral entre os opositores de Pinochet. Uma rejeição taxativa à lei implica ficar fora de um processo; acatá-la implica aceitar um jogo de cartas marcadas.

Mas é preciso entender que para o regime, para Pinochet, também não há opções fáceis. Ele está acostumado à linguagem da repressão, a impor-se pela força das armas. Quando o processo o leva a disputar o jogo no terreno político, Pinochet fica num campo que não conhece, no qual se move com muita dificuldade. Não sabe dar as respostas adequadas na hora certa.

Um protagonista de peso: a igreja

A igreja chilena entrou em choque com o regime. Isso porque o episcopado está pressionando por três reivindicações que lhe parecem fundamentais: o fim do exílio, a volta real à democracia e a transformação do sistema econômico com o objetivo de melhorar a situação de extrema pobreza em que vivem amplos setores da população. Essas três reivindicações surgem com força nas últimas declarações episcopais, em particular a feita no início de março. A poucas semanas da visita do papa, todos os bispos e o cardeal Fresno fizeram uma declaração na qual colocam esses três pontos.

A igreja exige eleições livres. Quem reivindica isso? A oposição. O episcopado reivindica a volta dos exilados. Quem defende isso? A oposição, obviamente, e também setores que apóiam o governo – inclusive o jornal *El Mercurio*, que, pouco depois da volta do chanceler Clodomiro Almeyda, afirmava que seu gesto servia para provar que o exílio não serve para nada a não ser para prejudicar a imagem do Chile no exterior. A transformação do sistema econômico também é uma exigência defendida pela oposição, inclusive a de centro.

Mas a igreja foi ainda mais longe na sua denúncia da situação imperante no Chile. Um documento publicado pela área pastoral e social da igreja convocava a se fazer uma análise dos gastos militares. E se citavam duas cifras importantes: as forças armadas chilenas passaram de 75 mil homens em 1973 (data do golpe) para 120 mil em 1983, e os gastos com defesa, que eram de 926 milhões de dólares em 1975, passaram para 2,3 bilhões em 1984. Esses 2,3 bilhões, constata a igreja, correspondem a

A lógica da política

□ A visita do papa João Paulo II ao Chile constituiu o ponto de partida de um processo, cujas características ainda não estão claras. A única coisa que se sabe é que mudaram as regras do jogo. Nada será como antes.

Qual terá sido o objetivo do papa? Para amplos setores da opinião pública do país, João Paulo II com sua visita se propunha a ajudar a colocar em marcha forças sociais e políticas do país, numa perspectiva ampla, para fazer avançar o processo de volta à democracia.

É evidente que os dez mil jovens que se reuniram no Estádio Nacional não são comunistas, como também não o são todos os favelados que foram escutar o papa. É o povo que está mobilizado e quer que a igreja também se comprometa com a luta pela redemocratização. As pessoas estão descobrindo sua identidade de massa, sua força.

Já as forças armadas perceberam que, na primeira oportunidade de um certo espaço, os diversos setores chilenos se rearticulam para recuperar seu direito à democracia. Durante os dias da visita, se obtiveram duas vitórias: primeiro, poder reunir-se, inclusive desafiando a polícia e às vezes derrotando-a. Segundo, ter podido denunciar a situação em que vive o povo, com toda sua dimensão dramática.

Nesse sentido, cabe mencionar que a televisão se afastou das autoridades militares para entrar na lógica das autoridades eclesiás. O Canal 13 da Universi-

dade Católica e onze canais da Universidade do Chile continuaram suas transmissões no momento em que se pronunciavam essas denúncias, apesar da censura que teoricamente impera no país. Conquistou-se nesses dias um poderoso espaço nos meios de comunicação. Só o canal oficial, a TV Nacional do Chile, cortou as transmissões quando os favelados e estudantes começaram suas denúncias.

Durante a visita do papa, os militares escutaram com que força o povo está exigindo a volta à democracia. Sempre lhes resta o recurso de reprimir, mas é possível que tenham refletido sobre a inutilidade de tais recursos quando o povo chega ao limite da tolerância. É impossível negar a vontade do povo de recuperar a democracia.

Outros que agora enfrentam um desafio são os dirigentes políticos, que até então atuavam sem ser pressionados – ao menos ostensivamente – pelas massas. Agora, as massas deixaram muito claro o que querem. Os dirigentes estão desafiados a dar uma resposta unitária, porque o povo está nas ruas, sem divisões. Na prática social, são capazes de conviver diferentes matizes ideológicos, sem conflitos.

O povo chileno quer a reconciliação nacional, e isso se consegue com justiça. A visita do papa ratificou no Chile a lógica da política: voltaram a aparecer os cartazes, as faixas, as manifestações, as concentrações.

63% das exportações desse ano (que atingiram o montante de 3,3 bilhões de dólares). Isso significou que entre o que se gastou em defesa mais o que se enviou para o exterior em pagamento da dívida externa, praticamente nada restou para o desenvolvimento nacional.

Como conclusão dessa análise, o documento do episcopado afirma: "Se aos gastos de defesa se soma o que se paga todo ano em juros da dívida externa, que em 1986 superou a casa de um bilhão de dólares, se explicam muitas das dificuldades do país para sanear e consolidar sua economia". E mais: se chama atenção também para o destino dos gastos de defesa, que em grande parte vão para os órgãos encarregados da repressão interna. O que a igreja aponta é, portanto, que está se pagando um alto

preço para reprimir a população, os setores sociais que lutam por uma melhoria em suas condições de vida, tanto em relação ao desenvolvimento social, como à possibilidade de expressão política.

Este é o pano de fundo das relações igreja-Estado no Chile, que às vezes são sacudidas por fatos espetaculares, como por exemplo as declarações do bispo Camus.

Carlos Camus fez declarações que provocaram uma "reação alérgica" no governo, em primeiro lugar por virem de um bispo, e em segundo, pela forma como se referiu aos autores do atentado contra o general Pinochet. "No futuro, é possível que possam ser considerados heróis", disse Camus, provocando uma resposta do regime através de cadeia de

rádio e televisão – algo muito excepcional no Chile, ao contrário do que se poderia pensar. O bispo não só fez essas declarações a *El Mercurio*, como também a revistas de oposição.

Nos meios políticos houve várias reações, apesar de alguns setores terem declarado que talvez esse não fosse o melhor momento para pronunciar-se sobre o tema, ou que poderia ter se manifestado de uma forma melhor, todos coincidem na opinião de que Camus disse coisas que há muito tempo todos pensam mas ninguém se atrevia a dizer.

O bispo Camus já tinha tido uma atuação marcante anteriormente. Desde o ano de 1975 sua posição comprometida com a recuperação da democracia é conhecida. Em dezembro de 1986, ele protagonizou outro momento crítico, quando em sua homilia de fim de ano assinalou que a situação de miséria do povo chileno havia chegado a um ponto tal que às vezes a única saída parecia ser o suicídio. Essas palavras foram imediatamente manipuladas pela imprensa governamental, afirmando que o bispo de Linares defendia o suicídio como saída, com tudo o que isso implica para a comunidade católica.

Mas, dessa última vez, Camus voltou às páginas dos jornais porque uma sobrinha sua foi presa pela CNI (Central Nacional de Informações) e outra, aparentemente envolvida no atentado a Pinochet, está desaparecida. Isso o colo-

cou em contato direto com a situação nos quartéis secretos, levando-o a fazer as declarações sobre o atentado. Do que ele disse, o mais importante não é como ele qualifica os responsáveis pela ação e sim o raciocínio que ele estabelece. O bispo afirma que o governo declarou uma guerra e que isso implica uma lógica militar, gerando outras regras do jogo. Evidentemente, essa é uma afirmação com profundas conotações.

O caso Letelier

O cenário político chileno vai estar dominado este ano por outro assunto no qual é muito forte a presença dos Estados Unidos: o caso Letelier.

É um ponto de tensão do governo. O fundamental é que o caso tenha sido reaberto com uma nova testemunha. É o primeiro elo de uma cadeia que pode levar a outras reações. Até onde chegarão as pressões dos Estados Unidos para a extradição do general Manuel Contreras e do coronel Pedro Fernández? O juiz Parker já disse que para a justiça norte-americana ambos são fugitivos e onde quer que estejam terão que ser encontrados e julgados.

O julgamento reabriu a 6 de maio, ou seja, até a metade do ano, o Chile vai assistir a um fato muito especial: o julgamento de um homem implicado no assassinato de um dos principais dirigentes do governo Allende, como é o

caso de Orlando Letelier. A investigação do assassinato foi efetuada por um órgão vinculado ao serviço de inteligência do exército, no centro de Washington. Isso leva ao seguinte questionamento: qual será a atitude das forças armadas?

Prevê-se que pode haver duas reações: uma, que surja uma espécie de *esprit de corps* (espírito de corporação) da instituição, que a leve a se fechar. Outra, que prevaleça a idéia de que é necessário salvar a instituição armada, mesmo ao custo de algumas cabeças, ou seja, destituindo alguns dos comandantes-em-chefe em atividade naquela ocasião. Essa segunda opção está vinculada ao cronograma político vigente, que acaba no plebiscito de 1989, quando, segundo a Constituição em vigor, se escolherá entre a continuidade política e a continuidade presidencial.

No momento, não há nenhum indício que permita afirmar que o comportamento da instituição armada acabará indo numa ou noutra direção.

Nova imprensa de oposição

A conjuntura atual, com ênfase na ação política, criou espaço para o surgimento de uma imprensa de oposição com características novas. É o caso do recém-fundado jornal *La Epoca*, cujo proprietário e diretor é de origem democrata cristã. Mas o jornal foi montado em termos profissionais, com uma

O papa é saudado por uma indígena chilena. A visita do pontífice será um divisor de águas

Reuter



grande diversidade e pluralidade de seus editores, e devido à sua linha editorial promete se tornar um diário independente, e não o porta-voz do Partido Democrata Cristão chileno. O jornal pretende manter uma posição de centro e de centro-esquerda.

Por outro lado, o aparecimento do jornal *Fortín Mapocho*, que atualmente é um semanário e responde a uma política democrata cristã e de setores da esquerda, também mostra que estão se ganhando espaços na luta da sociedade civil.

Tudo isso coloca o governo em um estado de tensão maior do que qualquer outro já vivido antes.



Jaime Isunza: novos caminhos?

Repercussões internas

Na clandestinidade, o dirigente do Partido Comunista do Chile (PCCh), Jaime Isunza, de 42 anos, deu uma entrevista à revista *Hoy*, pouco antes da visita do papa João Paulo II, na qual analisa a situação do país e a proposta de seu partido para a reconquista da democracia. Com uma ordem de prisão contra ele, decretada em 1984, quando passou para a clandestinidade, Isunza foi um dos dirigentes que ajudou a formar o Movimento Democrático Popular

"Defendemos eleições livres e o partido considera imprescindível chegar a um acordo quanto à estratégia e formas de luta que conduzam a elas. Deve-se eleger o presidente da República e uma Assembléia Constituinte ou um Congresso dotados dessas faculdades", afirmou.

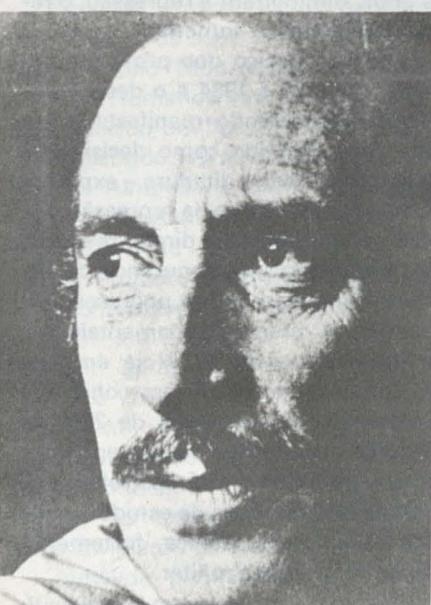
Quando lhe perguntam se ele considera que a descoberta de um arsenal da Frente Patriótica Manuel Rodríguez deixa dúvidas quanto às intenções da Frente e do PC², Isunza responde: "Os companheiros da Frente têm reiterado que na democracia eles respeitarão o veredito popular. Essas armas, cuja quantidade foi extremamente exagerada pela ditadura, eram para combater o regime fascista".

O entrevistador, Alejandro Guillier, insiste no tema da estratégia do PC, que tem sido um dos pontos conflitantes no processo de unidade da oposição. Ao

reivindicar a luta armada, a Frente ficou isolada em relação a outros partidos e grupos opositores, que condenam a resistência violenta e lutam por uma saída política. "Após a descoberta dos arsenais e do atentado contra a comitiva de Pinochet, o cenário político chileno mudou", responde Isunza. E acrescenta: "Por isso, o partido (o PC) convocou seus militantes para discutir o novo momento e expor suas idéias. Fruto desse debate, surgiu uma proposta em fins de fevereiro, onde insistimos no acordo político e na mobilização social".

Nos círculos políticos chilenos, a entrevista de Jaime Isunza teve muita repercussão, pois foi entendida como um pronunciamento do Partido Comunista em favor de uma saída política, sendo, nesse sentido, uma espécie de "retificação" da estratégia adotada até então, que já não priorizaria a opção da luta armada. Estima-se que a presença maciça do povo nas ruas durante a visita do papa e o avanço do movimento popular registrado naqueles dias não fizeram outra coisa senão fortalecer essa análise. Ela traz implícita a avaliação de que, de agora em diante, os espaços que se abrirão para a atividade política serão cada vez maiores.

Manuel Contreras



Orlando Letelier

Reuter

¹ Movimento Democrático Popular (MDP), criado em meados de 1983, por ocasião de uma entrevista coletiva convocada por personalidades do PC, PS e MIR.

² A Frente Patriótica Manuel Rodríguez é o braço armado do PC chileno.



Almeyda: volta inesperada e importante

Clodomiro Almeyda: "Continuar a luta"

Confinado no sul do país depois de sua volta, o líder recebe amplo apoio

Numa decisão que surpreendeu o regime militar e a opinião pública internacional, Clodomiro Almeyda, ex-chanceler da Unidade Popular (coalizão de partidos progressistas que governou o Chile, sob a presidência de Salvador Allende, até o golpe de 1973), voltou ao país, a 3 de março passado. Ele atravessou a cordilheira dos Andes, acompanhado por tropeiros. Depois de raspar os bigodes, mudar de óculos e de roupa, pegou um ônibus rumo a Santiago, onde chegou na madrugada do dia 5.

Percorreu bairros da capital, subiu ao morro de São Cristóvão, um dos pontos

turísticos obrigatórios para quem visita a capital chilena, conversou com favelados, religiosos, amigos. Se deteve diante do Palácio de la Moneda, onde foi assassinado o presidente Allende (Almeyda estava no dia do golpe de estado em Argel, encabeçando a delegação chilena na Conferência dos Não-Alinhados, realizada em setembro de 1973, e não voltou mais ao seu país) e decidiu entregar-se à justiça.

Para isso, entrou em contato com Moy de Tohá, a viúva do senador da Unidade Popular José Tohá, grande amigo pessoal de Almeyda, pedindo que ela, Juan Pablo Letelier (o filho de

As diversas etapas da repressão

□ Desde o dia 11 de setembro de 1973 até hoje, as detenções arbitrárias e torturas físicas e psicológicas não têm parado de aumentar, exceto em alguns curtos períodos. Andrés Domínguez, coordenador geral da Comissão Chilena de Direitos Humanos, (CChDs), descreveu essa espiral de violência, dividindo-a em vários períodos. No primeiro, imediata e simultaneamente ao golpe militar, até agosto de 1974 (data da criação da Diretoria de Inteligência Nacional, Dina), a repressão se deu através de execuções sumárias e grandes massacres. É impossível ter uma cifra exata do número de vítimas, mas se estima que chegaram a ser entre 15 e 30 mil. Houve 300 a 350 desaparecidos; 15 mil famílias foram obrigadas a se exilar e se constatou um número incalculável de detenções.

Com a criação da Dina em 1974, Pinochet inicia uma repressão mais seletiva. É a época dos detidos-desaparecidos depois de sequestros, torturas e métodos repressivos "profissionais".

Essa repressão tem por objetivo desmantelar e aniquilar o que restou dos dirigentes políticos, sindicais e estudantis depois do golpe. Em 1980, se



Manifestação em favor dos desaparecidos

dissolve a Dina e se cria a Central Nacional de Informações, CNI.

A partir de 1982, a repressão aumenta muito até o ano de 1986 – ano que alcança níveis nunca antes registrados.

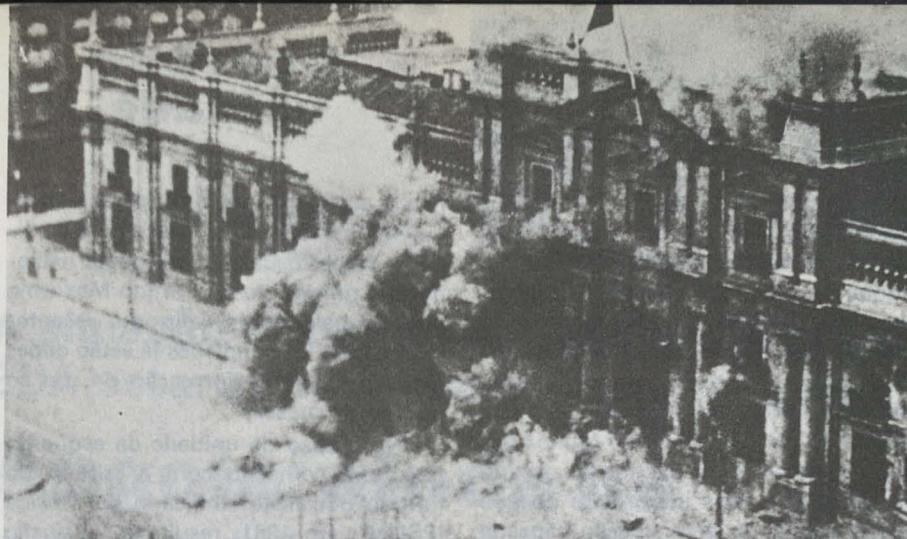
dos. É a resposta do governo à crescente mobilização social que se manifesta nos protestos nacionais de 1983. O governo militar decreta estado de sítio em 1984 e 1985 e volta a utilizar os campos de concentração usados na época do golpe.

Ao contrário de outras ditaduras militares do Cone Sul que, com o passar dos anos, diminuíram a repressão, o regime de Pinochet a aumenta.

O caráter maciço dos protestos nacionais em 1983 e 1984 e o descontentamento generalizado manifestado em 1986 – ano definido como decisivo na luta para derrubar a ditadura – explicam o aumento das vítimas da repressão.

Além da repressão direta realizada pelos organismos de segurança de Pinochet, a maior parte da população do país vê seus direitos fundamentais sistematicamente violados. Hoje em dia, 30% dos chilenos vivem em condições de extrema pobreza; mais de 25% da população ativa estão desempregados e a economia do país está destruída. Essas cifras foram tiradas de estudos realizados pela igreja católica, fortemente atingida pelo regime militar.

Alejandro Tumayán V.



Clodomiro Almeyda voltou ao Palácio de la Moneda e depois se entregou à Justiça

Orlando Letelier), Luis Ortiz Quiroga e Luis Arévalo, ambos advogados, o acompanhavam. Moy de Tohá lidera atualmente a Campanha Nacional de Mobilização Social por Eleições Livres.

Almeyda e seus acompanhantes entraram na II Vara Criminal, que fica em frente ao quartel central da Diretoria Geral de Investigações. Uma hora depois, a polícia, as autoridades e o país tomavam conhecimento de sua presença no Chile. Dirigentes de todos os partidos, entre eles o maior adversário de Salvador Allende na disputa presidencial, o democrata cristão Radomiro Tomic, foram ao seu encontro.

Solidariedade internacional

Pinochet convocou uma reunião de emergência de seus principais assessores. Gonzalo Taborga, da Comissão de Direitos Humanos, revelou que havia se estabelecido um "pacto de honra" entre o magistrado Haroldo Brito, que interrogava Almeyda, o chefe de Investigações, Francisco Manas Arancibia, e o comissário de Carabineiros do Chile, major Augusto Sobarzo, para entregar o ex-chanceler e ex-vice-presidente da República à polícia civil e mantê-lo no quartel geral de Investigações, em frente à Vara Criminal. No entanto, Almeyda foi colocado à força em um veículo que, como ficou comprovado depois, o transportou à localidade de Chile Chico, no extremo sul do país, em aberta violação ao acordo feito.

Almeyda permanece confinado em Chile Chico, onde o acesso é difícil e as comunicações precárias. Isso gerou

uma campanha internacional de solidariedade para pedir sua libertação.

A partir do Rio de Janeiro, o diretor de **terceiro mundo**, Neiva Moreira, pôde se comunicar por telefone com Clodomiro Almeyda, com quem havia estado poucas semanas antes, em Lima, durante a realização da Conferência da Coppal (Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina).

Reproduzimos a seguir o diálogo mantido entre os dois:

Neiva Moreira: Almeyda, estou lhe telefonando do Brasil para expressar-lhe a solidariedade de meus compatriotas e, em particular de toda a equipe de **terceiro mundo**, nesses momentos tão difíceis e, ao mesmo tempo, de transcendental importância, que você está vivendo...

Clodomiro Almeyda: Fico profundamente emocionado com essa solidariedade. Estou recebendo inúmeras demonstrações de carinho e apoio, tanto do interior do país como do exterior... Estou muito bem.

N.M.: No Brasil, sua decisão de voltar ao país e a sua coragem de fazê-lo da forma como o fez despertaram uma enorme simpatia e apoio político. O senhor é um homem muito respeitado...

C.A.: Essa é uma notícia muito boa. Tudo o que se faça a nível internacional ajuda, tanto a mim, pessoalmente, como à causa do povo do Chile. Transmita, por favor, aos companheiros de **terceiro mundo** e a seus leitores meu agradecimento pelo gesto reconfortante, nesse isolamento forçado a que estou submetido. Não os decepcionarei em minha luta permanente pela redemocratização do país.

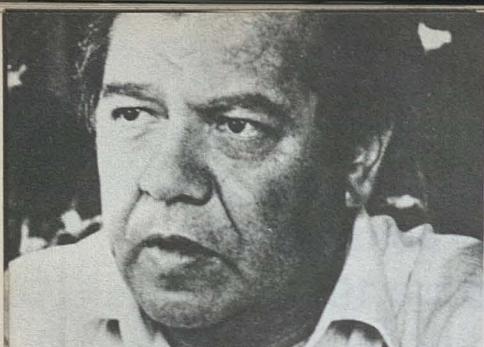
O PRI inicia o processo de designação do candidato presidencial para 1988

México: Correntes dissidentes criticam métodos do partido oficial

Este é um ano presidencial no México, ou seja, o ano da designação do candidato à sucessão de Miguel de la Madrid. No México, a eleição do candidato oficial à presidência da República segue um ritual muito particular. Em agosto ou setembro do ano anterior às eleições (as próximas estão previstas para setembro de 1988), o presidente atual designa seu sucessor. Quer dizer, escolhe entre um número muito reduzido de correligionários — que em geral são membros do gabinete — qual será o candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Como desde a fundação do partido, em 1929, nenhum candidato oficial perdeu uma eleição sequer, essa designação virtualmente corresponde à garantia de ocupação do salão presidencial a partir do próximo ano.

Os mais cotados, segundo os meios de comunicação, são Alfredo del Mazo González, o atual ministro da Energia, de 43 anos, que já foi governador do estado do México; Manuel Bartlett Díaz, secretário do Interior, 51 anos, que foi coordenador da campanha presidencial de Miguel de la Madrid, e Carlos Salinas de Gortari, secretário do Planejamento, 39 anos, de reconhecida competência técnica e o mais favorável dos três a uma renovação no interior do partido de governo.

Justamente a reivindicação de uma democratização interna do PRI, por parte dos dirigentes que se reuniram na



Muñoz Ledo: abalar a consciência do PRI

chamada "Corrente Democrática", foi a grande novidade da convenção nacional do partido, realizada em março passado, junto com o reaparecimento público de dois ex-presidentes, Luis Echeverría Alvarez e José López Portillo. Ambos haviam desaparecido do cenário político desde que foram responsabilizados pelo estado catastrófico em que se encontra a economia mexicana, por abuso de poder e corrupção em suas gestões administrativas.

A corrente democratizadora, que alguns analistas políticos chamam de "dissidente", exige que a designação do candidato presidencial do PRI saia de um amplo debate no interior do partido e não mais através do *destape* por vontade presidencial. Um dos dirigentes da "Corrente Democrática" é o governador do estado de Michoacan, Cuauhtemoc Cárdenas, filho do ex-presidente (já falecido) Lázaro Cárdenas, venerado em todo o país como um herói nacional por haver nacionalizado o petróleo na década de 30. Suas relações com a direção do partido estão bastante deterioradas desde a convenção de março.

Outra das figuras mais representativas do movimento renovador é a de Porfirio Muñoz Ledo, que participou tanto da administração de Luis Echeverría como da de López Portillo, sendo reconhecido como um dos intelectuais mais brilhantes do PRI. Ao comentar o papel que a "Corrente Democrática" está desempenhando, afirmou Muñoz Ledo: "Abalamos a consciência do partido". Do México, nosso colaborador Ernesto Osorio nos envia este comentário sobre a reivindicação de democracia interna no seio do partido, pelos membros da "Corrente Democrática" na última convenção nacional do PRI:

"As recentes declarações do ex-se-

cretário do Trabalho e ex-representante permanente do México nas Nações Unidas, Porfirio Muñoz Ledo, que integra a 'Corrente Democrática' do PRI, o partido do governo, não tiveram a repercussão inicialmente esperada nos círculos políticos mexicanos. As reivindicações do ex-diplomata mexicano, no sentido de que a atual direção do PRI frente às próximas eleições presidenciais não deveria utilizar os procedimentos rotineiros de escolha do candidato e sim elaborar uma plataforma eleitoral, foram deixadas de lado pela cúpula do partido. Segundo Muñoz Ledo, 'a renovação no interior do partido do governo é mais importante do que nunca diante da preocupação causada nos meios políticos do país pelo endividamento externo, que a cada dia limita mais a independência e a soberania mexicanas'."

Um instrumento de poder

Referindo-se a essas afirmações, feitas em março passado durante a Assembléia Nacional do PRI, o respeitado analista político mexicano Alejandro Gómez Faría considera que a intenção de democratizar o PRI é ilusória, porque o partido oficial nunca foi uma instituição democrática. Para Gómez Faría, o Partido Revolucionário Institucional "foi criado como um instrumento de poder e assim continuará sendo, pois sua função é esta".

Gómez Faría acha que a modificação da estrutura do partido no poder seria uma tarefa mais difícil do que a criação de um novo partido, pois em sua opinião o PRI é o executor da vontade presidencial, que define a estrutura do aparelho político mexicano.

Apesar desse ceticismo, tanto esses como outros analistas políticos do país reconhecem a importância da "Corrente Democrática" do PRI que despertou novamente nos mexicanos o interesse pela atividade política, consideravelmente desprestigiada nos últimos anos.

Sobre esse assunto, a revista mexicana *Proceso* entrevistou o especialista Gómez Faría, perguntando-lhe como agiria se fosse um dirigente político integrante da "Corrente Democrática". "Encaminharia minha luta para o ativismo popular", afirmou Gómez Faría. E concluiu: "Despertaria a vontade cívica e faria um grande esforço para recuperar nossa identidade, que está em perigo".

A hora de unidade

□ A esquerda mexicana parece encanhar-se a curto prazo para a unidade. Heberto Castillo, dirigente nacionalista, presidente do Partido Mexicano dos Trabalhadores, afirmou recentemente que "as condições já estão dadas para se chegar à formação de um só partido de massas".

O processo de unidade da esquerda mexicana começou com a criação do Partido Socialista Unificado do México (PSUM), em 1981, resultante da fusão de várias organizações socialistas, com peso majoritário do Partido Comunista. Naquele momento, Heberto Castillo, que havia participado das negociações, se afastou do processo por discordar de duas questões de fundo, os símbolos do partido (a foice e o martelo) que se identificavam com uma definição marxista-leninista, e o centralismo democrático. Nas eleições de 1982, o PSUM obteve 10% dos votos (20% na capital) e se constituiu na terceira força política do país.

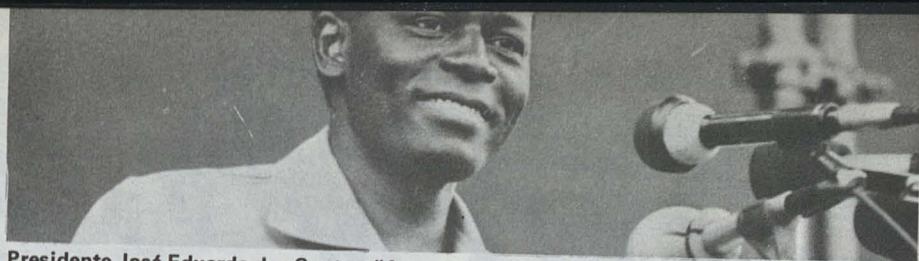
A idéia atual de criar um partido único é avalizada pela prática comum, na Câmara dos Deputados, dos três partidos de esquerda registrados: o Partido Socialista Unificado do México, o Partido Mexicano dos Trabalhadores e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, e pela ação conjunta desenvolvida por eles nas últimas eleições municipais.

Os dirigentes da esquerda mexicana pretendem criar uma frente eleitoral como as que existem no Peru (Esquerda Unida) e Uruguai (Frente Amplia), possivelmente com maior organicidade em suas estruturas: "Temos de chegar à criação de um partido de massas, respeitando a autonomia de cada um dos integrantes", declarou Castillo.

Até o momento, a esquerda ocupa um espaço limitado no espectro político mexicano, dominado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), que tem uma experiência de mais de meio século ininterrupto de governo. No entanto, as opções socialistas cresceram continuamente desde o seu aparecimento na década de 70 e sua consolidação nos anos 80.

¹ "Destape" é um termo popularmente usado no México, para designar a escolha que o presidente faz do candidato oficial à sua sucessão. Esse procedimento, que é de exclusiva responsabilidade do presidente, vem sendo contestado há algum tempo, inclusive dentro do PRI.

África



Presidente José Eduardo dos Santos: "A paz está próxima"

A situação militar no sul melhora mas os EUA estariam abrindo uma frente norte

Angola: ainda há ameaças externas

João Melo

O governo angolano está ganhando a guerra contra a Unita, apesar do confessado e maciço apoio que os rebeldes recebem do regime racista da África do Sul. As notícias provenientes de Angola revelam que as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, Fapla (o exército nacional), tomaram agora a iniciativa estratégica da guerra e que os grupos contra-revolucionários chefiados por Jonas Savimbi atravessam uma fase

bastante crítica. Desde 1986, não tem havido ações significativas por parte da Unita ou das tropas regulares da África do Sul. Em contrapartida, são cada vez mais numerosas as informações acerca de contradições internas na cúpula político-militar da Unita e têm aumentado, também, os casos de deserção na referida organização. Segundo o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, as Fapla neutralizaram mais de metade dos efetivos da Unita, até o momento.

Em princípios de maio do corrente, José Eduardo dos Santos, numa visita à província de Benguela, litoral sul do país, declarou que a situação militar

melhorou sensivelmente em várias regiões, principalmente na própria província de Benguela, assim como em Huíla, Kuanza Sul, Uíge e outras áreas. Não é a primeira vez, nos últimos tempos, que o chefe de estado angolano se refere a essa melhoria da situação militar. No dia 14 de abril passado, discursando no encerramento do II Congresso da JMPLA-Juventude do MPLA-PT, a organização juvenil do país, ele declarou: "A tentativa de criar uma alternativa ao poder legítimo em Angola falhou". Dias depois, em mensagem à Nação a propósito do dia 1º de Maio, voltou a mencionar as "grandes vitórias sobre os bandos armados da Unita". Finalmente, na já referida visita a Benguela, José Eduardo dos Santos foi enfático: "A paz está próxima. Se nós continuarmos a nos empenhar como até agora, teremos resultados que nos poderão surpreender, nos próximos anos".

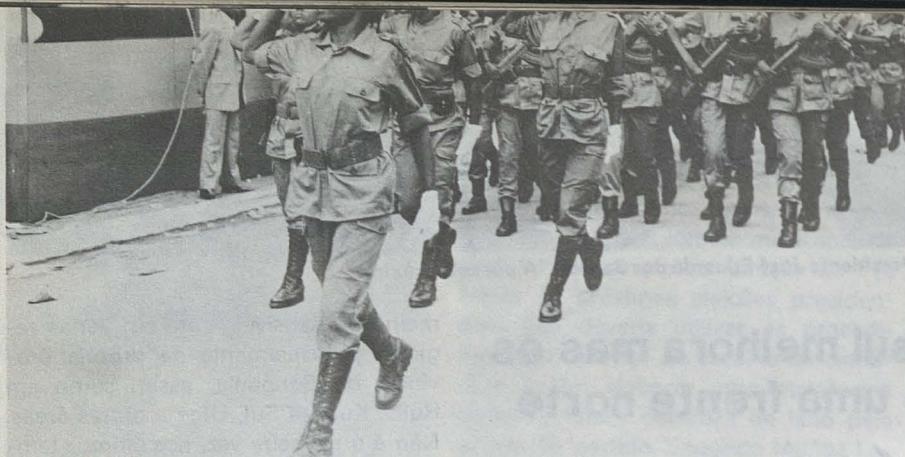
Esforços coordenados

Segundo alguns observadores em Luanda, o exército angolano adotou, há pouco mais de um ano, uma estratégia que tem produzido bons resultados: em vez de procurar combater os grupos da Unita em todo o território do país, muito extenso e geograficamente acidentado, tem se preocupado fundamentalmente em controlar as principais rotas de abastecimento dessa organização, vindas da Namíbia. Também tem procurado dominar os pontos estratégicos mais importantes, para assim impossibilitar a livre movimentação dos contra-revolucionários.

Ao lado dessa tática convencional, foram criados, nas áreas mais afetadas pela guerra, batalhões de tropas territoriais, constituídos de camponeses armados que se encarregam da proteção das aldeias e da perseguição aos bandos da Unita, utilizando uma tática de guerrilha. Essa combinação de métodos convencionais e irregulares tem desorientado a Unita. Um aspecto especial-



Agressões e atentados: enfrentados com táticas não-convencionais



O exército angolano busca controlar as rotas de abastecimento da Unita

mente destacado pelos observadores é que esse esforço militar tem sido realizado exclusivamente pelos angolanos, sem qualquer participação das tropas cubanas (elas estão concentradas em determinadas linhas defensivas, prontas a entrar em ação se os sul-africanos se aproximarem dessas linhas).

A ação militar do governo angolano é acompanhada, cada vez mais sistematicamente, de medidas no campo político e social que visam a neutralizar a frágil base de apoio, de natureza meramente tribal, da Unita. Destaca-se em particular a "política de clemência" adotada pelas autoridades angolanas desde 1979. Essa política tem possibilitado a reintegração social de milhares de antigos opositores do governo, inclusive importantes dirigentes e militantes de organizações contra-revolucionárias armadas, como a hoje extinta FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), e a Unita.

Está nesse caso, por exemplo, o ex-primeiro-ministro da FNLA, Pinock Eduardo, atual diretor de uma empresa mista de exploração petrolífera. Atualmente, um número crescente de membros da Unita tem desertado dessa organização. As autoridades angolanas os acolhem, dando-lhes moradia, assistência médica, educação e trabalho. Em vários casos, até, essas pessoas recebem armas para combater a Unita e os sul-africanos.

Os esforços na frente diplomática também não têm sido esquecidos, como disse o presidente José Eduardo dos Santos. Uma das prioridades da diplomacia angolana é "continuar a neutralizar os apoios externos, abertos e encobertos, dos fantoches no exterior" ("fantoches" é a designação oficial usa-

da em Angola para qualificar a Unita, por causa da sua comprovada dependência da África do Sul).

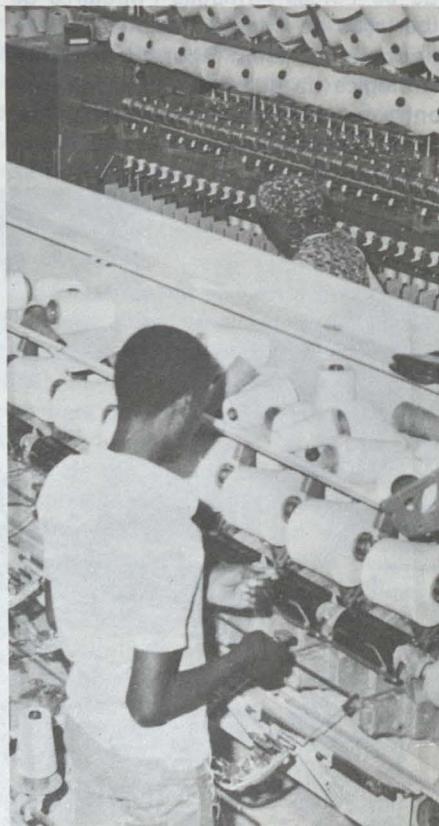
Conforme reconhecem os analistas independentes, Angola tem agido com firmeza no terreno militar, com lucidez no campo político e social interno e com agilidade diplomática.

A melhoria da situação militar do país cria um relativo desafogo, que possibilita às autoridades concentrarem-se nos esforços para solucionar a crise econômica de Angola, motivada essencialmente pela guerra. Em dezembro de 1985, o II Congresso do MPLA-PT tinha aprovado uma nova política econômica, cujos primeiros fundamentos começaram a ser criados no ano passado. As prioridades dessa nova política são o relançamento da produção agroindustrial e da indústria leve, inclusive a alimentar, bem como a diversificação de exportações. Pretende-se, para atingir esses objetivos, utilizar de maneira ordenada e harmônica, as várias formas de propriedade. O capital estrangeiro pode desempenhar também um papel importante, estando prevista a constituição de *joint-ventures* em vários setores.

Para este ano, espera-se a definição de uma série de ajustamentos no sentido de implementar a nova política econômica angolana. Serão reajustados os órgãos de direção dos ministérios e empresas. O sistema de gestão financeira do país deverá ser revisto, mediante um conjunto de medidas para estabilizar a moeda nacional, o *kwanza*: normalização do mercado financeiro, reforma do sistema fiscal, revisão das taxas de câmbio e de juros e redefinição da política salarial. Da mesma forma, são aguardadas decisões acerca da am-



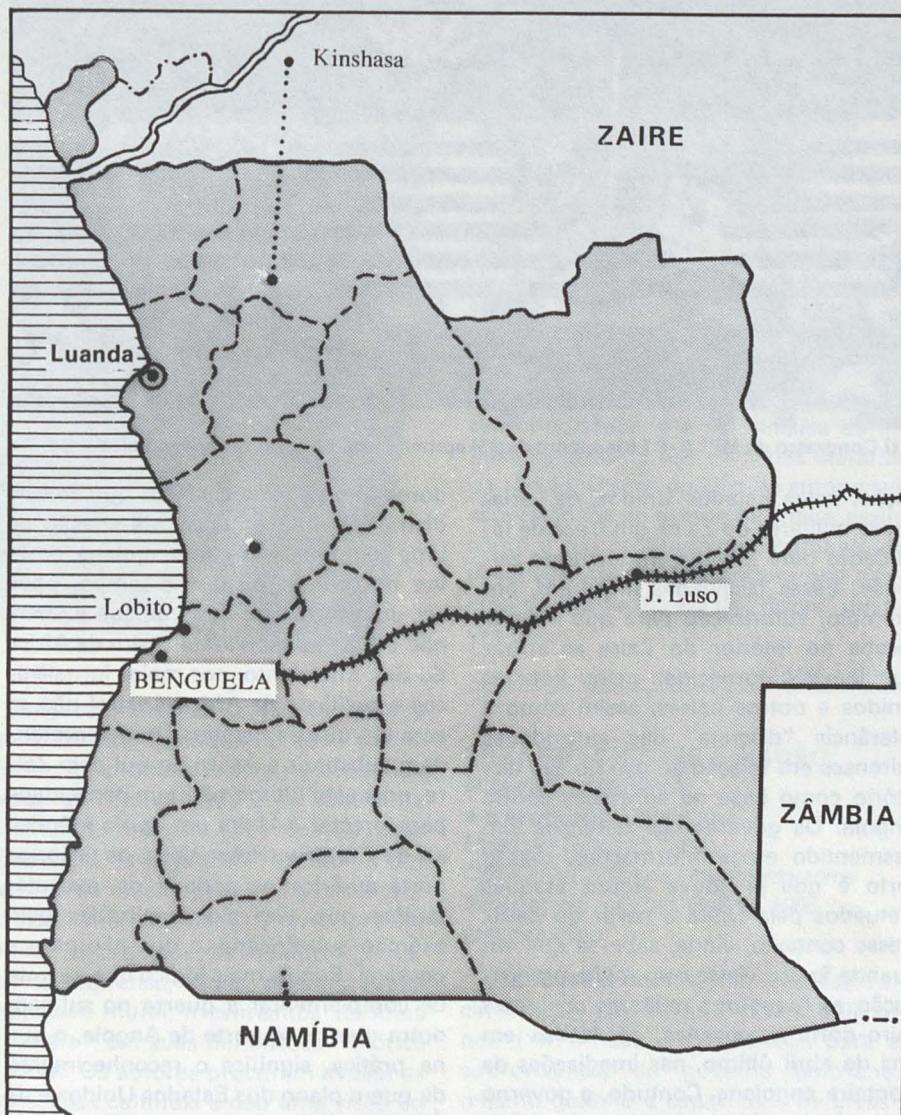
Camponeses armados: tropas territoriais



Dinamizar a produção em apoio à guerra



A melhoria da situação militar permite racionalizar o desempenho da economia



A estrada de ferro de Benguela, que escoa a produção do Zaire e da Zâmbia, através do território angolano até o porto do mesmo nome, será reativada e poderá constituir um fator de estabilidade na economia da região

pilação da democracia socialista e da autonomia de gestão das empresas estatais, assim como do controle operário e do papel dos trabalhadores nas empresas mistas e privadas.

Além dessas medidas internas, as autoridades angolanas têm-se mostrado disponíveis para participar de projetos regionais e globais de desenvolvimento, como a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADC). Também têm participado dos esforços para encontrar vias de comunicação e portos que sirvam de alternativa aos existentes na África do Sul. É o caso da estrada de ferro de Benguela, cujo projeto de reabilitação tem sido dinamizado conjuntamente por Angola, Zâmbia, Zaire e Moçambique. O presidente Dos Santos, ao discursar no dia 19 de maio passado, na sessão extraordinária do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, em Luanda, disse que a estrada de ferro de Benguela será um fator de estabilização da economia daqueles quatro países.

Exigência e rigor internos

As autoridades angolanas, em especial o presidente José Eduardo dos Santos, sempre disseram que as dificuldades econômicas do país não são provocadas apenas pela guerra, embora esta seja a causa fundamental. São frequentemente apontadas, também, razões de ordem subjetiva: desorganização, desleixo, negligência, indisciplina, não-cumprimento das orientações etc.

O chefe de estado angolano decidiu assumir, pessoalmente, a vanguarda do combate a todos esses fatores. Desde o princípio deste ano, ele dava mostras de impaciência com a persistência de certos fenômenos negativos, tendo começado a insistir, cada vez mais, na necessidade de aumentar a exigência e o rigor internos. Nos primeiros dias de maio, demitiu os ministros do Comércio Exterior e do Comércio Interno, assim como quatro funcionários superiores dos ministérios do Comércio Exterior e do Planejamento, responsabilizando-os pelo atraso das importações de bens alimentares para a população, que, nos três meses iniciais do ano, passou por graves dificuldades de abastecimento. Os seis punidos não serão nomeados para qualquer outro cargo de responsabilidade, "por tempo indeterminado". Quatro deles ainda serão submetidos a um processo disciplinar.

No dia 1º de maio passado, José Eduardo dos Santos falou longa e duramente sobre esses problemas. Criticou asperamente a indisciplina, a corrupção, a intriga e a calúnia. Acusou os "elementos reacionários e corruptos da pequena burguesia" de tentarem envolver os dirigentes partidários e estatais, a fim de encontrarem figuras políticas que tolerem o seu comportamento. O objetivo estratégico desses elementos, na opinião do estadista angolano, é "destruir por dentro as estruturas do partido e do Estado democrático e popular". O presidente Dos Santos disse ser necessário tomar medidas mais enérgicas para reforçar a disciplina estatal. "É imperioso descobrir e demitir do aparelho estatal os que já se deixaram corromper, disciplinar os indisciplinados, obrigar os preguiçosos e negligentes, que são pagos pelo estado, a trabalhar ou a prestar melhor serviço à população", declarou o presidente angolano.

Para José Eduardo dos Santos, essas medidas são vitais para consolidar os êxitos alcançados na frente militar.

Persistem as ameaças

É claro que a Unita e os sul-africanos não estão definitivamente derrotados. Da mesma forma, a administração norte-americana, que, desde a chegada de Reagan ao poder, passou a se intrometer abertamente nos assuntos internos de Angola, não desistiu das suas tentativas. Ultimamente, começaram a circular notícias sobre um plano dos Estados Unidos para cercar militarmente o país. Já contando com uma frente no sul, a partir da Namíbia, de onde o regime de Pretória lança as suas agressões ou introduz em território angolano os elementos da Unita, Washington, que não esconde ser o grande mentor da tentativa de destruir a República Popular de Angola, quer agora envolver outros países no seu projeto. Há informações, por exemplo, de que as bases militares da ilha de Santa Helena, no Atlântico, poderiam ser usadas para uma escalada das agressões contra Angola. Mas o caso mais sério, aparentemente, é o de uma possível repetição do envolvimento do Zaire na guerra de Angola.

Desde o começo de 1987, a imprensa internacional, sobretudo a londrina, passou a divulgar informações acerca de um acordo secreto para a moderni-

B. Bissio



O II Congresso do MPLA-PT (dezembro de 85) aprovou uma nova política econômica

zação, pelos Estados Unidos, de várias bases militares do Zaire, em troca de facilidades para a Unita em território zairense. Essas facilidades incluíram, por exemplo, autorização para que a Unita receba no interior do Zaire as armas que lhe são fornecidas pelos Estados Unidos e outros países, assim como a tolerância "discreta" das autoridades zairenses em relação ao uso do seu território como base de agressões contra Angola. Os governantes zairenses têm desmentido essas informações, mas o certo é que já houve alguns ataques efetuados pela Unita a partir do Zaire. Nesse contexto, ainda, sabe-se que em Luanda foram vistas com muita preocupação as manobras militares conjuntas zairo-norte-americanas, realizadas em fins de abril último, nas imediações da fronteira angolana. Contudo, o governo tem evitado criticar abertamente o Zaire, preferindo esclarecer diplomaticamente o problema.

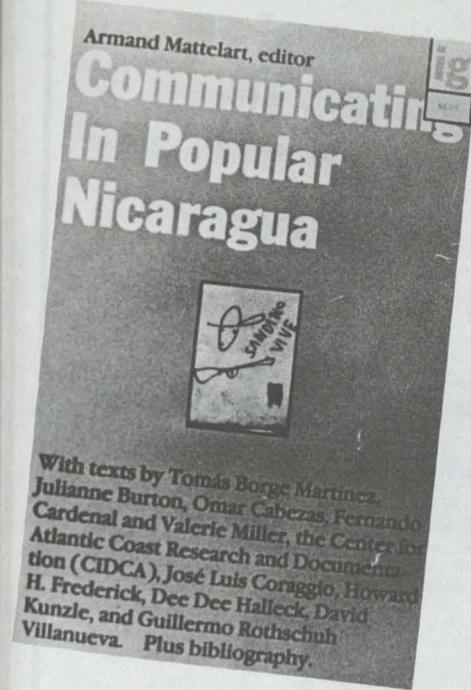
Seja como for, numerosos observa-

dores internacionais acham que se está diante de uma tentativa de criação de uma segunda frente antiangolana, desta vez no norte. Ao mesmo tempo, pode ser uma forma de mostrar que a Unita não é "tão" dependente assim da África do Sul. Entretanto, nos meios jornalísticos e políticos da África Austral não se acredita que os Estados Unidos pretendam substituir a África do Sul pelo Zaire, pois este último não tem capacidade para prestar à Unita um apoio idêntico ao de Pretória. Nesse caso, os próprios norte-americanos teriam de executar tarefas que têm sido realizadas pelo exército sul-africano, o que não parece possível. Parece mais lógico que se trate de complementar a guerra no sul com outra guerra no norte de Angola, o que na prática, significa o reconhecimento de que o plano dos Estados Unidos e da África do Sul para destruir militarmente o governo angolano, a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia, fracassou.

Livros

COMMUNICATING IN POPULAR NICARAGUA

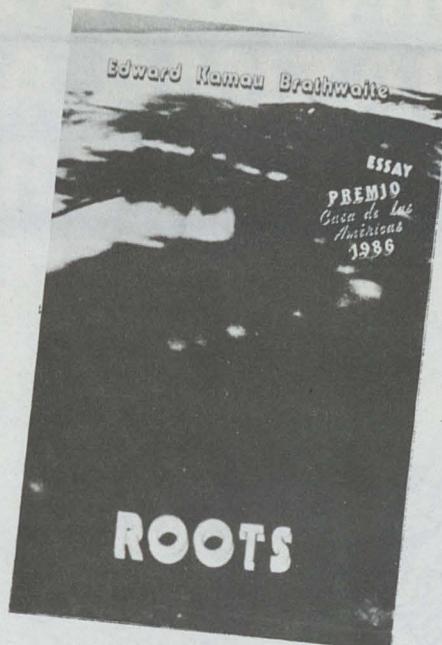
Armand Mattelart, editor
International General, Nova Iorque, 1986
(em inglês)



Esta coletânea de textos de autores tanto da Nicarágua quanto dos Estados Unidos é a primeira antologia crítica dos meios de comunicação e de cultura na Nicarágua, onde a preocupação pela "liberdade de imprensa" tornou-se um verdadeiro fetiche para as agências noticiosas internacionais. O livro analisa inúmeros aspectos do assunto – jornalismo, imprensa, rádio, cinema, vídeo, expressão mural, movimentos literários e sociais – em suas dimensões histórica e social. Os autores procuram avaliar as conquistas culturais e dão uma visão do potencial para uma participação democrática, diante da guerra imposta pelos Estados Unidos, nas frentes econômica, psicológica e militar.

ROOTS (Raízes)

Edward Kamau Brathwaite
Casa de las Américas, Havana, Cuba, 1986 (em inglês)



Trabalhando em cima de fatos históricos, da tradição oral e da teoria literária, o autor oferece uma original avaliação da literatura das nações de língua inglesa do Caribe. Primeiro no seu gênero, o livro nos revela um estilo notável e uma grande objetividade. De especial importância é a sua análise da influência africana nas tradições literárias da região. O tom poético do autor e sua especialidade no campo da crítica, assim como o seu profundo conhecimento do desenvolvimento da literatura oral e escrita do Caribe, fazem de "Roots" um livro único.

TRANSNACIONAIS E NAÇÃO:

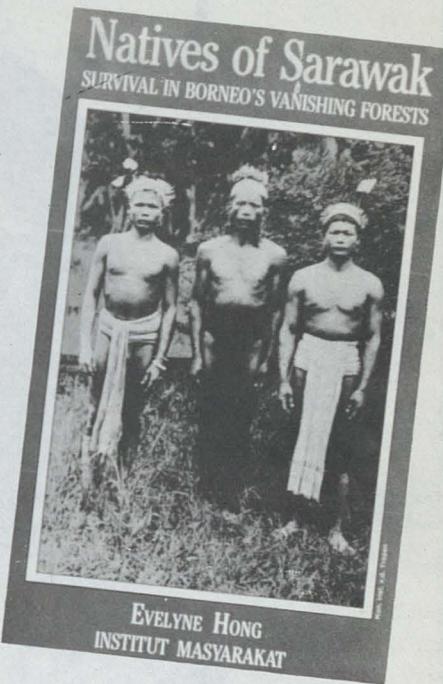
O capital petrolífero
e a experiência boliviana
Hugo del Granado Cosio,
CEDOIN (Centro de Documentación e
Información), La Paz, Bolívia, 1986.
(em espanhol)

As receitas oriundas da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) são fundamentais para a sobrevivência do governo boliviano, mesmo quando a capacidade de investimento da empresa estatal não esteja em condições de competir com as empresas petrolíferas transnacionais estabelecidas no país. Essa é a hipótese

central deste livro escrito por um especialista em assuntos petrolíferos, que conta a história das transnacionais na Bolívia e sustenta a opinião de que o país precisa de "uma terceira nacionalização" dos seus recursos minerais e energéticos. Em duas ocasiões anteriores, a Bolívia nacionalizou suas principais fontes minerais mas foi obrigada a ceder diante das pressões das empresas estrangeiras.

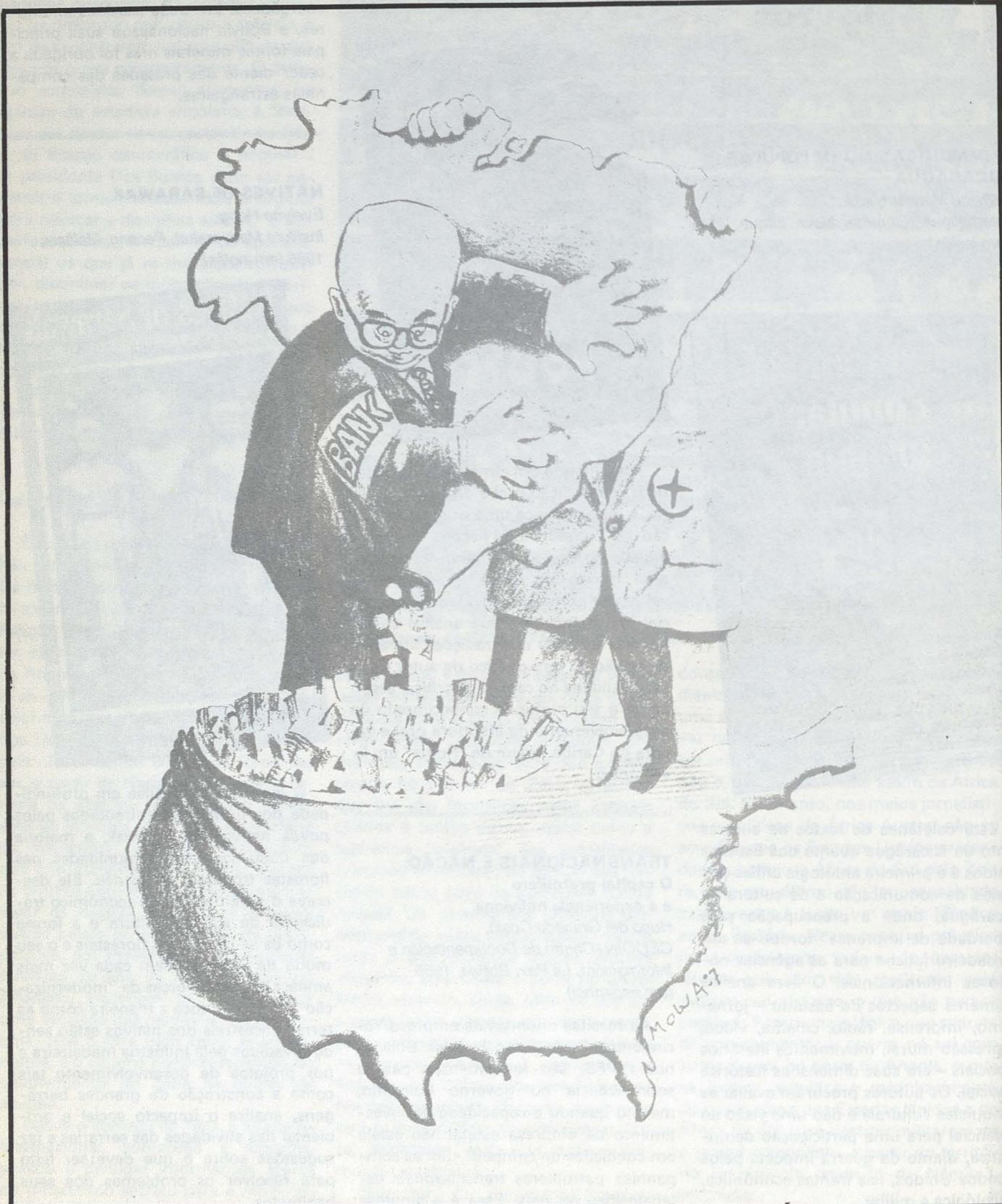
NATIVES OF SARAWAK

Evelyne Hong
Institute Masyarakat, Penang, Malásia, 1986 (em inglês)



O livro é uma análise em profundidade dos problemas enfrentados pelos povos nativos de Sarawak, a maioria dos quais vive em comunidades nas florestas tropicais de Bornéu. Ele descreve o sistema social e econômico tradicional de sua agricultura e a forma como os seus recursos florestais e o seu modo de vida se vêem cada vez mais ameaçados pelas forças da "modernização". O livro enfoca a maneira como as terras ancestrais dos nativos estão sendo invadidas pela indústria madeireira e por projetos de desenvolvimento tais como a construção de grandes barragens, analisa o impacto social e ambiental das atividades das serrarias e faz sugestões sobre o que deve ser feito para resolver os problemas dos seus habitantes.

HUMOR



TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Tel.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam.
Tel.: 010.11.41.60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL

ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

Poupança Ouro. Agora, em se poupando, tudo dá.

Dá feijão, dá milho, dá arroz, dá silo, dá trator, dá arado, dá juros de 6%, mais correção monetária.

É a Caderneta de Poupança Rural do Banco do Brasil.

O dinheiro captado será aplicado no financiamento agrícola e o investidor conta com segurança total, a segurança do

Banco do Brasil.

Poupança Ouro.

Resposta do
Governo José Sarney
ao desafio de
aumentar a
produção de
alimentos no País.



BANCO DO BRASIL